



**“Projeto sobre Acompanhamento e Análise
de Preços de Produtos e Serviços de Saúde,
Estudo sobre o Trabalhador da Saúde nas
Bases de Dados da PED e Projeto de
Pesquisa sobre a Saúde do Trabalhador”**

**DIEESE/MINISTÉRIO DA SAÚDE
Convênio 148/2004**

**Os Trabalhadores da Saúde –
1998 - 2004**

Março de 2005

SUMÁRIO	2
APRESENTAÇÃO	3
I - OS TRABALHADORES DA SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	5
II - OS TRABALHADORES DA SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DO DISTRITO FEDERAL	32
III - OS TRABALHADORES DA SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	63
IV - OS TRABALHADORES DA SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	87
V - OS TRABALHADORES DA SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	113
VI - OS TRABALHADORES DA SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
APÊNDICE METODOLÓGICO	197
ANEXO ESTATÍSTICO (em CD-ROM)	

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório analisa e sistematiza estudos realizados com vistas a oferecer informações para “Caracterização do Trabalhador da Saúde”, tarefa contratada através do convênio 148/2004, firmado entre a União Federal, através do Ministério da Saúde e o DIEESE. Tem como finalidade responder ao crescente desafio de aumentar e melhorar a prestação de serviços de saúde à população, por meio de indicadores que permitam quantificar e qualificar a oferta de recursos humanos no ramo de serviços de saúde.

Todos os resultados apresentados são fruto do processamento da base de dados da PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pelo DIEESE em convênio com a Fundação SEADE, MTE e outras entidades regionais no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

Cada capítulo refere-se a uma região, subdividido em duas seções: a primeira apresenta a análise de indicadores relativos ao mercado de trabalho específico de cada uma das seis regiões metropolitanas no período de 1998 a 2004. A segunda seção objetiva mostrar a análise dos resultados do processamento de indicadores relativos aos trabalhadores da área de saúde em cada uma das cinco regiões metropolitanas e o Distrito Federal, organizados da seguinte maneira:

- a- Caracterização dos trabalhadores cuja atividade profissional foi ou é ligada à área de Saúde, segundo atributos pessoais: sexo, faixa etária, posição na família, escolaridade e cor.
- b- Caracterização dos ocupados nos Serviços de Saúde, segundo atributos pessoais e aspectos relacionados ao seu trabalho: posição na ocupação, tipo de ocupações exercidas, tempo médio de permanência no trabalho principal, periodicidade de exercício de trabalho, rendimento mensal e jornada de trabalho.
- c- Caracterização dos ocupados na área de Saúde com trabalho adicional, segundo atributos pessoais; tipo de ocupação exercida; posição na ocupação; rendimentos e jornada.

Na parte final do relatório estão contempladas as explicações metodológicas sobre a PED e suas potencialidades para gerar indicadores que possibilitem a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho na área de Saúde, além disso, há ainda um anexo estatístico disponibilizado em CD-ROM com os indicadores processados.

I – OS TRABALHADORES DA SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

1 – MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – 1998 – 2004

1.1 - Estrutura demográfica e características da força de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Estima-se em 4.566 mil pessoas a população total da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) no ano de 2004. Desses, 85,1% compunha a População em Idade Ativa (PIA), estimada em 3.886 mil pessoas.

Em 2004, o segmento feminino da PIA (53,0%) era ligeiramente superior ao masculino. Além disso, a PIA caracteriza-se por uma predominância de negros (58,9%), que compreendem os pretos e pardos. A maioria da PIA encontra-se no auge da fase produtiva, entre 15 e 59 anos (79,3%), e o nível de instrução alcançado concentra-se no ensino fundamental incompleto (41,3%) e no ensino médio completo e superior incompleto (27,7%). Apenas 8,5% possuem o ensino superior completo (Tabela 1.1, que segue)

A taxa de participação, ou seja, a proporção da População Economicamente Ativa (PEA) no total da PIA, foi de 60,7% em 2004. Com isso, estima-se a força de trabalho em 2.359 mil indivíduos, entre ocupados (1.904 mil) e desempregados (455 mil).

As composições da PEA e da PIA diferem-se, o que indica:

1) fases do indivíduo de maior ou menor vínculo com o mundo do trabalho, no caso do nível de instrução e da idade e do seu papel no domicílio; e

2) atributos pessoais mais ou menos identificáveis com o mercado de trabalho, seja pelas necessidades individuais, ou pelas próprias exigências e preferências do setor produtivo por um tipo específico de trabalhador.

A fase de maior envolvimento no mercado de trabalho, identificável pela maior proporção na PEA, dá-se entre os 18 e 59 anos (91,8%), e, mais especificamente, entre os 25 e 39 anos (39,1% da

PEA), quando na condição de chefe do domicílio (38,8%), e possuem o ensino médio completo ou superior incompleto (35,2%).

Conquanto fosse predominante na PIA, a participação das mulheres na PEA em 2004 é menor que a presença masculina (47,2% contra 52,8%, respectivamente). Em relação à cor, o negro possui uma participação da PEA ainda maior que os não-negros (59,7% e 40,3%, respectivamente), do que é observado na composição da PIA. Tais elementos sugerem, de um lado, a presença de relações de gênero atávicas no mercado de trabalho e a dependência maior do negro em relação ao mundo do trabalho, embora este seja, em geral, inóspito para esse segmento da população.

Quando comparada a 1998, em 2004 a PEA ficou 24,3% maior. Esse crescimento foi expressivamente maior que o aumento da PIA (17,9%) no mesmo período. O maior envolvimento da população de 10 anos e mais na força de trabalho foi reflexo do crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, das pessoas de 18 a 59 anos (sobretudo de 40 a 59 anos) e das pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto e, em menor proporção, dos indivíduos com ensino fundamental completo e médio incompleto.

Tabela 1.1

Distribuição da População em Idade Ativa e da População Economicamente Ativa, segundo Atributos Pessoais. Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2004

(em %)

Atributos Pessoais	PIA		PEA	
	1998	2004	1998	2004
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo				
Homens	47,5	47,0	56,5	52,8
Mulheres	52,5	53,0	43,5	47,2
Cor				
Negra	51,3	58,9	52,0	59,7
Não-negra	48,7	41,1	48,0	40,3
Posição no Domicílio				
Chefe	31,6	33,7	39,0	38,8
Demais	68,4	66,3	61,0	61,2
Cônjuge	21,3	21,2	17,7	19,4
Filho	37,9	36,5	34,2	34,0
Outros	9,2	8,5	9,1	7,7
Faixa Etária				
De 10 a 14 Anos	11,5	9,7	1,4	0,6
De 15 a 17 Anos	8,1	6,5	5,7	4,3
De 18 a 24 Anos	18,1	17,5	23,5	22,5
De 25 a 39 Anos	29,2	28,6	40,0	39,1
De 40 a 59 Anos	23,7	26,7	26,6	30,1
De 60 Anos e Mais	9,4	11,0	2,9	3,3
Nível de Instrução				
Analfabeto	4,6	3,6	2,4	1,4
Ensino Fundamental Incompleto	54,2	41,3	46,4	31,2
Ens. Fund. Comp. + Ens. Médio Incompl.	17,3	18,9	19,5	20,8
Ens. Médio Comp. +Ens. Superior Incompl.	17,3	27,7	22,3	35,2
Superior Completo	6,6	8,5	9,4	11,5

Fonte: Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG
Elaboração: DIEESE.

1.2 - Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte entre 1998 e 2004

A taxa de desemprego total, em 2004, foi de 19,3% da PEA, e o contingente de desempregados foi estimado em 455 mil pessoas. A taxa de desemprego aberto apurada equivaleu a 12,6% da PEA e representou 297 mil pessoas. A taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário foi de 4,1%, com 97 mil desempregados. Os 61 mil desempregados restantes encontravam-se na situação de desemprego oculto pelo desalento, que representava 2,6% da PEA.

Como um dos principais indicadores do nível de dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a taxa de desemprego total mostra-se diferenciada segundo os atributos pessoais, e juntamente com a taxa de participação, complementa a análise de desníveis de envolvimento no mercado de trabalho. Por um lado, a taxa de desemprego entre as mulheres no ano de 2004 (21,9%), expressivamente superior à dos homens (16,8%), evidencia o alijamento das mulheres em relação ao mercado de trabalho, já sugerida pela menor taxa de participação. Por outro lado, a elevada taxa de desemprego dos negros, de 21,2%, contra 16,4%, dos não-negros, comprova a dificuldade de inserção desse segmento, que é agravada pela maior necessidade de integração desse segmento na força de trabalho, expressa na elevada taxa de participação (Tabela 1.2).

De forma análoga ao recorte por sexo, a análise da taxa de desemprego entre membros do domicílio, faixa etária e nível de instrução evidenciam que os segmentos com menor taxa de desemprego, em geral, apresentam maior participação. A taxa de desemprego maior está associada a uma taxa de participação menor, sugerindo a ascendência do grau de dificuldade de encontrar uma ocupação sobre o nível de inserção na PEA dos diversos segmentos sociais.

Em relação à posição no domicílio, a menor taxa de desemprego foi observada entre os chefes de domicílios, que em 2004, era de 10,2%. A mesma taxa para os cônjuges era de 18,8%, e a maior dificuldade de inserção dava-se entre os filhos, que tinham uma taxa de desemprego expressivamente maior que os dois segmentos anteriores (29,1%).

As taxas de desemprego mais elevadas estão associadas ao período de vida em que os indivíduos tendem a ingressar no mercado de trabalho, ou seja, na juventude. Entre os adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, a taxa de desemprego chegava a 57,9% da sua PEA. Também eram elevadas as taxas de desemprego entre as crianças e adolescentes de 10 a 14 anos (51,2%) e entre os jovens de 18 a

24 anos (30,8%). Situação oposta era vivida pelos indivíduos de 40 anos e mais, por apresentarem taxa de desemprego de 10,5%.

Por nível de instrução, observa-se estreita relação entre escolaridade e menor dificuldade de inserção, uma vez que as menores taxas de desemprego foram observadas entre os indivíduos com superior completo (5,9%) e com ensino médio completo ou superior incompleto (17,6%). Ainda em relação à 2004, a maior taxa de desemprego deu-se entre os indivíduos com ensino fundamental completo e médio incompleto (27,0%).

Entre 1998 e 2004, a taxa de desemprego total cresceu 21,4%, como reflexo do aumento de todas as suas componentes. A taxa de desemprego aberto ficou 22,3% maior, nesse período. Entre as formas ocultas de desemprego, a taxa de desemprego pelo desalento foi a que sofreu elevação mais intensa (52,9%), o que sugere o efeito sobre os desempregados de um cenário econômico de baixo crescimento e de poucas oportunidades de inserção.

Observou-se, nesse período, que o aumento da taxa de desemprego foi maior entre os homens (22,6%), os negros (19,1%), os chefes de domicílio (24,4%), os cônjuges (26,2%) e os “outros” membros do domicílio (34,9%). A ampliação do desemprego também foi mais elevada para todos os segmentos etários com a exceção das crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, e segundo o nível de instrução, a ampliação do desemprego foi maior entre as pessoas com fundamental completo e médio incompleto (41,4%), ensino médio completo e superior incompleto (38,6%), e com superior completo (31,1%).

Tabela 1.2

Taxa de desemprego total, segundo Atributos Pessoais . Região Metropolitana de Belo Horizonte.
2004

(em %)

ATRIBUTOS PESSOAIS	Período		Variações Relativas
	1998	2004	2004/1998
TOTAL	15,9	19,3	21,4
Sexo			
Homens	13,7	16,8	22,6
Mulheres	18,7	21,9	17,1
Cor			
Negra	17,8	21,2	19,1
Não-negra	13,8	16,4	18,8
Posição no Domicílio			
Chefe	8,2	10,2	24,4
Demais	20,8	25,0	20,2
Cônjuge	14,9	18,8	26,2
Filho	24,9	29,1	16,9
Outros	16,9	22,8	34,9
Faixa Etária			
De 10 a 14 Anos	48,5	51,2	5,6
De 15 a 17 Anos	43,4	57,9	33,4
De 18 a 24 Anos	23,9	30,8	28,9
De 25 a 39 Anos	12,3	15,4	25,2
De 40 Anos e mais	7,6	10,5	38,2
Nível de Instrução			
Analfabeto	13,4	(1)	-
Ensino Fundamental Incompleto	18,5	21,1	14,1
Ens. Fund. Comp. + Ens. Médio Incompl.	19,1	27,0	41,4
Ens. Médio Comp. + Ens. Superior Incompl.	12,7	17,6	38,6
Superior Completo	4,5	5,9	31,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

1.3 – Ocupação na Região Metropolitana de Belo Horizonte

O número de ocupados, na RMBH, em 2004, equivaleu ao contingente de 1.904 mil pessoas. Pouco mais da metade dos ocupados (54,0%), estimada em 1.028 mil pessoas, estava no setor de serviços. O comércio absorvia 15,4% dos trabalhadores (293 mil), e outros 14,4% eram ocupados na indústria (274 mil). De menor expressão, os serviços domésticos absorviam 9,3% dos ocupados, e a construção civil, 6,1%, e representavam, respectivamente, 177 mil e 116 mil ocupados.

- Nos **serviços**, o ramo de utilidade pública respondia por 7,8% dos ocupados. Também eram mais expressivos os ramos de educação (5,9%), saúde (5,5%), alimentação (5,3%), especializados (4,9%), e o agregado de “outros serviços” (9,6%).
- Na **indústria**, o segmento da metal-mecânica era o maior, e representava 5,0% dos ocupados, enquanto que a indústria têxtil e de vestuário, o segundo ramo mais importante, absorvia 2,3% dos ocupados.

Entre 1998 e 2004, o nível ocupacional ampliou 19,3%, um ritmo pouco acima do verificado para a PIA (17,9%), mas muito inferior às necessidades de trabalho e renda da população, uma vez que o crescimento da PEA foi de 24,3%.

Entre os setores da atividade econômica, a evolução ocupacional neste mesmo período foi mais positiva nos serviços (29,3%) e no comércio (20,1%). A construção civil foi o único setor a retrair (15,3%) entre 1998 e 2004.

- Nos **serviços**, os ramos que se destacaram pelo maior crescimento foram a saúde (50,0%); os serviços de utilidade pública (41,9%); especializados (32,9%); educação (31,8%); e o agregado de “outros serviços” (41,9%).
- A **indústria** não se destacou pelo crescimento (12,3%), mas os ramos da indústria química, farmacêutica e plásticos (33,3%), extrativa mineral (25,0%), e o agregado de “outras indústrias” (23,3%) tiveram aumentos ocupacionais expressivos, no período.

Em 2004, 63,2% dos ocupados, estimados em 1.203 mil pessoas, eram assalariados. Pouco mais da metade dos ocupados (50,6%) eram assalariados no setor privado, e 40,8% dos ocupados eram

assalariados com carteira assinada.

A segunda maior forma de inserção na ocupação era o trabalho autônomo (20,6%). O trabalho autônomo para o público, isoladamente, respondia por 15,2% da força de trabalho ocupada.

O emprego doméstico (9,3%) possuía um peso pequeno, porém não inexpressivo. Existiam 7,1% de empregados domésticos mensalistas, e apenas 2,2%, diaristas.

Entre 1998 e 2004, os autônomos (22,1%) e os assalariados (21,4%) tiveram crescimentos mais expressivos. Entre os assalariados, todos os segmentos, seja os com carteira (22,0%), no setor público (21,2%) e sem carteira (20,0%), tiveram crescimentos expressivos.

Em relação aos autônomos, o crescimento maior deu-se entre os trabalhadores por conta própria que trabalham para empresas (32,1%); e entre os empregados domésticos, a expansão foi mais intensa no pequeno contingente de diaristas (31,3%).

Tabela 1.3

**Estimativa e distribuição dos Ocupados, segundo Setor e Ramo de Atividade.
Região Metropolitana de Belo Horizonte. 1998 e 2004**

Setores Econômicos	Período	
	1998	2004
	<i>em 1.000 pessoas</i>	
Ocupados	1.596	1.904
Indústria	244	274
Comércio	244	293
Serviços	795	1.028
Construção Civil	137	116
Serviços Domésticos	161	177
Outros	15	16
	<i>em %</i>	
Total	100,0	100,0
Indústria	15,3	14,4
Comércio	15,3	15,4
Serviços	49,8	54,0
Construção Civil	8,6	6,1
Serviços Domésticos	10,1	9,3
Outros	0,9	0,8

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE

1.4 - Rendimento dos ocupados na Região Metropolitana de Belo Horizonte

A renda média do trabalhador na RMBH, em 2004, correspondia a R\$ 742. Nos setores de serviços (R\$ 870) e na indústria (R\$ 815) os rendimentos médios são superiores. Na construção civil e no comércio, entretanto, os rendimentos médios são menores e equivalem a R\$ 602 e R\$ 622, respectivamente.

No heterogêneo setor de serviços, os maiores rendimentos médios foram observados entre ocupados nos serviços de crédito e financeiros (R\$ 1.465), de utilidade pública (R\$ 1.319) e serviços especializados (R\$ 1.244); e os menores rendimentos médios eram obtidos pelos ocupados nos serviços de alimentação (R\$ 425) e reparação e limpeza (R\$ 501).

Na indústria, enquanto os ramos da indústria extrativa (R\$ 1.515) e metal-mecânica (R\$ 1.016) tinham os maiores rendimentos médios, o segmento da indústria têxtil e vestuários correspondia ao

de menor rendimento médio no setor (R\$ 499).

Ao longo do período de 1998 a 2004, houve expressiva perda do rendimento médio, acumulada em 16,0%. Embora se registrasse evolução negativa em todos os setores, os rendimentos médios dos ocupados no comércio (25,2%), na construção civil (17,3%) e nos serviços (16,7%) sofreram retrações mais intensas.

Nos serviços, a retração do rendimento médio foi de dois dígitos em todos os segmentos, com destaque para os serviços de alimentação (24,5%). Na indústria, a perda de rendimento médio foi mais intensa entre os trabalhadores da indústria química, farmacêutica e plásticos (25,9%), e do segmento têxtil e de vestuários (22,2%).

Segundo a posição na ocupação, há relação entre a perda de rendimento médio e as posições que caracterizavam pelo rendimento variável, sobretudo entre os autônomos, que recebiam R\$ 571, em 2004, e tiveram perda de 27,4%, entre 1998 e 2004. Entre os autônomos, o segmento dos que trabalhavam para o público, além de ter menor rendimento médio (R\$ 482), amargaram as maiores perdas (31,9%) no período analisado. Também entre os ocupados com rendimentos variáveis, os empregados diaristas, que recebiam, em média, R\$ 209, tiveram perdas expressivas (27,2%).

Com rendimentos menos flexíveis, os assalariados no setor público (R\$ 1.251), com carteira (R\$ 731) tiveram perdas menores (10,8% e 13,9%, respectivamente), embora expressivas. O rendimento médio dos assalariados sem carteira (R\$ 457), por sua vez, manteve-se estável, enquanto que o dos empregados domésticos mensalistas obteve majoração de 10,8%.

2 - Os trabalhadores da saúde na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Em 2004, a População Economicamente Ativa (PEA) na Região Metropolitana de Belo Horizonte foi estimada em 2.359 mil pessoas, dentre as quais 5,5%, ou seja, 130 mil constituíam o contingente de trabalhadores da saúde. Dentre essa população economicamente ativa com experiência na área de saúde, por sua vez, a maior parcela (80,7%) estava ocupada diretamente no ramo serviços da saúde, enquanto 11,9%, embora exercessem ocupações profissionais típicas dessa área, atuavam em outros ramos de atividade econômica. Os demais 7,3% referiam-se aos desempregados, cuja última inserção produtiva havia se dado no segmento de serviços de saúde – Tabela 1.4, que segue, e Anexo Estatístico/Tabelas 1.1 e 1.2.

Tabela 1.4

Estimativa da População Economicamente Ativa e do número de trabalhadores da saúde, segundo forma de inserção ocupacional. Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1998/2004

(em 1.000 pessoas)

População	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
População Economicamente Ativa (PEA)	1.898	1.940	2.014	2.094	2.166	2.285	2.359
Total de Trabalhadores na Saúde	84	91	92	99	111	119	130
Ocupados com Trabalho Principal no Ramo Serviços de Saúde	70	73	73	81	90	95	105
Ocupados em Ocupações Típicas da Saúde em Outros Ramos de Atividade	8	11	11	11	13	13	15
Desempregados com Experiência Anterior no Ramo Serviços de Saúde	(1)	7	8	7	9	11	10

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Entre 2003 e 2004, o crescimento do contingente de trabalhadores na saúde foi expressivo (9,5%), sendo que esse comportamento positivo deveu-se ao aumento de ocupados em profissões da saúde que operavam em outros setores (19,8%) e de ocupados que trabalhavam no próprio ramo da saúde (10,5%). O crescimento elevado desses componentes provavelmente foi responsável pela também expressiva redução de desempregados do setor (12,2%). Analogamente ao comportamento do último ano, o crescimento do número de trabalhadores da saúde em relação a 1998 (54,5%), foi mais intenso entre os ocupados da saúde que trabalhavam em outros setores (84,8%), do que entre os ocupados engajados no ramo de saúde (50,0%), o que sugere um processo de difusão das atividades da saúde em outros setores de atividade econômica.

2.1 – O perfil da força de trabalho da saúde na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Em relação ao perfil dos trabalhadores da saúde, destaca-se o predomínio das mulheres, que representavam cerca de $\frac{3}{4}$ do total (74,9%), em 2004. Por sua vez, a análise da posição que os trabalhadores da saúde ocupam em suas famílias chama atenção pelo equilíbrio, pois, se dividiam quase que igualmente entre as posições de chefe (32,2%), cônjuge (31,3%) e de filho (29,4%), sendo os demais 7,1% constituídos pelo agregado de “outros” membros da família – Anexo Estatístico/Tabela 1.3.

Em 2004, a maioria dos trabalhadores da saúde tinham elevada escolaridade *vis-à-vis* o conjunto da PEA na região metropolitana, sendo 42,9% constituídos por pessoas com o ensino médio (completo e incompleto) e 36,3% compostos por trabalhadores com o ensino superior (completo e incompleto). Apenas 20,8% tinham apenas o ensino fundamental, sendo 11,7% com esse nível de instrução não concluído – Tabela 1.5, que segue.

Tabela 1.5
Distribuição dos trabalhadores da saúde, segundo escolaridade e idade.
Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1998 e 2004

Faixa Etária e Escolaridade	1998	2004
Idade	100,0	100,0
10 a 17 anos	(2)	(2)
De 18 a 24 Anos	16,4	14,8
De 25 a 39 Anos	46,1	45,6
40 anos e mais	35,7	38,8
Escolaridade	100,0	100,0
Ensino Fundamental	34,3	20,8
Incompleto (1)	21,9	11,7
Completo	12,3	9,0
Ensino Médio	32,6	42,9
Incompleto	(2)	(2)
Completo	25,6	38,1
Ensino Superior	33,2	36,3
Incompleto	(2)	(2)
Completo	29,8	31,3

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE.

(1) Inclui analfabetos e alfabetizados sem escolaridade.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Ao longo do período analisado, assistiu-se ao aumento da escolaridade da PEA da saúde, uma vez que a presença de trabalhadores com o ensino fundamental tinha declinado 13,5 pontos percentuais, enquanto que o ensino médio havia ganho 10,3, e o ensino superior, outros 3,1 pontos percentuais. Concomitante ao aumento de escolaridade, entre 1998 e 2004, registrou-se o envelhecimento dessa PEA, com a redução do segmento de 18 a 24 anos (de 16,4% para 14,8%) e, em menor proporção, de 25 a 39 anos (de 46,1% para 45,6%), e pelo aumento do segmento etário de 40 anos e mais (de 35,7% para 38,8%).

2.2 - Ocupados com trabalho principal nos Serviços de Saúde na Região Metropolitana de Belo Horizonte

De acordo com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 2004, os serviços de saúde contabilizavam 105 mil postos de trabalho, absorvendo 5,5% dos ocupados no mercado de trabalho regional.

Em 1998, o número de trabalhadores ocupados no setor de serviços em saúde era de 70 mil indivíduos, um patamar 50,0% menor que o atual. Considerando não só o ritmo de crescimento do conjunto dos postos de trabalho existentes no setor de serviços (31,4%), como no conjunto da economia metropolitana (19,3%), o incremento da ocupação em saúde confirma a maior dinâmica da ocupação no setor nos últimos 6 anos.

2.3 – Perfil dos Ocupados em Serviços de Saúde na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Em 2004, pouco menos de $\frac{3}{4}$ dos ocupados no ramo de serviços da saúde eram mulheres (73,7%). A elevada frequência feminina constitui uma particularidade desse ramo de atividades, uma vez que 54,4% dos ocupados, na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), eram homens. Quanto à idade, observou-se presença maior de indivíduos de 25 a 39 anos (45,4%), seguidos por aqueles de 40 anos e mais (39,2%). A proporção dos jovens no ramo de serviços da saúde, embora não desprezível (15,4%), era pequena, se comparada à sua proporção no total de ocupados na RMBH (22,0%). Entre as mulheres, ainda na Tabela 1.4, verificou-se uma frequência maior de ocupados de 25 a 39 anos (42,6%), que entre os homens (43,3%) – Tabela 1.6, que segue, e Anexo Estatístico/Tabela 1.4.

Tabela 1.6

Distribuição dos ocupados com trabalho principal nos serviços de saúde, segundo tipo de ocupação exercida. Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1998 e 2004.

Sexo e Faixa Etária	(em %)			
	Ocupados		Serviços de Saúde	
Atributos Pessoais	1998	2004	1998	2004
Sexo				
Homens	58,0	54,4	26,3	26,3
Mulheres	42,0	45,6	73,7	73,7
Idade				
De 10 a 24 Anos	25,9	22,0	17,4	15,4
De 25 a 39 Anos	41,7	41,0	47,3	45,4
40 Anos e Mais	32,4	37,0	35,3	39,2
Homens				
De 10 a 24 Anos	25,9	22,3	(1)	(1)
De 25 a 39 Anos	41,0	40,4	39,6	43,3
40 Anos e Mais	33,1	37,3	44,3	39,5
Mulheres				
De 10 a 24 Anos	25,9	21,6	17,9	14,8
De 25 a 39 Anos	42,6	41,7	50,1	46,2
40 Anos e Mais	31,5	36,7	32,1	39,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

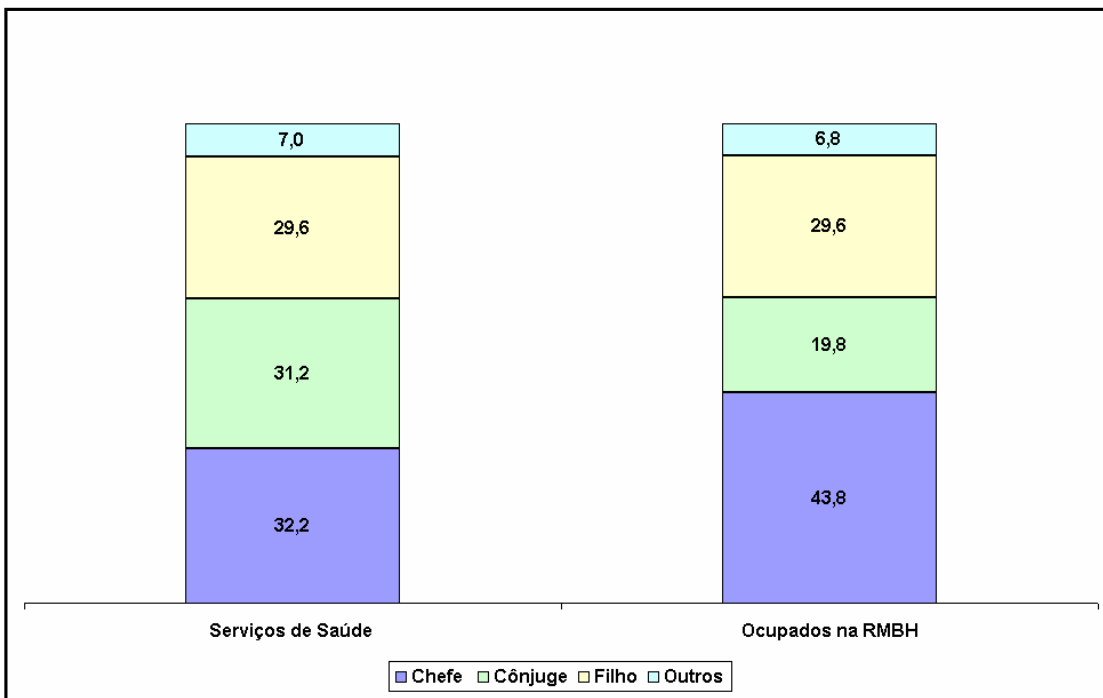
Ao longo do período analisado, de 1998 a 2004, não se observou mudança na distribuição do contingente dos ocupados em serviços de saúde, quanto ao sexo. Em relação à idade dos ocupados, registrou-se o envelhecimento desse segmento, com crescimento de 3,9 pontos percentuais na participação das pessoas de 40 anos e mais, e pela redução das outras duas faixas etárias mais jovens. Essa evolução reflete, principalmente, a alteração do perfil etário das mulheres ocupadas neste segmento, pois o grupo de 40 anos e mais que correspondia a 32,1% do contingente feminino da saúde passou para 39,1%, entre 1998 e 2004.

Em 2004, os ocupados no ramo de serviços da saúde não eram identificados com nenhuma posição na família em particular, sendo 32,2% chefes de família, 31,2% cônjuges, e 29,6% de filhos. O restante dos ocupados neste ramo (7,0%) era constituído pelo agregado de “outros” membros da família. Confrontada com a composição do total dos ocupados, os papéis desempenhados na família

pelos ocupados em serviços de saúde se apresentam mais bem distribuídos, principalmente no que diz respeito à representatividade dos cônjuges, cuja proporção no contingente ocupado da região era menor (19,8%). Esta situação está fortemente associada ao perfil feminino do segmento da saúde – Gráfico 1.2, que segue, e Anexo Estatístico 1.5.

Gráfico 1.2

Distribuição do total dos ocupados e dos ocupados em serviços de saúde segundo posição na família. Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2004.



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

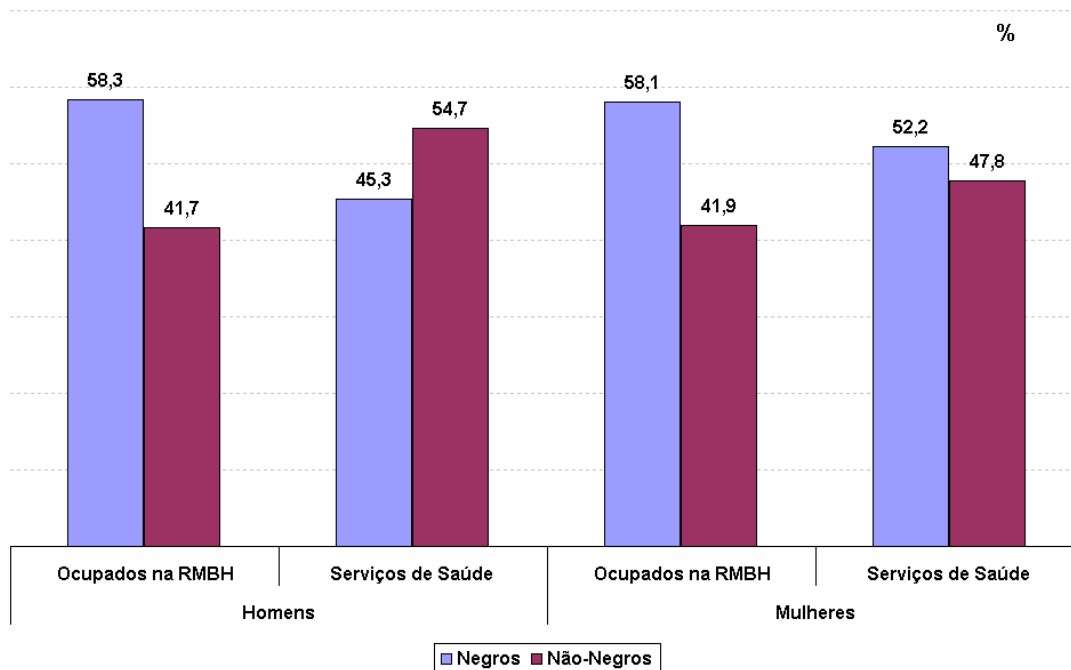
Os ocupados no ramo de serviços na saúde destacam-se por apresentarem escolaridade mais elevada *vis-à-vis* ao total de ocupados na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Com efeito, no último ano do período analisado, constatou-se a maior presença de indivíduos com ensino médio (43,5%), em especial, com o grau completo (39,1%). O segundo grupo com maior frequência de ocupados neste ramo era o ensino superior (38,8%), a maioria com o respectivo grau concluído (33,7%). Já os ocupados na saúde com menor nível de instrução representavam apenas 17,6%, sendo 9,6% com ensino fundamental incompleto e 8,0% com fundamental completo.

Dois aspectos ainda relacionados à escolaridade sobressaem na análise do perfil dos ocupados em serviços de saúde na metrópole mineira. Afinal, assim como para o total dos ocupados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, houve expressivo aumento da participação das pessoas mais escolarizadas entre os ocupados no ramo da saúde, entre 1998 e 2004, sendo de 9,6 pontos percentuais o incremento da presença de pessoas com ensino médio, e de 4,1 pontos percentuais o de ocupados com ensino superior. Adicionalmente, na distribuição percentual dos ocupados no setor segundo os níveis de escolaridade, observa-se que os homens, quando comparados com as mulheres, apresentam maior nível de instrução. A maior participação masculina entre os níveis mais altos de instrução é verificada a partir da análise da ocupação no ensino superior, onde 47,0% dos homens têm no mínimo o ensino superior, contra 28,9% das mulheres (Anexo Estatístico/Tabela 1.7).

Por fim, ainda segundo os atributos pessoais dos ocupados, observou-se que os ocupados no ramo da saúde eram compostos por menos negros (50,4%), que o total dos ocupados na RMBH (58,2%), em 2004. Essa sub-representação, quando examinada segundo sexo, revela-se mais pronunciada para os homens negros do que para as mulheres (Gráfico 1.3, que segue, e Anexo Estatístico/Tabela 1.6).

Gráfico 1.3

Distribuição do total dos ocupados e dos ocupados em serviços de saúde segundo sexo e cor. Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2004.



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

2.4 – As ocupações exercidas nos Serviços de Saúde na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O ramo de serviços da saúde, segundo o tipo de ocupação, apresentou-se dividido entre ocupações típicas de serviços de saúde (45,3%) e pelo conjunto de ocupações não ligadas à atividade fim, constituídas pelas ocupações de direção e planejamento, gerenciamento e apoio (53,8%), em 2004. Dentre as ocupações típicas dos serviços de saúde, os especialistas em saúde representavam 15,4% dos ocupados, sendo que 11,8% dos ocupados eram compostos pelo segmento de médicos. Depois dos especialistas, os enfermeiros constituíam o segundo grupo de maior presença, representando 19,0% dos ocupados no ramo de serviços da saúde (Anexo Estatístico/Tabela 1.8 e Tabela 1.7, que segue).

Tabela 1.7

Distribuição dos ocupados com trabalho principal nos serviços de saúde, segundo tipo de ocupação exercida. Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1998 e 2004.

Atributos Pessoais	(em %)	
	1998	2004
Total	100,0	100,0
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	49,7	45,3
Especialistas em Saúde	12,8	15,4
Dentistas	(4)	(4)
Enfermeiros (1)	25,4	19,0
Outros (2)	(4)	(4)
Demais Ocupações relacionadas a Saúde (3)	(4)	(4)
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	49,3	53,8

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem as parteiras.

(2) Incluem os nutricionistas, os ortoptistas e óticos, os psicólogos e os protéticos.

(3) Incluem os farmacêuticos e químicos, os técnicos químicos, os biólogos, os farmacologistas e os práticos de farmácia.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Comparativamente ao ano de 1998, observa-se um crescimento da participação das atividades nas áreas administrativas e de serviços no setor saúde, ao lado de uma queda da ocupação de pessoal de saúde (especialmente, enfermeiros). Em 1998, as categorias de ocupações não vinculadas “tecnicamente” ao cuidado da saúde, eram responsáveis por 49,3% das ocupações geradas, enquanto ocupações de saúde ligadas diretamente aos cuidados dos pacientes agregavam 49,7% dos ocupados neste mesmo ano. Em resumo, um dos fatores de destaque da dinâmica da ocupação do setor de saúde na RMBH é o dinamismo das admissões das categorias de pessoal administrativo e de serviços, em detrimento das ocupações típicas dos serviços de saúde.

Conforme a tabela 1.8, que segue, o rendimento médio dos ocupados no ramo de serviços da saúde equivalia à R\$ 1.025, em 2004. Por tipo de ocupação, observou-se que enquanto as ocupações típicas dos serviços da saúde tinham um rendimento médio de R\$ 1.640, os trabalhadores que exerciam ocupação de direção e planejamento, gerenciamento e apoio percebiam, em média, pouco acima de 1/3 da categoria anterior (R\$ 586). Tais diferenças eram explicadas, em parte, pelo valor das horas trabalhadas em cada um dos segmentos, de R\$ 10,4 e R\$ 3,6, respectivamente (Anexo Estatístico/Tabelas 1.9 e 1.10).

Tabela 1.8

Rendimento médio real mensal e por hora trabalhada dos ocupados com trabalho principal nos serviços de saúde, segundo tipo de ocupação exercida. Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2004.

(em Reais de maio de 2005)

Tipo de Ocupação exercida	Rendimento Médio	
	Mensal	Por hora
Total	1.025	6,5
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	1.640	10,4
Especialistas em Saúde	(4)	(4)
Dentistas	(4)	(4)
Enfermeiros (1)	(4)	(4)
Outros (2)	(4)	(4)
Demais Ocupações relacionadas a Saúde (3)	(4)	(4)
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	586	3,6

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem as parteiras.

(2) Incluem os nutricionistas, os ortoptistas e óticos, os psicólogos e os protéticos.

(3) Incluem os farmacêuticos e químicos, os técnicos químicos, os biólogos, os farmacologistas e os práticos de farmácia.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Em 2004, a jornada semanal média de trabalho no ramo de serviços da saúde era de 37 horas, o que correspondia ao mesmo tempo médio de trabalho no grupo das ocupações típicas dos serviços da saúde. Entre os especialistas em saúde, por sua vez, esse índice era 4 horas maior que a média, o mesmo verificado entre os médicos (41 horas). O segmento dos enfermeiros trabalhava, em média, 37 horas semanais.

No ramo de serviços da saúde, não se observou mudança de comportamento ao longo do período analisado, excetuando a diminuição da jornada de trabalho de especialistas e do subgrupo de médicos, que se reduziram de 44 para 41 horas semanais (Anexo Estatístico/Tabela 1.11.).

2.5 - Os vínculos de trabalho dos ocupados em serviços de Saúde na Região Metropolitana de Belo Horizonte

A maior parcela dos ocupados em serviços de saúde era composta por assalariados, cuja proporção em 2004 atingiu 84,9%. Esse percentual de ocupados assalariados era segmentado entre os assalariados do setor privado (52,1%), e de assalariados no setor público (32,8%) – (Anexo Estatístico/Tabela 1.12).

Observa-se, ainda, que o setor de serviços da saúde possuía pequena proporção de inserções vulneráveis. No setor privado, 44,8% dos ocupados eram assalariados com carteira registrada, e uma parte pequena, porém não desprezível, era composta de assalariados sem carteira (7,2%). No setor público, enquanto a maioria dos assalariados eram estatutários e respondiam por 19,5% dos ocupados, outros assalariados eram celetistas, e correspondiam à 13,3% dos ocupados.

As outras formas de inserção não assalariadas respondiam por 15,1% dos ocupados no ramo, sendo que 11,9% dos ocupados eram profissionais universitários autônomos. Entre 1998 e 2003, as outras formas não assalariadas vinham perdendo a participação para as formas assalariadas, mas essa tendência inverteu-se em 2004, que apresentou a presença de outras formas de inserção maior que em 1998.

Os assalariados recebiam, em média, R\$ 855, um rendimento inferior à média dos rendimentos dos ocupados no setor (R\$ 1.025). O menor rendimento médio era reflexo dos salários no setor privado, que correspondia à R\$ 685, uma vez que o salário médio no setor público era de R\$ 1.125, ou seja, pouco menos do dobro que seus companheiros do setor privado percebiam, como pode ser observado na tabela 1.9, que segue.

Tabela 1.9

Rendimento médio real mensal e por hora trabalhada dos ocupados com trabalho principal nos serviços de saúde, segundo posição na ocupação. Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2004.

(em Reais de maio de 2005)

Posição na Ocupação	Rendimento Médio	
	Mensal	Por hora
Total	1.025	6,5
Assalariados (1)	855	5,3
Setor Privado	685	4,1
Setor Público	1.125	7,1
Outros	(4)	(4)
Profissionais Universitários Autônomos (2)	(4)	(4)
Autônomos/Conta-Própria e Demais (3)	(4)	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial. Inflator utilizado: IPCA-BH/IPEAD.

(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence a empresa em que trabalham.

(2) Profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições.

(3) Incluem os trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público - exceto os profissionais universitários autônomos – empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Em relação à 1998, registrou-se a redução dos rendimentos em todas as categorias analisadas. O movimento de perda de rendimentos foi maior, entretanto, no setor privado (13,0%), que entre os assalariados no setor público (6,9%). A mesma relação entre os grupos de assalariados pôde ser observada quando se analisa o rendimento por hora trabalhada. Enquanto a hora trabalhada entre os assalariados no setor privado valia R\$ 4,1, no setor público correspondia a R\$ 7,1. Em relação à 1998, observou-se perda do rendimento por hora tanto no setor privado quanto o público (Anexo Estatístico /Tabelas 1.13 e 1.14).

A jornada de trabalho média semanal era maior no setor privado (39 horas) do que no setor público. Entre os não assalariados, os profissionais universitários autônomos possuíam menor jornada média (34 horas semanais), provavelmente por desempenharem outras ocupações adicionais a esse trabalho principal. Verificou-se, entre os assalariados do setor público, disparidade de jornada semanal média de trabalho entre os celetistas (38 horas) e os estatutários (35 horas). No período analisado, de um lado, houve redução da jornada média entre os profissionais universitários

autônomos de duas horas semanais, e, por outro lado, aumento de jornada média semanal, também de duas horas, entre os assalariados do setor público - Anexo Estatístico /Tabela 1.15.

2.6 - A estabilidade no posto de trabalho nos serviços de saúde na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Em relação ao tempo de permanência na ocupação, os ocupados não assalariados tinham uma permanência média no trabalho mais longa (161 meses) que os assalariados (77 meses). Dentre os assalariados, observou-se maior estabilidade entre os assalariados do setor público (107 meses) do que entre os assalariados no setor privado (58 meses), como pode ser visto na tabela 1.10 e Anexo Estatístico/Tabela 1.13.

No setor público, a longevidade do trabalho é explicada pela maior estabilidade dos estatutários (142 meses), uma vez que os celetistas trabalhavam em média 54 meses. No setor privado, por sua vez, a duração média do trabalho entre os assalariados com carteira era quase o dobro (62 meses) que os sem carteira (36 meses).

No período analisado, entre 1998 e 2004, a duração média do trabalho reduziu em dois meses entre os assalariados, e aumentou, na mesma magnitude, entre os ocupados com outras formas de inserção. O movimento de decréscimo da longevidade das inserções entre os assalariados foi reflexo da redução entre assalariados com carteira no setor público e privado, que foi em parte contrabalançado pelo expressivo aumento da duração média do emprego entre os estatutários (de 22 meses). Já o movimento de crescimento da duração do trabalho entre as outras formas de inserção ocorreu apesar da acentuada redução do tempo médio de permanência no trabalho dos profissionais universitários autônomos (em 11 meses).

Tabela 1.10

Tempo Médio de Permanência no Trabalho Principal dos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde, segundo Posição na Ocupação. Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1998/2004.

(em meses)

Posição na Ocupação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	91	88	84	88	85	84	90
Assalariados (1)	79	77	72	76	76	78	77
Setor Privado	60	53	53	61	55	56	58
Com Carteira Assinada	63	58	57	64	61	60	62
Sem Carteira Assinada	(4)	(4)	(4)	(4)	28	(4)	36
Setor Público	106	114	104	102	103	111	107
Estatutários	120	134	126	132	128	148	142
Celetistas	89	78	61	59	63	45	54
Outros	159	148	143	161	145	127	161
Profissionais Universitários Autônomos (2)	167	150	146	159	157	145	156
Autônomos/Conta-Própria e Outros (3)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence a empresa em que trabalham.

(2) Profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições.

(3) Incluem os trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público - exceto os profissionais universitários autônomos -, empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

2.7 - O exercício de trabalhos adicionais entre os ocupados nos serviços de saúde na Região Metropolitana de Belo Horizonte

O percentual de trabalhadores que exerciam mais de uma ocupação no ramo de serviços da saúde equivalia a 12,8%, em 2004, e era estimado em 13 mil pessoas.. Esta razão de ocupados com trabalho adicional na saúde era superior à média de todos os ocupados na região metropolitana de Belo Horizonte que realizavam trabalho adicional (4,6%). Em relação à 1998, o percentual de trabalhadores no ramo da saúde com trabalho adicional havia reduzido três pontos percentuais, em 2004, o que sugere a perda de parte dos trabalhos entre os ocupados desse ramo, como pode ser visto na tabela 1.11, que segue.

Tabela 1.11

Estimativas do Total de Ocupados e de Ocupados no Ramo Serviços de Saúde segundo o exercício de trabalhos adicionais. Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1998/2004

Ocupados com Trabalho Adicional	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total de ocupados com trabalho adicional (em 1.000 pessoas)	75	68	71	68	82	82	88
% de Ocupados com Trabalho Adicional (1)	4,7	4,3	4,3	4,0	4,6	4,5	4,6
Ocupados nos Serviços de Saúde com Trabalho Adicional (em 1.000 pessoas)	11	10	9	9	13	11	13
% de Ocupados nos Serviços de Saúde com Trabalho Adicional (2)	15,8	14,2	12,3	11,3	14,1	11,1	12,8

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

(1) Total de ocupados com trabalho adicional / total de ocupados.

(2) Total de ocupados nos serviços de saúde com trabalho adicional / total de ocupados nos serviços de saúde

Quanto ao perfil dos ocupados com trabalho adicional no ramo de serviços da saúde, observou-se que era composto, em sua maioria, por mulheres (59,2%), pessoas de cor não negra (62,0%), chefes de família (53,8%) e indivíduos com ensino superior completo (69,2%). Ao longo do período analisado, esse perfil pouco se alterou, embora se observasse presença maior de mulheres em 1998 (62,2%) – (Anexo Estatístico/Tabela 1.22).

Em 2004, ainda em relação ao perfil dos ocupados com trabalho adicional, observou-se que mais de $\frac{3}{4}$ eram constituídos por assalariados (76,1%); que uma proporção semelhante (73,1%) exerciam ocupações típicas dos serviços de saúde; e que 70,2% tinham uma periodicidade no exercício do trabalho principal classificada como regular contínua – (Anexo Estatístico/Tabelas 1.23 a 1.25).

Tabela 1.12
Horas Semanais Trabalhadas pelos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde, segundo Exercício de Trabalho Adicional. Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1998 e 2004.

Exercício de Trabalho Adicional	1998	2004
Total dos Ocupados		
Jornada Média Total	40	40
No Trabalho Principal	37	37
No Trabalho Adicional	20	21
% que Trabalha mais de 44 Horas	33,1	28,8
Com Trabalho Adicional		
Jornada Média Total	53	55
No Trabalho Principal	35	36
No Trabalho Adicional	20	21
% que Trabalha mais de 44 Horas	67,5	72,5
Sem Trabalho Adicional		
Jornada Média Total	38	38
No Trabalho Principal	38	38
% que Trabalha mais de 44 Horas	26,9	22,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE.

Constatou-se em 2004, a extensa jornada média de trabalho de 55 horas semanais entre os ocupados no ramo da saúde com trabalho adicional. Com isso, a grande maioria desse segmento de ocupados (72,5%) excedia a marca das 44 horas semanais. Em média, os ocupados na saúde com trabalho adicional despendiam 36 horas semanais no trabalho principal, e 21 horas semanais no trabalho adicional. Ao longo dos últimos oito anos, a jornada média de trabalho semanal desse segmento ampliou em 2 horas, e a proporção dos que trabalhavam mais de 44 horas ampliou em 5 pontos percentuais conforme indica tabela 1.12, que segue, e Anexo Estatístico /Tabela 1.26.

Com relação ao rendimento, os ocupados no ramo de serviços da saúde com trabalho adicional tinham um rendimento médio de R\$ 1.146, em 2004, do qual, a maior parte (89,4%) era obtido com o exercício do trabalho principal. Entretanto, o rendimento por hora do trabalho principal (R\$ 6,5) era inferior à média de todos os trabalhos (R\$ 6,7). No período analisado observou-se perda de rendimento tanto do trabalho principal (14,0%), quanto da soma de todos os trabalhos (14,2%), refletindo a perda do valor da hora trabalhada em ambos os rendimentos.

Observa-se que a maior parte dos ocupados no ramo de serviços da saúde tinham jornada de trabalho de 30 a 40 horas no trabalho principal (61,1%), em 2004, seguidos dos ocupados com jornada de trabalho acima de 44 horas (22,0%). Entre 1998 e 2004, observou-se expressivo aumento da participação das pessoas com jornada de trabalho de 30 a 40 horas, equivalente à 12,3 pontos percentuais (Anexo Estatístico/Tabela 1.29).

II – OS TRABALHADORES DA SAÚDE NO DISTRITO FEDERAL

1 - Breve descrição do contexto de inserção dos trabalhadores da saúde: O mercado de trabalho do Distrito Federal entre 1998 e 2004.

1.1 - Estrutura Demográfica e características da Força de Trabalho do Distrito Federal

Ao longo dos sete anos que compreendem o período analisado neste Relatório, o mercado de trabalho no Distrito Federal passou por grandes transformações. A participação da mulher aumentou expressivamente, principalmente a das chefes de família, e, apesar do grande incremento na ocupação, a taxa média anual de desemprego no Distrito Federal apresentou crescimento.

A População Economicamente Ativa (PEA) apresentou elevação de 3,3% em 2004, relativamente ao ano anterior, e cresceu 26,6% entre 1998 e 2004. Anualmente, é comum que mais pessoas ingressem no mercado de trabalho principalmente devido a fatores demográficos (a população no DF e no Brasil, em geral, está envelhecendo), educacionais (muitos jovens se formam e vão para o mercado de trabalho) e pessoais (busca de novas oportunidades profissionais), entre outros. Porém, com o baixo crescimento econômico verificado nos últimos anos manifestando-se na acentuada queda do rendimento familiar, várias pessoas, destacando entre elas jovens, mulheres e idosos, se viram compelidos a buscarem novas ocupações, mesmo precárias, pois a complementação da renda tornou-se fundamental para garantir a mínima qualidade de vida – Tabela 2.1, que segue.

O desempenho da taxa de participação global do Distrito Federal reforça essa interpretação, uma vez que a proporção de pessoas economicamente ativas com idade igual ou acima de 10 anos no Distrito Federal, em 1998, era de 61,8%. Em 2004, este percentual já atingia o patamar de 64,5%, sendo impulsionado, preponderantemente, pelas mulheres, para as quais a taxa de participação específica se elevou em 8,1% no período em análise, enquanto a dos homens teve um pequeno crescimento de 0,8%.

Entre 1998 e 2004, notadamente o segmento feminino foi o que mais ampliou sua inserção na força de trabalho local, passando o contingente de mulheres de 434,2 mil, no início do período, para as

atuais 573,3 mil trabalhadoras. Tal expansão (32,0%) foi acentuadamente mais expressiva que a experimentada pelos homens, que apresentaram um incremento de 21,7% nesses sete anos.

Tabela 2.1

Estimativa da População Economicamente Ativa segundo sexo e idade e taxa de participação por sexo. Distrito Federal – 1998, 2003 e 2004

(em 1.000 pessoas)

Atributos pessoais	1998	2003	2004	Variação %	
				04/03	04/98
Total	919,3	1.126,2	1163,5	3,3	2,6
Sexo					
Homens	485,1	576,0	590,2	2,5	21,7
Mulheres	434,2	550,2	573,3	4,2	32,0
Idade					
De 10 a 15 anos	17,8	10,7	12,7	18,7	-28,7
De 16 a 24 anos	263,1	313,9	314,5	0,2	19,5
De 25 a 55 anos	601,0	750,5	779,6	3,9	29,7
56 anos e mais	37,4	51,1	56,7	11,0	51,6
Taxas de Participação (em % da PIA)					
Total	61,8	64,5	64,5	0,0	4,4
Homens	70,8	72,0	71,4	-0,8	0,8
Mulheres	54,2	58,1	58,6	0,9	8,1

Fonte: PED/DF (Convênio: STb/GDF, DIEESE e SEADE/SP)

A maior participação das mulheres no mercado de trabalho pode estar associada a vários fatores, entre eles a queda do rendimento familiar nos últimos anos. Também influi o perfil do mercado de trabalho do Distrito Federal, com pouca participação da indústria de transformação e da construção civil e maior percentual do setor serviços que é mais atrativo para as mulheres. Além disso, essa abertura de mercado às mulheres proporcionaria possibilidade de realizações de seus projetos profissionais.

Por faixa etária, a maior participação na PEA está localizada entre os 25 a 55 anos. A faixa etária acima dos 55 anos, embora bem menor em termos numéricos, apresentou a maior taxa de crescimento, 51,7%, sinalizando que a queda da renda familiar também forçou esse segmento a entrar no mercado de trabalho.

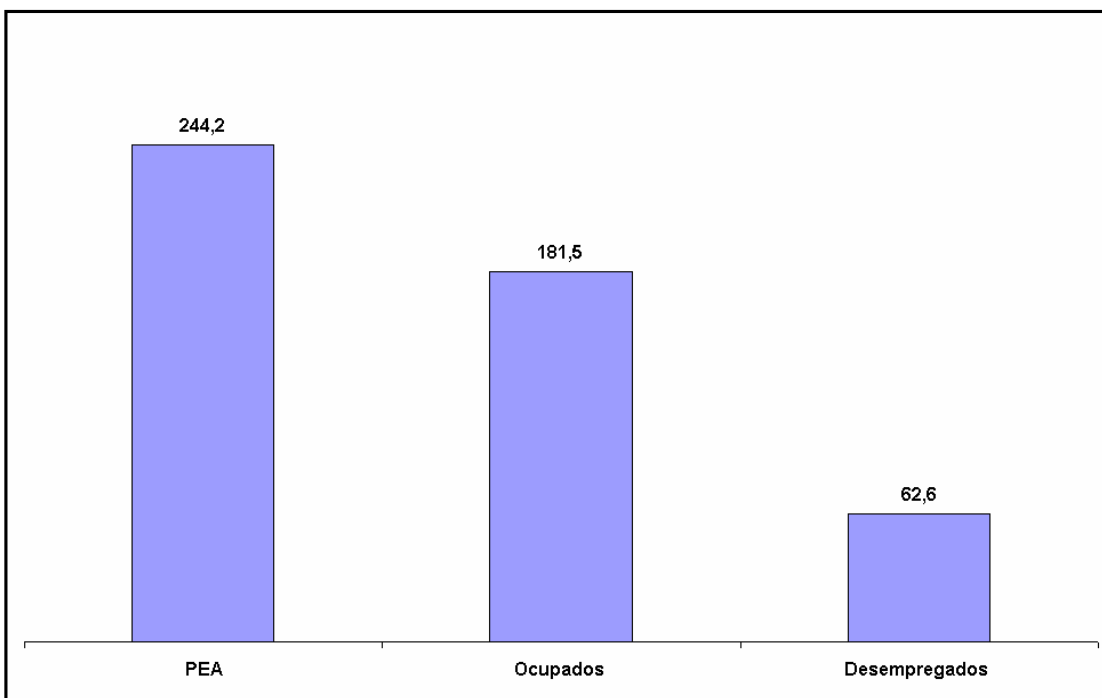
1.2 – O desempenho da ocupação e do desemprego no Distrito Federal entre 1998 e 2004

O fato de mais pessoas ingressarem no mercado de trabalho não representa necessariamente que as mesmas conseguiram uma ocupação. De fato, entre 1998 e 2004, o contingente de pessoas ocupadas se elevou em 24,6%, ficando aquém do requerido pela expansão da PEA do Distrito Federal (26,6%), resultando no crescimento de 34,7% do número de desempregados – Gráfico 2.1, que segue.

Gráfico 2.1

Varição absoluta da População Economicamente Ativa, da População Ocupada e dos Desempregados. Distrito Federal – 2004/1998.

(em 1000 pessoas)



Fonte: PED/DF (Convênio: STb/GDF, DIEESE e SEADE/SP).

A expressiva incorporação de mulheres à força de trabalho entre 1998 e 2004 ¶ produziu alterações nos contingentes de ocupados e desempregados do Distrito Federal. Este movimento se deu de modo nitidamente desvantajoso para as trabalhadoras, pois, se dentre os ocupados, elas ampliaram sua presença em 28,8%, face a elevação de 21,0% da população masculina, dentre os desempregados esta discrepância foi muito mais acentuada: enquanto a variação no contingente de homens desempregados foi de 24,8%, no de mulheres foi de 43,3%. Essa situação reflete, sobretudo, as diferenças existentes na incidência do desemprego entre os sexos, expressas na taxa de desemprego específicas, que, em 2004, ficou em 17,9% para os homens e em 24,0%, para as mulheres. Movimento semelhante é observado entre os chefes de família, para os quais, tanto entre os ocupados e desempregados, o maior crescimento se dá para as chefes mulheres (Tabela 2.2 e 2.3 que seguem).

Tabela 2.2

Estimativa da população ocupada segundo sexo e escolaridade e dos chefes de família por sexo. Distrito Federal – 1998, 2003 e 2004.

Atributos pessoais	1998	2003	2004	<i>(em 1000 pessoas)</i> Variação %	
				04/03	04/98
Total de Ocupados	738,7	868,6	920,2	5,9	24,6
Sexo					
Homens	400,6	459,7	484,7	5,4	21,0
Mulheres	338,1	409,0	435,5	6,5	28,8
Chefes de Família	348,5	414,6	437,3	5,5	25,5
Homens	278,8	314,7	330,0	4,9	18,4
Mulheres	69,7	99,9	107,3	7,4	53,9
Escolaridade					
Analfabetos	21,3	15,6	15,6	0,0	-26,8
Fundamental completo e incompleto	320,9	300,0	318,4	6,1	-0,8
Médio completo e incompleto	241,3	334,9	353,8	5,6	46,6
Superior completo e incompleto	146,0	216,4	230,6	6,6	230,6

Fonte: PED/DF (Convênio: STb/GDF, DIEESE e SEADE/SP).

Quando a evolução da população ocupada nos últimos sete anos é analisada por escolaridade, observa-se incremento exclusivamente para os segmentos de trabalhadores de maior nível de instrução. Já o desemprego que cresceu em ritmo superior ao da ocupação, aumentou sobretudo também para as pessoas com maior escolaridade, sinalizando um aumento expressivo na média de escolaridade da população no Distrito Federal. Apesar da grande redução dos desempregados com até primeiro grau incompleto, ao longo dos sete anos o contingente total de desempregados cresceu

em 34,7%. Em relação a 2003, a variação negativa de 9,5% entre os desempregados com ensino fundamental (completo e incompleto) e a variação positiva entre os ocupados com o mesmo grau de escolaridade (6,1%), demonstra que muitos postos foram criados numa faixa onde se concentra um grande número de desempregados. Aspecto positivo, porém acompanhado com baixos salários e, muitas vezes, com relações precárias de emprego. Nesse sentido, é importante o estabelecimento de políticas públicas na área educacional para esse segmento de trabalhadores pois, com a continuidade do crescimento econômico e novos investimentos em tecnologia, muitos serão excluídos do mercado de trabalho a médio ou longo prazo.

Os dados demonstram também que só o fato da pessoa ter maior escolaridade não garante que a mesma irá conseguir uma ocupação. Apesar do número de pessoas desempregadas com nível superior completo e incompleto ser baixo, o crescimento foi muito relevante (2,5%) entre 2003 e 2004 - um ano com queda nas taxas de desemprego e saldo positivo de novas ocupações – 51,5 mil. No período 1998 e 2004, o número de desempregados com nível de instrução superior também foi o que mais cresceu (142,2%), e em segundo lugar para os trabalhadores com nível de instrução média.(92,5%).

Tabela 2.3

Estimativa da população desempregada segundo sexo e escolaridade e estimativa dos chefes de família por sexo. Distrito Federal – 1998, 2003 e 2004

Atributos pessoais	<i>(em 1000 pessoas)</i>				
	1998	2003	2004	Variação %	
				04/03	04/98
Total Desempregados	180,6	257,4	243,2	-5,5	34,7
Sexo					
Homens	84,5	116,3	105,4	-9,4	24,7
Mulheres	96,1	141,1	137,8	-2,3	43,4
Chefes de Família	41,8	59,7	51,1	-14,4	22,2
Homens	31,3	40,9	33,6	-17,8	7,3
Mulheres	10,5	18,8	17,5	-6,9	66,7
Escolaridade					
Analfabetos	5,9	(1)	(1)	(1)	(1)
Fundamental completo e incompleto	106,8	114,5	103,6	-9,5	-3,0
Médio completo e incompleto	57,6	114,3	110,9	-3,0	92,5
Superior completo e incompleto	10,2	24,1	24,7	2,5	142,2

Fonte: PED/DF (Convênio: STb/GDF, DIEESE e SEADE/SP).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

O mercado de trabalho no Distrito Federal apresenta características peculiares sendo muito baixa a participação da indústria de transformação e da construção civil no PIB local, além de ser marcante a presença da administração pública. As altas remunerações oriundas dos servidores públicos estimulam outros ramos de atividade, principalmente àqueles relacionados aos serviços. Assim, aproximadamente 10% dos ocupados no Distrito Federal são empregados domésticos, taxa mais alta entre as regiões metropolitanas investigadas pela PED.

A Tabela 2.4, que segue, apresenta resultados positivos em todos os setores de atividade econômica, com destaque para o Setor Serviços que, além de ser o que mais emprega, também é o que mais cresceu ao longo dos anos. Em 2004, esse setor já empregava 56,2% do total de ocupados no Distrito Federal. A Administração Pública apresentou uma variação de 26,2% ao longo dos sete anos, ligeiramente superior à variação do total dos ocupados, (24,6%), demonstrando que ainda se mantêm como uma das principais forças empregadoras.

Tabela 2.4

**Estimativa da população ocupada segundo setor de atividade econômica.
Distrito Federal – 1998, 2003 e 2004**

Setor de Atividade Econômica	1998	2003	2004	(em 1.000 pessoas)	
				Varição % 04/03	Varição % 04/98
Indústria de Transformação	29,0	31,5	33,3	5,7	14,8
Construção Civil	32,8	30,6	32,3	5,6	-1,5
Comércio	110,5	137,1	145,7	6,3	31,9
Serviços	412,4	484,7	516,9	6,6	25,3
Administração Pública	145,3	176,4	183,3	3,9	26,2
Outros Setores	8,2	8,3	8,7	4,8	6,1
Total	738,8	868,6	920,2	5,9	24,6

Fonte: PED/DF (Convênio: STb/GDF, DIEESE e SEADE/SP).

1.3 – O comportamento dos rendimentos do trabalho no Distrito Federal entre 1998 e 2004

O rendimento médio real apresentou queda expressiva entre 1998 e 2004. Para o total dos ocupados, a queda do rendimento médio foi de 18,7% nesse período e de 1,2% entre 2003 e 2004. Quando o dado é desagregado para as diferentes posições na ocupação é possível observar onde a perda do poder aquisitivo foi mais relevante no período de 1998 a 2004: entre os assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada registrando-se uma queda real de 21,8%. Para os assalariados do setor privado sem carteira de trabalho assinada verificou-se uma queda de 7,0% no período 1998/2004 (Tabela 2.5 que segue).

Tabela 2.5

**Rendimento Médio Real da População Ocupada no Distrito Federal,
segundo Posição na Ocupação: 1998, 2003 e 2004**

(em Reais a preços de jan/05)

Posição na Ocupação	1998	2003	2004	Variação %	
				04/03	04/98
Ocupados	1.501	1.235	1.220	-1,2	-18,7
Assalariados	1.677	1.388	1.398	0,7	-16,6
Setor Privado	935	765	754	-1,4	-19,4
Com Carteira de Trabalho Assinada	1.010	792	790	-0,3	-21,8
Sem Carteira de Trabalho Assinada	642	645	597	-7,4	-7,0
Setor Público	2.604	2.397	2.499	4,3	-4,0

Fonte: PED/DF (Convênio: STb/GDF, DIEESE e SEADE/SP).

A diferença nas remunerações entre os assalariados com carteira de trabalho assinada e os sem carteira diminuiu ao longo dos anos principalmente em função do recuo nos rendimentos médios dos assalariados com carteira de trabalho assinada.

Em relação a 2003, o setor público apresentou um crescimento no rendimento médio real (4,3%) auxiliando a estabilização da remuneração média dos assalariados, uma vez que o setor privado apresentou comportamento negativo (1,4%).

A diferença entre as remunerações das mulheres e dos homens vem caindo no período, o que seria em princípio uma notícia benéfica.. Entretanto, tal desigualdade vem se reduzindo, principalmente, devido à retração na remuneração dos homens, e não pelo crescimento da renda das mulheres.. Em 2004, apesar da redução da diferença identificada entre os ganhos do trabalho entre homens e mulheres, o contingente feminino ainda auferia, em média, 70,8% do respectivo rendimento dos homens.

2 - Os trabalhadores da saúde no Distrito Federal

Em 2004, dos 1.163,5 mil trabalhadores que compunham a População Economicamente Ativa (PEA) do Distrito Federal, 56,4 mil constituíam o contingente com experiência de trabalho na área de saúde. Estão incluídos os ocupados com trabalho principal nos ramo de atividade serviços de saúde, os ocupados em ocupações típicas da saúde em empresas de outros ramos de atividade e os desempregados cujo último trabalho exercido foi no ramo de atividade serviços de saúde correspondendo a 4,8% da força de trabalho regional. Entre 1998 e 2004, estes dois segmentos populacionais apresentaram comportamentos muito semelhantes, tendo se verificado acréscimo de 27,0% no número de trabalhadores da saúde e de 26,6% da PEA local.

Do conjunto de trabalhadores da saúde em 2004, a maior parcela (81,3%) estava ocupada no ramo serviços da saúde, enquanto proporção menor (9,6%) exerciam ocupações típicas da saúde contratados por empresas de outros ramos de atividade econômica.. No período 1998/2004, verificou-se um crescimento ocupacional mais acentuado para este último segmento de trabalhadores (35,0%) do que observado no contingente de ocupados do ramo serviços de saúde. Este último movimento, também verificado nas outras regiões investigadas pela PED, sugere crescimento do atendimento de saúde no âmbito das empresas empregadoras de outros segmentos produtivos – Tabela 2.6 que segue e Anexo Estatístico/Tabelas 2.1 e 2.2.

Tabela 2. 6

Estimativa da População Economicamente Ativa e dos trabalhadores da saúde, segundo forma de inserção ocupacional. Distrito Federal – 1998/2004

(em 1.000 pessoas)

Categorias	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
População Economicamente Ativa (PEA)	919,3	952,6	994,1	1.034,0	1.089,6	1.126,2	1.163,5
Total de Trabalhadores na Saúde	44,4	47,5	50,9	51,7	53,3	53,8	56,4
Ocupados com Trabalho Principal no Ramo Serviços de Saúde	36,0	38,4	42,6	42,0	43,9	43,8	45,9
Ocupados em Ocupações Típicas da Saúde em Outros Ramos de Atividade	4,0	3,7	3,7	4,6	4,3	4,8	5,4
Desempregados com Experiência Anterior no Ramo Serviços de Saúde	4,3	5,4	4,6	5,1	5,2	5,2	5,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

Em 2004, o contingente de desempregados cuja última inserção laboral foi no ramo serviços de saúde foi de 5,1 mil pessoas, correspondendo a 9,1% do total de trabalhadores da saúde neste ano. Em 1998, o número de desempregados egressos do ramo serviços de saúde era de 4,3 mil indivíduos, portanto, 18,6% menor.

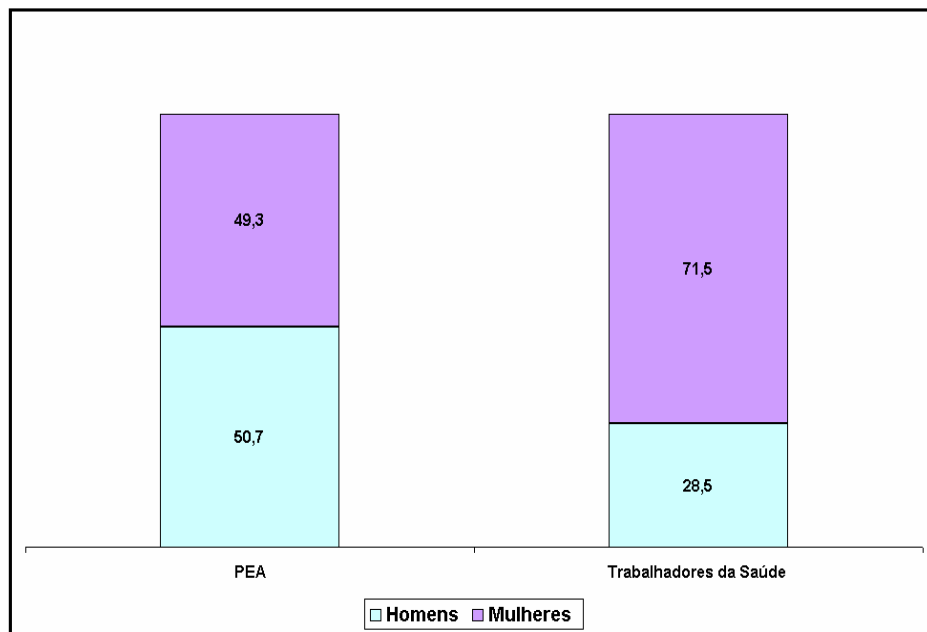
2.1 - O perfil da força de trabalho da saúde no Distrito Federal

Entre os trabalhadores da saúde no Distrito Federal predominam as mulheres, que correspondiam, em 2004, a 71,5% destes trabalhadores compreendendo um contingente de 40,4 mil trabalhadoras. Tal representação difere sobremaneira da encontrada no conjunto da PEA regional, na qual a proporção de mulheres se reduz para 49,3% no mesmo ano – Gráfico 2.2, que segue.

Gráfico 2.2

Distribuição da População Economicamente Ativa e dos trabalhadores da saúde segundo sexo.
Distrito Federal – 2004

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

Em relação à posição ocupada pelos trabalhadores da saúde em suas famílias, identifica-se uma menor presença de chefes e uma inserção mais acentuada de cônjuges e filhos do que a verificada no conjunto da PEA regional. Com efeito, dentre os trabalhadores com experiência na área de saúde, 35,8% eram chefes de família e 31,3%, cônjuges. Já na PEA do Distrito Federal, esses segmentos correspondiam a 42,0% e 20,2%, respectivamente. Tal situação, provavelmente, esta associada à forte presença feminina no segmento da saúde – Anexo Estatístico/Tabela 2.3.

A distribuição etária dos trabalhadores da saúde por outro lado, registra uma maior aproximação com o padrão identificado na PEA local, porém com uma proporção de jovens na faixa de 18 a 24 anos menor. Em 2004, 83,6% dos trabalhadores da saúde tinham 25 anos ou mais, enquanto a proporção dos trabalhadores desta faixa etária na PEA regional era de 71,9%. Não deixa de chamar atenção, contudo, a elevada proporção de trabalhadores da saúde na faixa etária de 25 e 39 anos, cujo contingente foi estimado em 27,3 mil pessoas, praticamente a metade do conjunto dos trabalhadores da saúde – Tabela 2.7, que segue.

Tabela 2.7

Estimativas e distribuição da População Economicamente Ativa e dos trabalhadores da saúde, segundo idade. Distrito Federal – 2004

Idade	PEA		Saúde	
	Estimativa (em 1.000 pessoas)	%	Estimativa (em 1.000 pessoas)	%
De 18 a 24 Anos	278,1	23,9	8,9	15,7
De 25 a 39 Anos	496,8	42,7	27,3	48,3
40 anos e mais	339,5	29,2	19,9	35,3

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

Característica importante dos trabalhadores da saúde é sua elevada escolarização, o que torna-se evidente pela constatação de que, em 2004, 28,4% deles tinham nível superior completo, proporção que cai para 14,7% quando referida ao conjunto da PEA do Distrito Federal. Além disso, somando-se os de nível médio completo e os de nível superior incompleto é possível verificar que 52,2% dos trabalhadores da saúde detém a formação média completa. Esses números não surpreendem, principalmente pelo fato das principais ocupações na saúde demandarem formação mínima de nível médio e exigirem comprovação efetiva para o exercício da função – Tabela 2.8, que segue, e Anexo Estatístico/Tabela 2.3.

Tabela 2.8

Estimativas e distribuição da População Economicamente Ativa e dos trabalhadores da saúde, segundo escolaridade. Distrito Federal –2004

Escolaridade	PEA		Saúde	
	Estimativa (em 1.000 pessoas)	%	Estimativa (em 1.000 pessoas)	%
Ensino Fundamental	443,5	38,1	8,5	15,0
Incompleto (1)	311,7	26,8	5,5	9,8
Completo	131,8	11,3	(2)	(2)
Ensino Médio	464,7	39,9	27,6	48,9
Incompleto	101,5	8,7	(2)	(2)
Completo	363,1	31,2	25,1	44,6
Ensino Superior	255,3	21,9	20,3	36,0
Incompleto	84,5	7,3	(2)	(2)
Completo	170,8	14,7	16,0	28,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

(1) Inclui analfabetos e alfabetizados sem escolaridade.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

2.2 Ocupados com trabalho principal no ramo de atividade Serviços de Saúde no Distrito Federal

Nesta seção é apresentado o perfil da população ocupada nos serviços de saúde. Serão abordados nesta parte do relatório as características pessoais dos ocupados neste ramo de atividade econômica, suas principais ocupações, vínculos contratuais, além das remunerações e respectivas jornadas de trabalho. Ressalta-se que, devido a características próprias do mercado de trabalho no Distrito Federal, em alguns momentos da análise a amostra não comporta a desagregação para a respectiva categoria e portanto, não pode ser analisada. Em várias circunstâncias, entretanto, esta dificuldade de por si denota a raridade de determinados eventos no Distrito Federal. Este é o caso da incidência da categoria “médicos”, conforme destacado posteriormente neste relatório.

2.3 - Perfil dos ocupados no ramo Serviços de Saúde no Distrito Federal

As características pessoais dos ocupados com trabalho principal no ramo de atividade Serviços de Saúde reproduzem o perfil já identificado para o conjunto da força de trabalho com experiência nesta área. (Tabela 2.9, que segue).

Tabela 2.9

Distribuição dos Ocupados com Trabalho Principal no Ramo Serviços de Saúde, segundo Atributos Pessoais. Distrito Federal – 2004

Atributos pessoais	Percentual
Sexo	100,0
Homens	29,6
Mulheres	70,4
Faixa etária	100,0
De 10 a 24 Anos	15,2
De 25 a 39 Anos	47,8
40 Anos e Mais	37,0
Posição na família	100,0
Chefe	37,3
Demais	62,7
Cônjuge	31,3
Filho	24,9
Outros	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

As mulheres continuam sendo a grande maioria dos ocupados nos serviços de saúde (70,4%), destacando também as pessoas com 25 anos ou mais (84,8%), com uma elevada proporção (37,0%) com 40 anos e mais. A maior parcela tem responsabilidades familiares por serem chefes de família ou cônjuges (37,3% e 31,3% respectivamente). Conforme esperado, estes ocupados também apresentam um alto nível de escolaridade, com uma parcela de 28,5% com nível superior completo. Destaca-se como majoritária a proporção de negros (62,7%), seguindo a tendência populacional do Distrito Federal.

Os serviços de saúde exigem um grau de formação e especialização relativamente alto. No caso do Distrito Federal, a análise para esta região deve ter presente que os altos índices de escolaridade verificados para este segmento de trabalhadores refletem principalmente a alta escolaridade encontrada na Administração Pública em geral.

Os indicadores apresentados evidenciam uma elevação do nível de instrução dos ocupados neste ramo de atividade, uma vez que o percentual de trabalhadores com ensino fundamental caiu de 20,6% para 14,7% entre 1998 e 2004, enquanto aumenta em 3,6 pontos percentuais (p.p.) a proporção com o nível médio e em 2,2 p.p com nível superior (Tabela 2.14, que segue, e Anexo Estatístico /Tabela 2.7).

Cabe destacar que no ensino fundamental, sua expressiva queda é resultado da redução na proporção daqueles que não concluíram o ensino fundamental, o que significa um avanço extraordinário em termos de escolaridade.. Já no ensino superior, surpreende o fato de ter ocorrido um aumento expressivo de 30,6% para 36,8% entre 2001 e 2002. Este fato pode ser perfeitamente explicado pela explosão, iniciada em 1999, do número de universidades privadas no Distrito Federal, abrangendo inclusive a formação específica na área de saúde.

Tabela 2.14

Distribuição dos Ocupados com Trabalho Principal no Ramo Serviços de Saúde, segundo Escolaridade. Distrito Federal – 1998/2004

	(em %)						
Escolaridade	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ensino Fundamental	20,6	19,0	18,8	19,7	15,1	15,1	14,7
Incompleto (1)	14,2	11,2	12,0	12,0	8,9	9,6	9,8
Completo	(2)	7,8	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Ensino Médio	45,0	48,1	50,2	49,7	48,1	49,4	48,6
Incompleto	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Completo	39,3	41,5	44,5	44,6	42,2	44,9	44,6
Ensino Superior	34,4	32,9	30,9	30,6	36,8	35,5	36,6
Incompleto	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Completo	31,0	28,7	26,4	26,8	29,2	29,7	28,5

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Inclui analfabetos e alfabetizados sem escolaridade.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

No ensino médio, que engloba quase a metade dos ocupados nos serviços de saúde em praticamente todos os anos da série, convém ressaltar que o maior avanço deste nível de instrução foi registrado entre os anos 1998 e 1999, ao elevar seu respectivo percentual de 45,0% para 48,1%. Mesmo não contando com amostra que torne possível a desagregação do dado, pode-se perceber que este avanço ocorreu não apenas entre aqueles que completaram o ensino médio, mas também daqueles que ainda não concluíram esta etapa .

Finalmente, como resultado da elevação dos níveis de escolaridade observada no período dos últimos sete anos , verifica-se que em 2004, a soma dos indivíduos com ensino médio completo ou que já alcançaram o ensino superior, ou seja, pessoas com mais de 11 anos de estudo, passou a representar 81,2% dos ocupados do ramo da saúde

A tabela 2.15 mostra que os homens ocupados nos serviços de saúde apresentam níveis de escolaridade superior ao observado entre as mulheres. As mulheres,, estão mais concentradas no ensino médio, mas também apresentam elevadas índices no ensino superior. porém em menor proporção que o verificado entre os homens, respectivamente 34,7% e 41,2 %.

É importante destacar que, entre 2003 e 2004, as mulheres apresentaram uma inversão entre o ensino médio e o ensino superior. No nível médio verifica-se uma queda passando seu respectivo percentual de 55,2% para 52,2%, enquanto que no ensino superior, os valores elevam-se de 31,9% para 34,7%. Este fator aponta para uma crescente esforço, por parte das mulheres em alcançar o nível superior de ensino, que certamente colocará as mulheres em patamares semelhantes aos dos homens em breve espaço de tempo.

Tabela 2.15

Distribuição dos Ocupados com Trabalho Principal no Ramo Serviços de Saúde, segundo Nível de Instrução. Distrito Federal – 1998/2004

	(em %)						
Sexo e Nível de Instrução	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ensino Fundamental							
(Completo e Incompleto)	25,0	25,6	24,8	(2)	(2)	(2)	(2)
Ensino Médio	32,0	35,9	35,9	35,8	37,0	35,4	40,3
Incompleto	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Completo	26,4	31,1	31,0	30,5	30,8	30,5	(2)
Ensino Superior	43,1	38,4	39,3	39,2	41,9	44,2	41,2
Incompleto	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Completo	40,7	35,0	34,0	37,2	34,5	38,1	(2)
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ensino Fundamental	18,6	16,1	16,2	17,7	12,6	12,9	(2)
Incompleto (1)	13,0	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Completo	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Ensino Médio	50,8	53,4	56,6	55,2	52,7	55,2	52,2
Incompleto	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Completo	45,0	46,1	50,5	50,0	47,0	50,9	48,6
Ensino Superior	30,6	30,5	27,2	27,2	34,7	31,9	34,7
Incompleto	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Completo	26,7	26,0	23,0	22,7	27,0	26,2	26,3

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.

(1) Inclui analfabetos e alfabetizados sem escolaridade.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

2.4 - Ocupações exercidas pelos ocupados no ramo Serviços de Saúde no Distrito Federal

Ao identificar os tipos de ocupação exercidas pelos trabalhadores com trabalho principal no ramo Serviços da Saúde no Distrito Federal, verificou-se que, em 2004, 40,4% exerciam ocupações típicas dos Serviços de Saúde, enquanto 58,8% estavam alocados em ocupações administrativas, que compreendem direção, gerenciamento ou apoio. Dentre as ocupações típicas apenas os profissionais de enfermagem apresentam desagregação possível, sendo que eles representavam, no último ano da série, 24,2% do total das ocupações consideradas como típicas da saúde.

Tabela 2.16

Distribuição dos Ocupados com Trabalho Principal nos Serviços de Saúde, segundo Tipo de Ocupação Exercida. Distrito Federal – 1998/2004

Tipo de Ocupação Exercida	(em %)						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	43,1	41,6	40,8	40,3	41,0	41,0	40,4
Especialistas em Saúde	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Médicos	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Acadêmicos de Hospital, Fisioterapeutas e							
Outros Especialistas em Medicina	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Dentistas	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Enfermeiros (1)	22,7	22,1	23,1	22,0	22,5	22,1	24,2
Outros (2)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Demais Ocupações relacionadas à Saúde (3)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	56,3	58,0	58,6	59,3	58,4	58,7	58,8

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem os enfermeiros diplomados e não diplomados e as parteiras.

(2) Incluem os nutricionistas, os ortoptistas e óticos, os psicólogos e os protéticos.

(3) Incluem os farmacêuticos e químicos, os técnicos químicos, os biólogos, os farmacologistas e os práticos de farmácia.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

2.5 - Os vínculos de trabalho dos ocupados no ramo Serviços de Saúde no Distrito Federal

A distribuição dos ocupados por posição na ocupação, permite verificar que, em 2004, a grande maioria (91,0%) dos ocupados na saúde eram assalariados. Estas ocupações estão distribuídas de forma quase equânime entre o setor público e o privado. O setor privado empregava 45,8% dos ocupados do ramo de serviços de saúde, enquanto o setor público era responsável por 45,2%. Ainda observando essa desagregação, vale destacar a grande quantidade de ocupados com carteira assinada no setor privado (40,7%), percentual quase igual ao estimado para estatutários do setor público (39,4%) em 2004 (Tabela 2.17, que segue, e Anexo Estatístico/Tabela 2.12).

Tabela 2.17

Distribuição dos Ocupados com Trabalho Principal no Ramo Serviços de Saúde, segundo Posição na Ocupação. Distrito Federal – 1998/2004

Posição na Ocupação	(em %)						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados (1)	87,4	88,8	90,5	89,3	89,8	89,3	91,0
Setor Privado	38,2	40,4	40,8	43,5	44,0	47,4	45,8
Com Carteira Assinada	33,6	35,0	35,7	37,8	38,7	41,7	40,7
Sem Carteira Assinada	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Setor Público	49,2	48,5	49,7	45,8	45,9	42,0	45,2
Estatutários	41,7	43,5	44,2	40,6	39,9	36,4	39,4
Celetistas	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Outros	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Profissionais Universitários Autônomos (2)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Autônomos/Conta-Própria e Demais (3)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

- (1) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence a empresa em que trabalham.
- (2) Profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições.
- (3) Incluem os trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público - exceto os profissionais universitários autônomos - empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.
- (4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Observando a evolução dos assalariados ao longo dos sete anos, é possível verificar que os empregados no setor privado cresceram em paralelo à diminuição no setor público. Na série temporal em questão, a proporção de empregados no setor privado passou de 38,2% para os 45,8% nos anos extremos, enquanto no setor público os índices passaram de 49,2% para 45,2%.

Cabe também destacar que no setor privado, em 2004, 88,9% dos assalariados tinham carteira de trabalho assinada pelo atual empregador. Comparando estes índices com os valores dos ocupados em geral no Distrito Federal, percebe-se que existe uma prevalência na contratação legal destes profissionais. No setor público, chama a atenção que 87,2% dos trabalhadores no ramo da saúde sejam estatutários, percentual um mais elevado que o observado para o total de assalariados do setor público no Distrito Federal em 2004 (77,4%).

2.6 - Estabilidade de trabalho dos ocupados no ramo Serviços de Saúde no Distrito Federal

A rotatividade é um aspecto importante de ser analisado quando se traça o perfil das ocupações. No caso do ramo da saúde, o trabalhador permaneceu, em média, 103 semanas em seu trabalho principal em 2004, tempo este sete semanas superior ao verificado em 1998 (Tabela 2.18, que segue, e Anexo Estatístico/Tabela 2.16).

É possível verificar que existe uma grande divergência entre o tempo médio de permanência no setor privado e no setor público, sendo que neste último o tempo de permanência ultrapassa em mais de três vezes o observado no primeiro. Em 2004, um empregado do setor público no ramo de serviços de saúde permanecia, em média, 156 semanas no seu atual emprego, diante das 51 semanas registrada para os assalariados no setor privado.

Esta discrepância ocorre historicamente e se eleva quando comparado aos estatutários do setor público, que registram o maior tempo médio de permanência entre todos os profissionais deste ramo.

A análise da série temporal, permite afirmar que o crescimento de 25 semanas em média no setor público foi impulsionado pela estabilidade dos estatutários. Também revela que entre os empregados no setor privado, o tempo médio de permanência cresceu apenas 7 semanas no mesmo período.

Fica, portanto, evidenciado que existe uma alta taxa de rotatividade no setor privado, enquanto que o ocupado no setor público continua usufruindo de maior estabilidade no emprego e, conforme se constatará mais adiante, pelas remunerações mais elevadas.

Tabela 2.18

Tempo Médio de Permanência no Trabalho Principal dos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde, segundo Posição na Ocupação. Distrito Federal – 1998/2004

(em semanas)

Posição na Ocupação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	96	100	102	100	97	101	103
Assalariados (1)	93	101	102	98	95	99	103
Setor Privado	44	43	46	45	49	52	51
Com Carteira Assinada	47	48	50	48	53	55	55
Sem Carteira Assinada	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Setor Público	131	149	148	149	139	153	156
Estatutários	145	160	159	161	151	167	168
Celetistas	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Outros	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Profissionais Universitários Autônomos (2)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Autônomos/Conta-Própria e Outros (3)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence a empresa em que trabalham.

(2) Profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições.

(3) Incluem os trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público, exceto os profissionais universitários autônomos, empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

2.7 - O exercício de trabalhos adicionais entre os ocupados no ramo serviços de saúde no Distrito Federal

Uma característica importante dos ocupados nos serviços de saúde é a grande quantidade de trabalhadores que trabalham em dois ou mais postos de trabalhos e isso se deve à própria natureza das profissões, bem como à sua situação especial no que tange a regulamentação da jornada de trabalho. Além disso, cabe ressaltar que as profissões ligadas à saúde junto com as do magistério são as únicas com direito ao acúmulo de cargos no setor público. A este respeito, os dados analisados mostram que, em 2004, enquanto no total de ocupados do Distrito Federal o percentual de trabalhadores com trabalhos adicionais era de 4,6%, enquanto entre os ocupados no ramo de

serviços de saúde este percentual eleva-se para 11,1% (Tabela 2.19, que segue, e Anexo Estatístico/Tabela 2.21).

Tabela 2.19

Estimativas do Total de Ocupados da RMSP e de Ocupados no Ramo Serviços de Saúde segundo Trabalho Adicional. Distrito Federal – 1998/2004

Ocupados com Trabalho Adicional	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Ocupados na RMSP com trabalho adicional (em 1.000 pessoas)	35	30	33	31	41	36	43
% de Ocupados na RMSP com Trabalho Adicional (1)	4,8	4,1	4,1	3,8	4,7	4,2	4,6
Ocupados no ramo Serviços de Saúde com Trabalho Adicional (em 1.000 pessoas)	4	4	5	4	5	5	5
% de Ocupados nos Serviços de Saúde com Trabalho Adicional (2)	12,4	10,9	11,6	9,9	12,3	12,1	11,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Total de ocupados com trabalho adicional / total de ocupados.

(2) Total de ocupados nos serviços de saúde com trabalho adicional / total de ocupados nos serviços de saúde.

Cabe esclarecer que como o total de ocupados nos serviços de saúde com trabalho adicional representa um contingente de 5 mil pessoas, a análise segundo seus atributos ou características pessoais ficou comprometida pela representatividade estatística anteriormente comentada. Apenas é possível assinalar que destes trabalhadores que exerciam trabalho adicional, em 2003, 73,5% exerciam no seu trabalho principal, ocupações típicas da saúde percentual superior ao verificado em 1998 (67,2%). Além disso, em 2004, 86,6% dos mesmos eram assalariados, percentual que atingiu seu ápice em 2002, elevando-se para 89,0%.

2.8 - Jornada de trabalho e rendimentos dos ocupados no ramo Serviços de Saúde no Distrito Federal

Para a análise deste item foram processados indicadores sobre a jornada dos trabalhadores da área da saúde considerando-se não só a jornada do trabalho principal como também especificando a jornada daqueles com trabalho adicional e dos que possuem exclusivamente um único trabalho.

A tabela 2.20, que segue, apresenta a jornada média semanal do trabalho principal do conjunto dos trabalhadores na saúde. Em 2004, é possível verificar que, em média, os ocupados na saúde trabalharam 39 horas por semana. Os assalariados no setor privado trabalharam, em média, 41

horas semanais, enquanto entre os ocupados do setor público esta jornada se reduz para 38 horas semanais. Assim, em 2004 a jornada média do trabalho principal para o conjunto dos assalariados era de 40 horas, por semana

Vale ressaltar que, entre para os assalariados do setor privado com carteira de trabalho registrada, a jornada média de 42 horas semanais supera em 4 horas a respectiva jornada do servidor público estatutário.

Tabela 2.20

Horas Médias Semanais Trabalhadas no Trabalho Principal pelos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde, segundo Posição na Ocupação no Trabalho Principal. Distrito Federal – 2004

Posição na Ocupação	Horas Médias Semanais
Total	39
Assalariados (1)	40
Setor Privado	41
Com Carteira Assinada	42
Sem Carteira Assinada	(4)
Setor Público	38
Estatutários	38
Celetistas	(4)
Outros	(4)
Profissionais Universitários Autônomos (2)	(4)
Autônomos/Conta-Própria e Demais (3)	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

- (1) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence a empresa em que trabalham.
- (2) Profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições.
- (3) Incluem os trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público - exceto os profissionais universitários autônomos, empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.
- (4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Ainda é possível verificar que, em 2004, a jornada média no trabalho principal dos trabalhadores que exercem ocupações típicas dos serviços de saúde foi de 38 horas semanais, sendo que a mesma permaneceu estável ao longo do período considerado, enquanto os trabalhadores em ocupações de direção, planejamento e apoio esta jornada era de 40 horas semanais, permanecendo também estável ao longo período..

Tabela 2.21

Horas Médias Semanais Trabalhadas no Trabalho Principal pelos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde, segundo Tipo de Ocupação Exercida no Trabalho Principal. Distrito Federal – 1998/2004

Tipo de Ocupação Exercida	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	39	39	39	39	39	39	39
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	38	38	38	38	38	38	38
Especialistas em Saúde	39	39	40	39	39	38	39
Médicos	39	39	41	40	39	40	40
Enfermeiros	38	37	37	37	37	38	39
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	40	40	40	40	40	40	40

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.

A distribuição segundo classes de horas semanais trabalhadas no trabalho principal mostra que a maioria dos ocupados no ramo de serviços (70,6%) trabalhou entre 30 e 40 horas semanais no ano de 2004. Além disso, é interessante destacar que uma parcela de 19,2% trabalhou acima de 44 horas no seu trabalho principal – Tabela 2.22, que segue.

Tabela 2.22

Distribuição dos Ocupados com Trabalho Principal no Ramo Serviços de Saúde, segundo Classes de Horas Semanais Trabalhadas no Trabalho Principal. Distrito Federal – 1998/2004

Classes de Horas	(em %)						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 30 horas	(1)	7,3	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
De 30 a 40 horas	68,4	71,1	69,4	68,9	66,0	70,2	70,6
De 41 a 44 horas	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Mais de 44 horas	20,4	19,0	20,5	21,1	22,5	18,6	19,2

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

O principal impacto sobre as condições de trabalho para quem mantém mais de um trabalho está na extensão de sua jornada de trabalho total. Constata-se que, enquanto a jornada média no ano de 2004 era de 40 horas semanais para os trabalhadores que não tem trabalho adicional, esta jornada

média eleva-se para 57 horas semanais para os trabalhadores com mais de um trabalho. Portanto, é possível afirmar que, em média, aqueles que têm trabalho adicional trabalham 17 horas a mais por semana – que o conjunto dos que têm exclusivamente o trabalho principal. Esta mesma tabela mostra que 79,6% daqueles com trabalho adicional trabalham 44 horas ou mais por semana, ao passo que este percentual para os que não tem outro trabalho cai para 20,4% - Tabela 2.23, que segue.

Tabela 2.23

**Horas Semanais Trabalhadas pelos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde com e sem Trabalho Adicional
Distrito Federal – 1998/2004**

Exercício de Trabalho Adicional	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total de ocupados (1)							
Jornada Média em Todos os Trabalhos	42	41	42	42	42	42	42
Trabalho Principal	39	39	39	39	39	39	39
Trabalho Adicional	23	23	24	25	23	22	22
% que Trabalha mais de 44 Horas	29,0	26,2	28,7	28,4	30,3	26,0	27,0
Com Trabalho Adicional							
Jornada Média em Todos os Trabalhos	59	58	58	60	59	58	57
No Trabalho Principal	37	36	35	35	36	36	36
No Trabalho Adicional	23	23	24	25	23	22	22
% que Trabalha mais de 44 Horas	83,3	79,9	81,4	81,6	80,2	76,0	79,6
Sem Trabalho Adicional							
Jornada Média no Trabalho Principal	39	39	40	40	40	40	40
% que Trabalha mais de 44 Horas	21,1	19,5	21,6	22,5	23,1	19,1	20,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Inclui o total de ocupados com trabalho principal no ramo de saúde que possuem ou não trabalho adicional.

Também é possível observar que, a jornada média semanal do conjunto dos trabalhadores da saúde, somando-se as horas trabalhadas no trabalho principal e adicional, eleva-se para 42 horas por semana, 3 horas a mais da jornada média calculada para o trabalho principal. Por outro lado, o percentual daqueles que trabalham mais de 44 horas semanais é de 27,0%.

Por fim, é importante destacar que, o exercício de trabalho adicional significa, para os trabalhadores que o exercem, uma sobrecarga de trabalho expressa não somente pela elevação já comentada da sua jornada média de trabalho como especialmente pelo elevado percentual –daqueles que

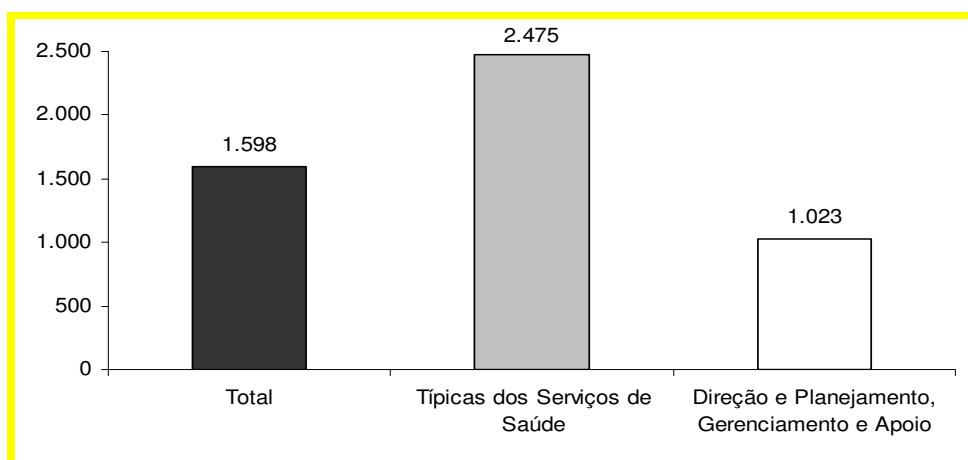
trabalham acima de 44 horas semanais (79,6% em 2004), embora tenha sido observada uma redução desta proporção no decorrer dos últimos 7 anos.

Em 2004, o Distrito Federal o rendimento médio mensal dos ocupados na saúde no exercício do trabalho principal foi de R\$ 1.598. Esse valor é superior , em 27,6%, ao rendimento médio dos ocupados na região, estimado em R\$ 1.252. O grau de escolaridade, profissionalização e experiência exigida para o desempenho das atividades do serviço da saúde contribui para esta diferença. Também é importante notar que no Distrito Federal, conforme comentado anteriormente, registram-se os mais altos rendimentos médios em relação às demais regiões metropolitanas pesquisadas pelo DIEESE.

Entre aqueles que trabalham em ocupações consideradas como típicas de saúde, tais como médicos, dentistas, enfermeiros e outros especialistas em saúde, o rendimento médio é de R\$ 2.475. Em contrapartida, os que exercem funções em áreas administrativas, (, direção e planejamento, gerenciamento ou apoio) o rendimento médio é de R\$ 1.023, valor substancialmente inferior à média apurada para o conjunto dos ocupados da saúde (R\$ 1.598) e representa cerca de dois quintos do rendimento médio obtido pelos ocupados em ocupações típicas da saúde (Gráfico 2.3, que segue).

Gráfico 2.3

Rendimento Médio Mensal (1) no Trabalho Principal dos Ocupados no Ramo Serviços da Saúde, segundo Tipo de Ocupação Exercida .Distrito Federal – 2004



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.

(1) Em reais de maio de 2005.

Analisando a série histórica, constatou-se redução de 23,8% nos rendimentos médios reais do conjunto dos ocupados no ramo dos serviços de saúde, redução mais acentuada para as ocupações de administrativas (24,7%). Em consequência a diferença entre os rendimentos médios mensais dos ocupados nos cargos típicos da saúde e daqueles em ocupações de gerenciamento e apoio aumenta. Em 1998 o valor do rendimento médio dos trabalhadores em ocupações típicas representava 129,2% do respectivo rendimento destes últimos, índice que se eleva para 141,9% em 2004.

Tabela 2.24

Rendimento Médio do Trabalho Principal dos Ocupados no Ramo dos Serviços de Saúde, segundo Tipo de Ocupação Exercida Distrito Federal – 1998-2004

(em Reais de maio de 2005)

Tipo de Ocupação Exercida	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Varição
								2004/1998 (em %)
Total	2.098	2.113	1.838	1.880	1.796	1.523	1.598	-23,8
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	3.116	3.190	2.790	2.982	2.685	2.243	2.475	-20,6
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	1.359	1.400	1.197	1.179	1.199	1.068	1.023	-24,7

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial.

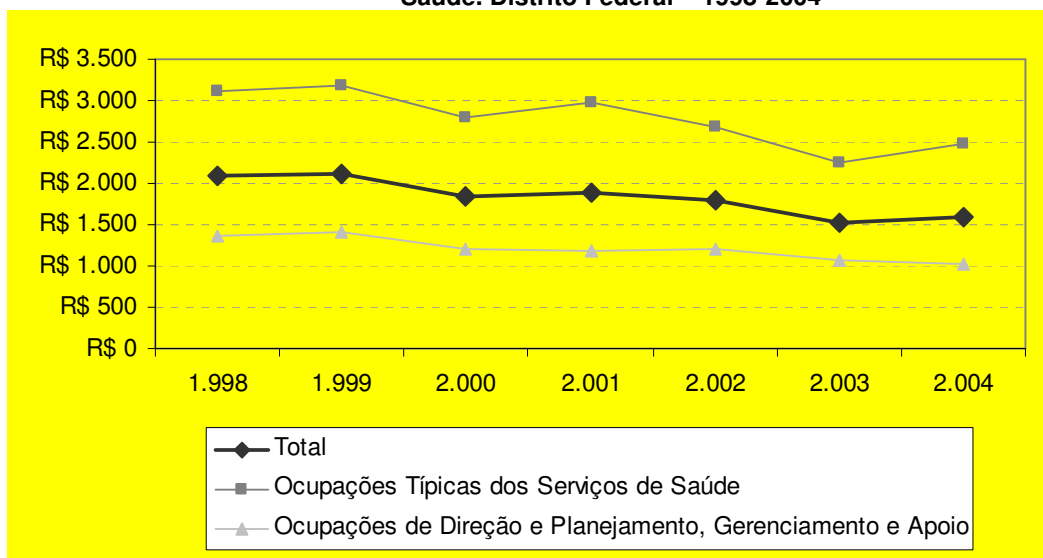
Inflator utilizado: INPC-DF/IBGE.

Elaboração: DIEESE.

O gráfico 2.4, que segue, apresenta a evolução do rendimento médio mensal no trabalho principal dos ocupados no ramo de serviços de saúde no período em análise. Pode-se observar que, entre 1998 e 1999, houve uma relativa estabilidade, com leve inclinação positiva; e durante o período 1999 e 2003, registra-se uma queda acentuada nos rendimentos do ramo como um todo, acompanhado, para 2004, de uma recuperação principalmente para as ocupações típicas do serviço de saúde. Entretanto, as ocupações de direção, planejamento, gerenciamento e apoio tiveram uma queda de 4,2% entre os dois últimos anos da série.

Gráfico 2.4

Evolução do Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal dos ocupados no Ramo Serviços de Saúde. Distrito Federal – 1998-2004



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: Exclusivo os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial. Inflator utilizado: INPC-DF/IBGE.

Elaboração: DIEESE.

Considerando-se o subconjunto de assalariados no ramo da saúde, que representam 91,0% da categoria em 2004, verifica-se que o rendimento médio, que era de R\$ 1.790 ₿ em 1998, decresceu 20,3%, passando para R\$ 1.427, em 2004. Essa retração foi resultado basicamente da redução expressiva dos rendimentos médios no setor privado. No período de 1998 a 2004, o rendimento médio dos assalariados no setor privado apresentou forte declínio, com queda de 24,9% do seu poder aquisitivo, ao passar de R\$ 931 para R\$ 699. Contudo, as perdas também foram altas para o setor público, apesar de relativamente menor (de 11,3%) passando de R\$ 2.462 para R\$ 2.183, no mesmo período.

Tabela 2.25

**Rendimento mensal médio real do Trabalho Principal dos Assalariados no Ramo dos Serviços de Saúde, por Setor Institucional
Distrito Federal – 1998-2004**

(em reais de maio de 2005)

Setor Institucional	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Varição
								2004/1998 (em %)
Total de Assalariados (1)	1.790	1.760	1.607	1.594	1.577	1.307	1.427	-20,3
Setor Privado	931	941	870	812	808	742	699	-24,9
Setor Público	2.462	2.435	2.206	2.313	2.311	1.960	2.183	-11,3

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial.

Inflator utilizado: INPC-DF/IBGE.

Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor – privado ou público – pertence a empresa em que trabalham.

Vale novamente ressaltar as diferenças marcantes entre os rendimentos do setor público comparativamente com o setor privado. Em 1998, os rendimentos médios dos assalariados do setor público eram 164,4% superiores aos do setor privado. Em 2004, esse diferencial aumenta passando para 212,3%.

O exercício de trabalho adicional tem impacto no valor dos rendimentos médios dos ocupados do ramo de saúde tal como pode ser verificado na tabela 2.26, que segue.

Tabela 2.26

**Rendimento Médio dos Ocupados no Ramo dos Serviços de Saúde
Distrito Federal – 1998-2004**

(em reais de maio de 2005)

Rendimentos	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Varição
								2004/1998 (em %)
Rendimento Médio em Todos os Trabalhos	2.305	2.306	2.026	2.072	1.997	1.680	1.736	-24,7
Rendimento Médio no Trabalho Principal	2.098	2.113	1.838	1.880	1.796	1.523	1.598	-23,8

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial.

Inflator utilizado: INPC-DF/IBGE.

Elaboração: DIEESE.

Em 2004, o rendimento médio considerando todos os trabalhos exercidos pelos trabalhadores da saúde eleva-se para R\$ 1.736, superior em 8,6% ao rendimento médio proporcionado exclusivamente pelo trabalho principal, que atingiu R\$ 1.598.

Tal como no trabalho principal, o rendimento médio em todos os trabalhos reduziu-se em 24,7% no período de 1998 a 2004, redução maior do que a verificada para o rendimento do trabalho principal, da ordem de 23,8%. Cabe ressaltar que, para o conjunto dos ocupados no Distrito Federal, essa queda foi de 19,0% no mesmo período, representando uma perda maior para os ocupados no ramo dos serviços de saúde em relação à média dos ocupados no DF.

O rendimento médio por hora, que anula o efeito das variações da jornada de trabalho sobre os valores recebidos, confirma a mesma tendência de queda observada na análise dos rendimentos médios mensais.

Tabela 2.27

Rendimento Médio por Hora do Trabalho Principal dos Ocupados no Ramo dos Serviços de Saúde, segundo Tipo de Ocupação Exercida Distrito Federal – 1998-2004

(em Reais de maio de 2005)

Tipo de Ocupação Exercida	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Varição 2004/1998 (em %)
Total	12,6	12,7	11,0	11,3	10,8	9,1	9,6	-23,8
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	19,2	19,6	17,2	18,3	16,5	13,8	15,2	-20,6
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	7,9	8,2	7,0	6,9	7,0	6,2	6,0	-24,7

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial.

Inflator utilizado: INPC-DF/IBGE.

Elaboração: DIEESE.

O rendimento médio por hora no trabalho principal dos ocupados na saúde sofreu uma redução de 23,8% (tabela 2.27, acima), percentual igual ao verificado para o rendimento médio mensal no trabalho principal (tabela 2.26), variando de R\$ 12,6 para R\$ 9,6 entre 1998 e 2004. Entre aqueles que desempenhavam ocupações típicas de saúde o declínio foi de 20,6%, passando de R\$ 19,2 para R\$ 15,2 no mesmo período. Para as ocupações de ordem administrativas a redução do rendimento médio por hora foi maior (24,7%), ao passar de R\$ 7,9, em 1998, para R\$ 6,0, em 2004.

O rendimento médio por hora do conjunto dos assalariados reduziu-se menos do que o observado para o total de ocupados no período considerado, uma vez que, tal como mencionado, o decréscimo verificado para o total de ocupados no DF entre 1998 e 2004 foi de 17,0%, muito próximo àquele verificado entre o conjunto dos assalariados no DF, cujas perdas atingiram 16,8%. Em relação aos assalariados no ramo dos serviços de saúde, as perdas foram ainda maiores (22,3%), considerando o mesmo período, do que entre o conjunto dos assalariados do DF (tabela 2.28, que segue).

Considerando o setor institucional (público ou privado) onde trabalham os assalariados, verifica-se que a redução dos rendimentos médios reais por hora concentrou-se no setor privado (24,9%), bastante mais expressiva que a queda entre os assalariados do setor público (13,7%) - (Tabela 2.28 que segue)

Tabela 2. 28

Rendimento Médio por hora do Trabalho Principal dos Assalariados no Ramo dos Serviços de Saúde, por Setor Institucional .Distrito Federal – 1998-2004

(em R\$ de maio de 2005)

Setor Institucional	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Varição 2004/1998 (em %)
Total de Assalariados (1)	10,7	10,5	9,6	9,5	9,4	7,8	8,3	-22,3
Setor Privado	5,3	5,4	5,0	4,6	4,6	4,2	4,0	-24,9
Setor Público	15,5	15,4	13,9	14,2	14,6	12,4	13,4	-13,7

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial.

Inflator utilizado: INPC-DF/IBGE.

Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor – privado ou público – pertence a empresa em que trabalham.

Finalmente cabe assinalar que o rendimento médio por hora dos ocupados no ramo da saúde em todos trabalhos teve um decréscimo de 24,6%, passando de R\$ 12,8 para R\$ 9,7, entre 1998 e 2004 (tabela 29). Considerando apenas o trabalho principal, que mantém uma trajetória bastante similar àquela de todos os trabalhos, a queda foi de 23,7%, variando de R\$ 12,6 para R\$ 9,6, a preços de maio de 2005.

Tabela 2.29

**Rendimento Médio por Hora dos Ocupados no Ramo dos Serviços de Saúde.
Distrito Federal – 1998-2004**

(em Reais de maio de 2005)

Rendimentos	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Varição 2004/1998 (em %)
Rendimento Médio em Todos os Trabalhos	12,8	13,1	11,3	11,5	11,1	9,3	9,7	-24,6
Rendimento Médio no Trabalho Principal	12,6	12,7	11,0	11,3	10,8	9,1	9,6	-23,7

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial.

Inflator utilizado: INPC-DF/IBGE.

Elaboração: DIEESE.

III – OS TRABALHADORES DA SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

1 - Breve descrição do contexto de inserção dos trabalhadores da saúde: O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre entre 1998 e 2004.

1.1 - Estrutura Demográfica e características da Força de Trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre

Em 2004, a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) contava com 3.684 mil residentes, dos quais 3.123 mil, com dez anos e mais de idade, compunham a População em Idade Ativa (PIA). Esta última parcela, relevante aos estudos de mercado de trabalho por constituir o segmento apto, do ponto de vista etário, a se inserir na estrutura produtiva, apresenta algumas características bastante semelhantes a das outras áreas urbanas. É majoritariamente feminina (52,7%), composta por indivíduos com idade igual ou superior a 25 anos (67,9%) e de pessoas com grande responsabilidade na manutenção dos domicílios em que residem – chefes (37,6%) e cônjuges (24,0%).

Entre os aspectos específicos da PIA na área metropolitana de Porto Alegre, cumpre salientar que esta população já se encontra consolidada em seu espaço territorial e produtivo, sendo diminuta a presença de migrantes recentes no território investigado. De fato, apenas 3,1% dos residentes dessa região se estabeleceram nela há menos de três anos. Além disso, na RMPA há uma predominância populacional de não negros (88,7%) e presença relativamente acentuada de indivíduos mais escolarizados (20,5% já concluíram o ensino médio e 6,6%, o ensino superior) comparativamente às demais regiões investigadas pela PED.

Tabela 3.1
Distribuição da População em Idade Ativa segundo atributos pessoais. Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998 e 2004.

Atributos Pessoais	(Em %)	
	1998	2004
Total	100,0	100,0
Sexo		
Homens	47,4	47,3
Mulheres	52,6	52,7
Idade		
10 a 17 anos	18,4	16,2
18 a 24 anos	15,3	16,0
25 a 39 anos	29,2	26,2
40 anos e mais	37,1	41,7
Posição no Domicílio		
Chefe	36,4	37,6
Cônjuge	25,3	24,0
Filhos	31,0	30,9
Outros	7,5	7,6

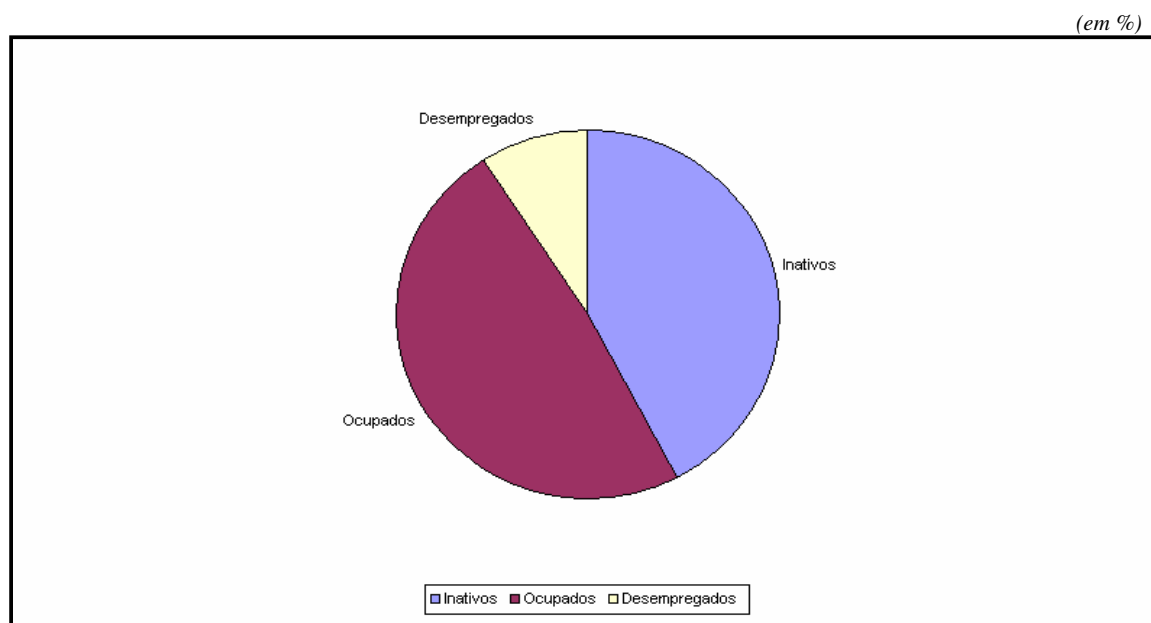
Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

Dentre o conjunto da população com 10 anos e mais de idade da RMPA, em 2004, pouco mais da metade se encontravam efetivamente engajados no mercado de trabalho, integrando a População Economicamente Ativa (PEA) estimada em 1.807 mil trabalhadores, quer como ocupados (1.520 mil), quer como desempregados (287 mil). A proporção da PIA incorporada na PEA expressa na *taxa de participação global* da RMPA, situada no patamar de 57,9% em 2004, esta ilustrada no Gráfico 1, que também traz a distribuição da PIA regional segundo a condição de atividade no mercado de trabalho.

Gráfico 3.1

**Distribuição da População em Idade Ativa Segundo Condição de Atividade
Região Metropolitana de Porto Alegre – 2004**



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.

O perfil da População Economicamente Ativa local se distingue do identificado para a População em Idade Ativa por ser determinado pela taxa de participação específica dos diversos agrupamentos populacionais da RMPA. Enquanto alguns segmentos da PIA apresentam taxas bastante superiores às registradas para o conjunto da população, outros se caracterizam por manterem uma inserção relativa no mercado de trabalho muito aquém daquela verificada em termos gerais.

Entre os segmentos da população que apresentam taxas de participação elevadas se encontram os homens, os indivíduos nas faixas etárias entre 18 e 24 anos e entre 25 e 39 anos e aqueles que chefiam os domicílios em que residem. Diversamente, para as mulheres, para os muito jovens, assim como para os filhos são registradas taxas substancialmente mais amenas (Tabela 3.2, que segue).

Desses diferenciais, que têm como raiz um conjunto de fatores econômicos e culturais, que ora impulsionam, ora obstaculizam a inserção de determinados agrupamentos no mercado de trabalho, decorre a conformação da força de trabalho (PEA) da RMPA, a qual apresenta características nítidas: ainda é predominantemente formada por homens que, em 2004, correspondiam a 56,4% do

contingente da força de trabalho, mesmo sendo este segmento minoritário na população com 10 anos ou mais. Do ponto de vista da composição etária era praticamente composta por trabalhadores com idade igual ou superior aos 18 anos (97,7%), apresentando grande incidência de chefes de domicílio (48,8%).

Adicionalmente, há clara correspondência entre a participação no mercado de trabalho e o nível de escolaridade dos residentes da RMPA, o que pode ser visualizado pelo acréscimo de sua presença relativa no mercado de trabalho, na medida em que avançam os anos de estudo. De fato, se em cada 100 analfabetos, praticamente 20 estavam trabalhando ou procurando trabalho em 2004, para as pessoas com ensino superior completo, esta proporção era de 79 indivíduos. Tal situação, que revela a escolarização como atributo facilitador face ao quadro competitivo do mercado de trabalho, todavia, encontra limitações na trajetória escolar da população em geral. Assim, ainda 30,0% da força de trabalho da RMPA remanesce apenas com o ensino fundamental incompleto. Por outro lado, porém, 36,4% já concluíram o ensino médio e 11,8% o ensino superior.

1

Tabela 3.2

Taxa de participação e distribuição da População Economicamente Ativa segundo atributos pessoais e escolaridade. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2004.

Atributos Pessoais	Taxa de Participação	Distribuição da PEA
Total	57,9	100,0
Sexo		
Homens	66,8	56,4
Mulheres	49,8	43,6
Idade		
10 a 17 anos	13,7	2,3
18 a 24 anos	77,8	18,8
25 a 39 anos	81,9	38,2
40 anos e mais	52,3	40,7
Posição no Domicílio		
Chefe	69,5	48,8
Cônjuge	54,3	22,8
Outros		28,4
Escolaridade		
Analfabeto	19,6	1,0
Fundamental Incompleto	42,2	30,0
Fundamental Completo (1)	63,1	20,8
Médio Completo (2)	76,5	36,4
Superior Completo	79,3	11,8

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Fundamental Completo inclui o ensino médio incompleto.

(2) Médio completo inclui o ensino superior incompleto.

1.2 - O Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre

Na Região Metropolitana de Porto Alegre a taxa de desemprego permaneceu estabilizada em 15,9% da PEA, entre 1998 e 2004. Neste período, ao contingente de ocupados foram acrescentadas 195 mil pessoas, um volume insuficiente para incorporar 231 mil indivíduos que ingressaram na força de trabalho regional. Com isso, embora a taxa de desemprego tenha permanecido idêntica a 1998, o número de desempregados da RMPA cresceu e ficou estimado em 287 mil trabalhadores no último ano.

O comportamento da taxa global de desemprego foi determinado pelo declínio do desemprego aberto, cuja taxa passou de 11,2% da PEA, em 1998, para os atuais 10,7%, e elevação do desemprego oculto, com a proporção de desempregados nesta condição crescendo de 4,7% para 5,2%, no mesmo período.

Quando se analisa o desemprego segundo atributos pessoais, de modo geral, identifica-se que os segmentos populacionais com menores taxas de desemprego são aqueles que apresentam maior presença relativa no mercado de trabalho, expressa por taxas de participação mais elevadas. Isto também ocorre na Região Metropolitana de Porto Alegre, na qual a incidência do desemprego sobre os homens é menor do que identificado sobre as mulheres, bem como as taxas de desemprego para os indivíduos mais velhos são substancialmente mais reduzidas do que as verificadas para os mais jovens. Ainda, confirmando a associação entre o ciclo de vida dos trabalhadores, sua organização domiciliar e familiar e os papéis atribuídos socialmente ao sexo, as taxas de desemprego dos chefes de domicílio são menores do que as experimentadas por cônjuges e filhos. Adicionalmente, percebe-se claramente o declínio das taxas de desemprego com o avanço da escolaridade (tabela 3.3, que segue).

Entre 1998 e 2004, a taxa de desemprego para o total da população ativa permaneceu estável, mas a incidência do desemprego entre os diversos segmentos populacionais assumiu um perfil diversificado. Ocorreu elevação de 2,7% na taxa de desemprego para as mulheres e declínio de 4,4% na dos homens e, segundo a idade, houve elevação mais intensa na proporção de desempregados nas faixas etárias mais jovens da população, enquanto que, para indivíduos com idade igual ou superior aos 40 anos registrou-se redução dessa taxa (-5,4%).

De acordo com a posição no domicílio de residência, o desemprego cresceu apenas dentre os filhos (2,7%), diminuindo tanto para chefes (-9,1%), quanto para os cônjuges (-4,1%). Sob a ótica da escolaridade, as elevações mais intensas ocorreram para o segmento da PEA com ensino superior, para o qual a taxa de desemprego passou de 3,9%, em 1998, para 5,2% , em 2004.

Tabela 3.3
Taxa de desemprego total segundo atributos pessoais.
Região Metropolitana de Porto Alegre –2004.

Atributos Pessoais	1998	2004
Total	15,9	15,9
Sexo		
Homens	13,7	13,1
Mulheres	18,6	19,1
Idade		
10 a 17 anos	44,5	50,4
18 a 24 anos	24,1	26,4
25 a 39 anos	13,2	13,1
40 anos e mais	9,4	8,9
Posição no Domicílio		
Chefe	9,9	9,0
Cônjuge	15,4	14,8
Demais	25,5	26,2
Escolaridade		
Analfabeto	16,8	(3)
Fundamental Incompleto	16,1	17,8
Fundamental Completo (1)	15,1	21,7
Médio Completo (2)	10,6	13,8
Superior Completo	4,8	5,2

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE

(1)Fundamental Completo inclui o ensino médio incompleto.

(2)Médio completo inclui o ensino superior incompleto.

(3)A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

1.3 - Ocupação na Região Metropolitana de Porto Alegre

Em 2004, o número de ocupados na Região Metropolitana de Porto Alegre era de 1.520 mil pessoas. Destes, a metade – 784 mil – eram absorvidos pelo setor serviços, enquanto a proporção de ocupados na indústria de transformação era de 18,8%, o que correspondia a 285 mil trabalhadores. No comércio, estimava-se que o contingente de ocupados alcançasse 258 mil indivíduos, ou seja, 17,0% do agregado com trabalho na região. Por sua vez, na construção civil e no trabalho doméstico se incorporavam, respectivamente, 83 mil e 104 mil ocupados.

Nos últimos sete anos, o crescimento ocupacional se fez sentir entre os principais setores de

atividade econômica da RMPA, destacando-se o setor serviços, que ampliou seu contingente em 122 mil trabalhadores. A geração de postos de trabalho foi idêntica na indústria e no comércio (30 mil).

Em 2004, 66,2% dos ocupados na metrópole gaúcha, estimados em 1.006 mil ocupados eram assalariados. Pouco mais da metade dos ocupados (53,6%) eram assalariados no setor privado, dentre os quais a maioria com carteira de trabalho assinada (43,8% dos ocupados). A segunda maior forma de inserção ocupacional era o trabalho autônomo (17,6%). Por sua vez, o emprego doméstico (6,8%) possuía um peso pequeno, porém não inexpressivo.

Entre 1998 e 2004, foi expressivo o crescimento dos assalariados (20,8%), com a geração de 140 mil empregos. Embora todos os segmentos assalariados tenham apresentado desempenho positivo, cumpre destacar que a geração de 90 mil empregos com carteira assinada pelo setor privado e de 15 mil no setor público deram importante impulso ao perfil altamente formalizado da ocupação na RMPA.

Esse movimento, foi acompanhado pela contratação de 50 mil empregados sem carteira assinada e pela ampliação no número de autônomos (+ 29 mil).

1.4 - Rendimento dos ocupados na Região Metropolitana de Porto Alegre

Entre 1998 e 2004, o rendimento médio real dos ocupados na Região Metropolitana de Porto Alegre decresceu 16,8%, passando a corresponder a R\$ 858. Neste mesmo período, o salário médio sofreu retração de 12,3% , ficando em R\$ 888.

O decréscimo salarial deveu-se, sobretudo, ao comportamento observado no setor privado (-15,0%), no qual ocorreram reduções generalizadas. Dentre os principais setores econômicos, ocorreu diminuição dos salários pagos no comércio (-18,3%), nos serviços (-16,1%) e na indústria de transformação (-11,4%). Também não se observou distinção importante entre as variações negativas das remunerações dos empregados com carteira assinada (-13,8%) relativamente aqueles que possuem tal registro (-13,9 %). No emprego público a queda de poder aquisitivo dos salários foi bem menos acentuada (-4,4%), como pode ser visto na tabela 3.4, que segue.

Tabela 3.4

Salário médio real no trabalho principal, segundo o setor de atividade econômica e o registro em carteira de trabalho. Região Metropolitana de Porto Alegre. 1998 a 2004.

(em Reais de novembro de 2004)

PERÍODOS	TOTAL (1)	ASSALARIADOS NO SETOR PRIVADO				Carteira de Trabalho		ASSALARIADOS NO SETOR PÚBLICO (2)
		Total	Setor de Atividade			Com	Sem	
			Indústria	Comércio	Serviços			
1993	936	790	824	746	810	836	484	1.455
1994	887	750	764	700	780	790	503	1.366
1995	931	813	809	784	846	838	665	1.394
1996	1.018	871	863	815	913	908	633	1.540
1997	1.011	883	879	826	919	919	618	1.511
1998	1.013	894	908	810	927	941	596	1.504
1999	996	865	863	761	911	913	625	1.566
2000	987	846	839	743	897	899	578	1.592
2001	975	839	852	731	885	891	602	1.596
2002	958	820	867	698	844	875	558	1.564
2003	882	744	782	630	773	793	500	1.459
2004	888	760	805	662	778	812	513	1.437

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

NOTA: Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de nov./04.

(1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

(2) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc.

2 - Os trabalhadores da saúde na região metropolitana de Porto Alegre

Em 2004, as informações apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) permitiram estimar em 1.807 mil pessoas a População Economicamente Ativa (PEA) na Região Metropolitana de Porto Alegre. Deste total, 87 mil trabalhadores compunham o contingente com experiência na área de saúde, correspondendo a 4,8% do total da força de trabalho metropolitana.

Da população ativa com experiência em saúde, por sua vez, a maior parcela (81,3%) estava ocupada diretamente no ramo serviços da saúde, enquanto 10,1%, embora exercessem atividades profissionais típicas dessa área, atuavam em outros ramos de atividade. Os demais 8,6% correspondiam a desempregados, cuja última inserção produtiva havia se dado no segmento de serviços de saúde, como pode ser observado na Tabela 3.5, que segue. (Anexo Estatístico/Tabelas 3.1 e 3.2).

Tabela 3.5

Estimativa da População Economicamente Ativa e do número de trabalhadores da saúde, segundo forma de inserção ocupacional. Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998 a 2004

(em 1.000 pessoas)

População	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
População Economicamente Ativa (PEA)	4.576	4.665	4.722	4.740	4.736	4.771	4.807
Total de Trabalhadores na Saúde	74	71	78	76	85	83	87
Ocupados com Trabalho Principal no Ramo Serviços de Saúde	61	58	64	62	70	67	71
Ocupados em Ocupações Típicas da Saúde em Outros Ramos de Atividade	7	7	8	8	9	9	9
Desempregados com Experiência Anterior no Ramo Serviços de Saúde	6	6	7	6	6	8	7

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração: DIEESE.

Entre 1998 e 2004, o contingente de trabalhadores na saúde experimentou elevação de 18,1%, aquém do crescimento de 26,5% verificado na PEA regional. Esse comportamento levou à redução da importância relativa dos trabalhadores da saúde no conjunto da força de trabalho local que era de 5,2% no início do período analisado. Embora tenha ocorrido o acréscimo de 10 mil indivíduos no contingente dos ocupados em serviços de saúde, foi este segmento que apresentou a evolução mais moderada entre aqueles que compõe a população com experiência em saúde (16,4%), principalmente face ao aumento de ocupados em profissões da saúde que operavam em outros setores (27,0%). Neste intervalo, em que ocorreu o crescimento dos ocupados nas atividades relacionadas à saúde, foram agregados mil trabalhadores ao número de desempregados que haviam trabalhado em serviços de saúde.

2.1 - O perfil da força de trabalho da saúde na Região Metropolitana de Porto Alegre

Em relação ao perfil dos trabalhadores da saúde, destaca-se o predomínio das mulheres, que correspondiam a mais de três quartos dessa população (76,3%) em 2004. Na análise da posição que os trabalhadores da saúde ocupam em suas famílias, por sua vez, identifica-se um notável equilíbrio quanto à inserção de chefes e de cônjuges, cujos percentuais ficaram, de modo idêntico, em 35,7%. Contrastadas com as características da PEA regional, na qual tanto o percentual de mulheres

(43,6%), quanto o de cônjuges (22,8%) é bastante inferior, estas informações contribuem para a constatação do grau de feminização deste segmento profissional (Anexo Estatístico/Tabela 3.3).

Em 2004, a maioria dos trabalhadores da saúde apresentava elevada escolaridade *vis-à-vis* ao conjunto da PEA na região metropolitana, sendo 46,8% constituídos por pessoas com ensino médio (completo e incompleto) e 38,3% compostos por trabalhadores com ensino superior (completo e incompleto). Apenas 15,0% tinham apenas ensino fundamental, sendo 7,2% com esse nível de instrução ainda não concluído, como pode ser visto na tabela 3.6, que segue.

Tabela 3.6

**Distribuição dos trabalhadores da saúde, segundo escolaridade.
Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998 e 2004**

Escolaridade	1998	2004
Trabalhadores da Saúde	100,0	100,0
Ensino Fundamental	24,9	15
Incompleto (1)	13,1	7,2
Completo	11,8	7,8
Ensino Médio	39,2	46,8
Incompleto	6,8	4,9
Completo	32,4	41,9
Ensino Superior	36,1	38,2
Incompleto	7,7	9,8
Completo	28,4	28,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) – Inclui analfabetos e alfabetizados sem escolaridade

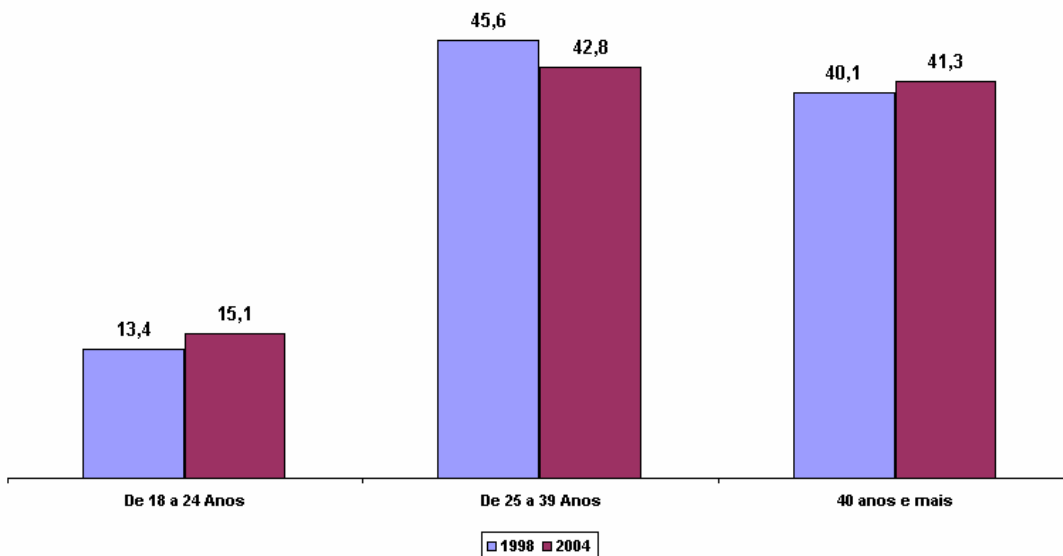
Ao longo do período analisado, assistiu-se ao aumento da escolaridade da PEA da saúde, centrada principalmente na conclusão do ensino médio. Com efeito, entre 1998 e 2004, a presença de trabalhadores da saúde com o ensino fundamental tinha declinado 9,9 pontos percentuais (p.p). O percentual daqueles com ensino médio havia ampliado em 7,6 p.p, fruto da redução em 1,9 p.p dos que não haviam concluído esta etapa escolar e da elevação de 9,5 p.p daqueles que a haviam completado. As informações apuradas pela Pesquisa apontam ainda que o percentual de profissionais com ensino superior completo não se alterou nos últimos sete anos, mas cresceu em 2,1 p.p aqueles que ingressaram nas universidades em busca de um diploma.

Concomitante ao aumento de escolaridade, entre 1998 e 2004 vem se registrando alteração do perfil etário do segmento da PEA com experiência em saúde na Região Metropolitana de Porto Alegre. Por um lado, tais movimentos se expressam pela elevação da proporção do segmento com idade entre 18 e 24 anos (de 13,4% para 15,1%) e, por outro, pelo aumento do segmento etário de 40 anos e mais (de 40,1% para 41,3%), como pode ser visto no Gráfico 3.2, que segue.

Gráfico 3.2

**Distribuição dos ocupados no setor serviços segundo idade.
Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998 a 2004**

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE

2.2 - Ocupados com trabalho principal nos Serviços de Saúde na Região Metropolitana de Porto Alegre

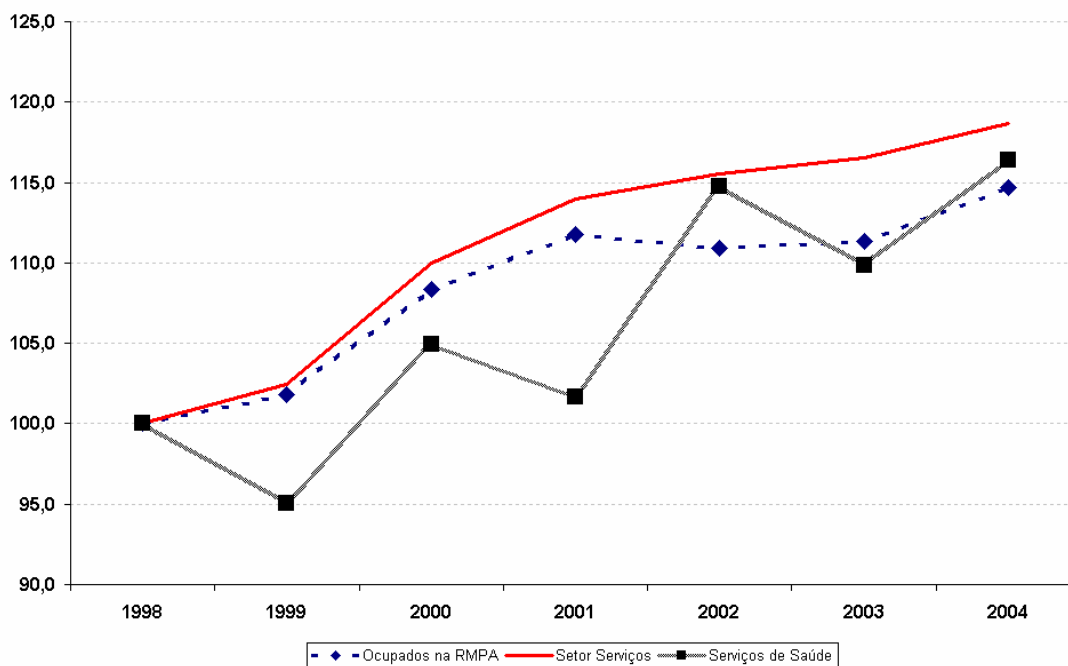
Em 2004, segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, 4,7% dos trabalhadores ocupados na Região Metropolitana de Porto Alegre eram absorvidos pelo Ramo Serviços de saúde, que contabilizava 71 mil pessoas. Em 1998, o número de ocupados nesse segmento era de 61 mil indivíduos, um patamar 16,4% menor que o atual. Considerando não só o ritmo de crescimento do conjunto dos postos de trabalho existentes no setor de serviços (18,6%), como no conjunto da

economia metropolitana (14,7%), nota-se que o incremento ocupacional da saúde apenas acompanhou o ritmo de expansão de postos de trabalho observados para o conjunto do mercado de trabalho regional nos últimos 6 anos, como pode ser visto no Gráfico 3.3, que segue.

Gráfico 3.3

Índice da População Ocupada, dos Ocupados no setor serviços e no ramo serviços de saúde. Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998 a 2004.

Base 100 = 1998



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

2.3 – Perfil dos Ocupados em Serviços de Saúde na Região Metropolitana de Porto Alegre

Em 2004, três quartos dos ocupados no ramo serviços de saúde eram mulheres (75,4%), confirmando que a preponderância da força de trabalho feminina constitui uma particularidade desse ramo de atividade econômica. Esta proporção, quando confrontada com a encontrada entre os ocupados na Região Metropolitana de Porto Alegre ganha ainda mais significado, pois as mulheres correspondem a apenas 43,6% deles.

Quanto à idade, o traço que caracteriza o ramo serviços de saúde é o da presença de trabalhadores de faixas etárias mais elevadas, com proeminência de indivíduos de 25 a 39 anos (42,3%) e com idade igual ou superior aos 40 anos (41,8%). A proporção dos jovens no ramo serviços de saúde, embora não desprezível (15,9%), era pequena se comparada à sua proporção no total de ocupados na área metropolitana (21,0%). Entre os homens, identificou-se ainda uma frequência ligeiramente mais acentuada de indivíduos com mais de 40 anos (46,3%) do que entre as mulheres (40,3%), conforme Tabela 3.7. (Anexo Estatístico/Tabela 3.4.)

Tabela 3.7

Distribuição dos ocupados com trabalho principal nos serviços de saúde, segundo sexo e idade. Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998 e 2004.

Atributos Pessoais	(em %)			
	Ocupados		Serviços de Saúde	
	1998	2004	1998	2004
Sexo				
Homens	58,7	56,4	26,7	24,6
Mulheres	41,3	43,6	73,3	75,4
Idade				
De 10 a 24 Anos	21,6	21,0	14,9	15,9
De 25 a 39 Anos	42,4	38,2	45,8	42,3
40 Anos e Mais	36,0	40,8	39,2	41,8
Homens				
De 10 a 24 Anos	21,9	21,5	(1)	15,9
De 25 a 39 Anos	42,1	38,0	43,2	42,3
40 Anos e Mais	36,0	40,5	44,4	41,8
Mulheres				
De 10 a 24 Anos	21,2	20,5	15,8	15,9
De 25 a 39 Anos	42,9	38,5	46,8	42,3
40 Anos e Mais	35,9	41,0	37,4	41,8

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

(1) Ver também Anexo Estatístico/Tabela 3.4.

Entre 1998 a 2004, verificou-se um aprofundamento das tendências de feminização e envelhecimento dos ocupados em serviços de saúde. Com efeito, enquanto as mulheres ampliaram em 2,1 pontos percentuais (p.p) a sua presença neste segmento, registrou-se também crescimento de 2,6 pontos percentuais na participação das pessoas de 40 anos e mais. Essa evolução refletiu, principalmente, a alteração do perfil etário das mulheres ocupadas neste segmento, pois o grupo de

40 anos e mais que correspondia a 37,4% do contingente feminino da saúde, em 1998, passou para os 40,3% .

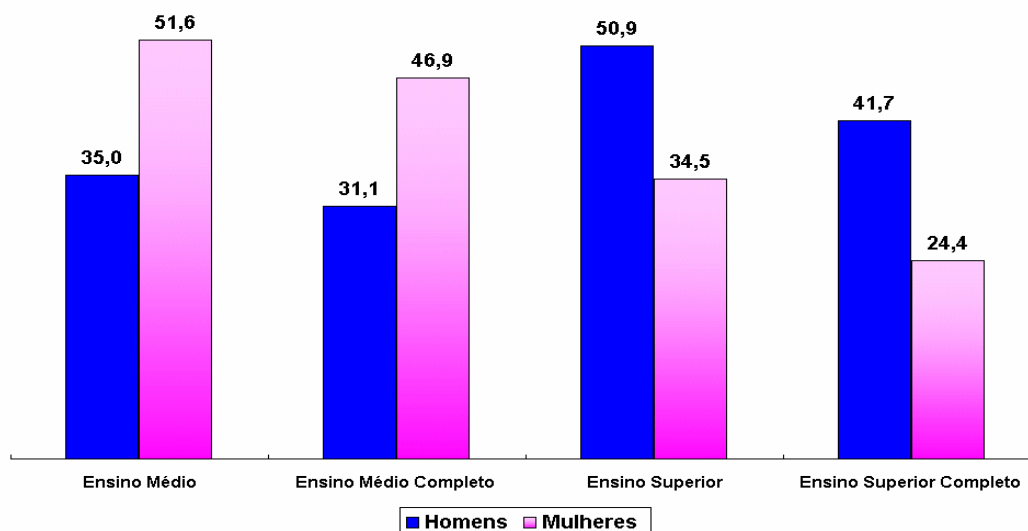
Provavelmente em função da maior participação de mulheres na composição da força de trabalho no Ramo serviços de saúde, o exame da distribuição conforme a posição na família aponta uma elevada proporção de cônjuges, geralmente mulheres, (35,6%) entre os ocupados neste segmento em 2004. O percentual de chefes de família era semelhante (35,7%) e o dos filhos era menor (23,9%). Confrontados com a composição do total dos ocupados, os papéis desempenhados na família pelos ocupados em serviços de saúde se apresentam mais bem distribuídos, principalmente no que diz respeito à representatividade dos cônjuges e chefes, cujas proporções no contingente ocupado da região eram de 23,5% e 50,0%, respectivamente (Anexo Estatístico/Tabela 4.5).

Os ocupados no ramo serviços de saúde destacam-se por apresentarem escolaridade mais elevada *vis-à-vis* ao total de ocupados na Região Metropolitana de Porto Alegre. Na distribuição percentual dos ocupados no setor segundo os níveis de escolaridade, observa-se que os homens, quando comparados com as mulheres, apresentam maior nível de instrução. A maior participação masculina entre os níveis mais altos de instrução é verificada a partir da análise da ocupação no ensino superior, onde 41,7% dos homens tem no mínimo o ensino superior completo, enquanto dentre as ocupadas nos serviços de saúde este percentual ficou em 24,4%, como pode ser observado no Gráfico 3.4. (Anexo Estatístico/Tabela 3.6).

Gráfico 3.4

Proporção de homens e mulheres ocupados em serviços de saúde com ensino médio e superior. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2004.

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

2.4 – As Ocupações Exercidas nos Serviços de Saúde na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Em 2004, dentre os três segmentos de ocupações do ramo serviços da saúde, na Região Metropolitana de Porto Alegre, dois se destacam: as ocupações típicas dos serviços de saúde (42,5%), caracterizadas por reunirem o conjunto de ofícios ligados diretamente ao atendimento de pacientes; e o das ocupações de suporte às atividades técnicas de manejo e atendimento em saúde, constituídas pelas ocupações de direção e planejamento, gerenciamento e apoio (54,0%). Ainda, entre as ocupações típicas dos serviços de saúde sobressaíam dois grupos, o dos enfermeiros (22,7%) e, secundariamente, o de especialistas em saúde, que representavam 11,1% dos ocupados neste ramo de atividade econômica. Por fim, cumpre ressaltar a notável presença da especialidade médica (9,4%) no conjunto dos postos de trabalho no ramo serviços de saúde, conforme Tabela 3.8. (Anexo Estatístico/Tabela 3.8).

Tabela 3.8
Distribuição dos ocupados com trabalho principal nos serviços de saúde, segundo tipo de ocupação exercida. Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998 e 2004.

<i>(em %)</i>		
Atributos Pessoais	1998	2004
Total	100,0	100,0
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	44,6	42,5
Especialistas em Saúde	11,9	11,1
Dentistas	(4)	(4)
Enfermeiros (1)	25,6	22,7
Outros (2)	(4)	(4)
Demais Ocupações relacionadas a Saúde (3)	(4)	(4)
Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	53,9	54,0

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem as parteiras.

(2) Incluem os nutricionistas, os ortoptistas e óticos, os psicólogos e os protéticos.

(3) Incluem os farmacêuticos e químicos, os técnicos químicos, os biólogos, os farmacologistas e os práticos de farmácia.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Comparativamente ao ano de 1998, diferente do observado nas demais regiões investigadas pela PED, na Região Metropolitana de Porto Alegre as alterações ocorridas na estrutura ocupacional dos serviços de saúde foram tênues. De fato, o percentual das atividades nas áreas administrativas e de apoio no setor saúde ficou relativamente estabilizado no período em análise. Concomitantemente, porém, ocorreu uma ligeira redução das ocupações típicas da saúde, que passaram de 44,6% em 1998, para o patamar atual de 42,5%. Para essa pequena redução, principalmente, concorreram o declínio no percentual de médicos (de 11,1%, em 1998, para os 9,4%, no último ano) e no dos enfermeiros, que correspondiam a 22,4% e passaram a representar 18,8%.

Assim, de modo sintético, dois movimentos se destacam na estruturação ocupacional dos serviços de saúde da RMPA, a saber: a influência da nova regulamentação das atividades de enfermagem; e, a ausência do dinamismo, observado nas demais regiões investigadas, nas admissões das categorias de pessoal administrativo. Este último fator, provavelmente, está na raiz do fraco desempenho ocupacional dos serviços de saúde da metrópole gaúcha face aos resultados apontados neste Relatório para outras localidades.

O rendimento médio dos ocupados no ramo serviços de saúde equivalia a R\$ 1.235, em 2004. Por

tipo de ocupação, observou-se que enquanto as ocupações típicas dos serviços da saúde tinham um rendimento médio de R\$ 1.829, os trabalhadores que exerciam ocupação de direção e planejamento, gerenciamento e apoio percebiam R\$ 834, ou seja, menos da metade daqueles (45,6%).

Tais diferenças não podem ser explicadas pela extensão das jornadas exercidas pelos dois segmentos de trabalhadores, pois, ao longo dos anos analisados, os profissionais de gerenciamento e apoio, em média, trabalharam 1 hora/semana a mais que os especialistas. Com efeito, a jornada semanal de trabalho no ramo serviços de saúde em 2004 era de 39 horas, o que correspondia ao mesmo tempo de trabalho no grupo das ocupações típicas dos serviços da saúde. Entre os especialistas em saúde, por sua vez, esse indicador era 1 hora maior que a média, o mesmo verificado entre os médicos e enfermeiros (40 horas). (Anexo Estatístico/Tabelas 3.11).

Com tais resultados, o valor das horas trabalhadas para as ocupações típicas da saúde e para as atividades de gerenciamento e apoio, em 2004, ficou, respectivamente, em R\$ 10,96 e R\$ 4,87, de acordo com a Tabela 3.9 seguinte. (Anexo Estatístico/Tabelas 3.9 e 3.10).

Tabela 3.9

Rendimento médio real mensal e por hora trabalhada dos ocupados com trabalho principal no ramo serviços de saúde, segundo tipo de ocupação exercida. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2004.

(em Reais de maio de 2005)

Tipo de Ocupação exercida	Rendimento Médio	
	Mensal	Por hora
Total	1.235	7,40
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	1.829	10,96
Especialistas em Saúde	(4)	(4)
Dentistas	(4)	(4)
Enfermeiros (1)	(4)	(4)
Outros (2)	(4)	(4)
Demais Ocupações relacionadas a Saúde (3)	(4)	(4)
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	834	4,87

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem as parteiras.

(2) Incluem os nutricionistas, os ortoptistas e óticos, os psicólogos e os protéticos.

(3) Incluem os farmacêuticos e químicos, os técnicos químicos, os biólogos, os farmacologistas e os práticos de farmácia.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

2.5 - Os vínculos de trabalho dos ocupados em serviços de Saúde na Região Metropolitana de Porto Alegre

O exame das formas de inserção no setor saúde da RMPA revela uma participação expressiva dos vínculos assalariados (86,2%), quando comparados à ocupação total metropolitana (66,1%). A maior parcela desses assalariados dos serviços de saúde, por sua vez, eram empregados pelo setor privado (50,9%), dos quais a maioria contava com a proteção do trabalho regulamentado em carteira (Anexo Estatístico/Tabela 3.12).

Observa-se, ainda, que o setor público se destaca como importante empregador na área de saúde, com 35,2% das contratações do setor. Tal informação, quando comparada à participação do setor público na ocupação total (12,6%), revela que o peso relativo do emprego público no setor saúde corresponde a quase três vezes o registrado para a população ocupada total. Parte dos trabalhadores da saúde no setor público é formada por celetistas, que correspondem a dois terços dos funcionários públicos. As outras formas de inserção não assalariadas respondiam por 13,8% dos ocupados no ramo, sendo que 9,5% dos ocupados eram profissionais universitário autônomos.

Os assalariados recebiam, em média, R\$ 1.094, um rendimento mensal inferior à média dos rendimentos dos ocupados no setor (R\$ 1.235). Tais patamares refletiam, principalmente, os salários pagos pelo setor privado, cujos valores correspondiam à R\$ 865, uma vez que o salário médio no setor público era de R\$ 1.430, ou seja, 65,3% a mais que o pago pelo setor privado, de acordo com Tabela 3.10, que segue. (Anexo Estatístico/ Tabelas 3.13 e 3.14).

Visto ser a jornada de trabalho média semanal maior no setor privado (40 horas) do que no setor público (38 horas), as discrepâncias existentes entre os rendimentos pagos nos serviços de saúde tornam-s mais claras quando os ganhos do trabalho são avaliados em termos de horas trabalhadas. Assim, enquanto o rendimento médio/hora dos assalariados, em 2004, ficou em R\$ 5,05, o auferido pelos empregados no setor público ficou em R\$ 8,79 (Anexo Estatístico /Tabelas 3.14 e 3.15).

Tabela 3.10

**Rendimento médio real mensal e por hora trabalhada dos ocupados com trabalho principal
no ramo serviços de saúde, segundo posição na ocupação.
Região Metropolitana de Porto Alegre – 2004.**

(em Reais de maio de 2004)

Posição na Ocupação	Rendimento Médio	
	Mensal	Por hora
Total	1.235	7,40
Assalariados (1)	1.094	6,55
Setor Privado	865	5,05
Setor Público	1.430	8,79
Outros	(4)	(4)
Profissionais Universitários Autônomos (2)	(4)	(4)
Autônomos/Conta-Própria e Demais (3)	(4)	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial. Inflator utilizado: ICV-DIEESE.

(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence a empresa em que trabalham.

(2) Profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições.

(3) Incluem os trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público - exceto os profissionais universitários autônomos - empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Em relação à 1998, registrou-se importante redução dos rendimentos em todas as categorias analisadas. O movimento de perda de rendimentos foi maior, entretanto, no setor privado (-18,4%), que entre os assalariados no setor público (-5,7%) A mesma relação entre os grupos de assalariados pôde ser observada quando se analisa o rendimento por hora trabalhada.

2.6 - A estabilidade trabalho no ramo serviços de saúde na Região Metropolitana de Porto Alegre

O tempo médio de permanência na ocupação para os profissionais do setor serviços de saúde em 2004 foi de 88 meses (7 anos e 3 meses), portanto, bastante superior aos 68 meses (cinco anos e seis meses) identificados para o conjunto dos ocupados na RMPA. Estes resultados, entretanto, apresentam-se extremamente díspares quando examinados por a posição na ocupação. Os detalhes encontram-se na Tabela 3.11, que segue. (Anexo Estatístico/Tabelas 3.15).

O tempo de permanência no trabalho é maior para os ocupados não assalariados (128 meses), especialmente para os profissionais universitários autônomos (167 meses). Dentre os assalariados, observou-se maior estabilidade entre os assalariados do setor público (113 meses) do que entre os assalariados no setor privado (61 meses).

No setor público, a longevidade do trabalho é explicada pela maior estabilidade dos estatutários (138 meses), uma vez que os celetistas estavam em média há 100 meses no atual trabalho. No setor privado, por sua vez, a estabilidade entre os assalariados com carteira (67 meses) era três vezes maior do que entre os sem carteira assinada (20 meses).

A análise dos indicadores de tempo médio de permanência, entre 1998 e 2004, demonstra que ocorreu sensível melhora nas condições de rotatividade dos postos de trabalho para os assalariados dos serviços de saúde em Porto Alegre. Com efeito, neste período, a permanência no posto de trabalho dos empregados aumentou em cinco meses, fruto da elevação no tempo médio tanto no setor privado, quanto no setor público. Já, entre as inserções não assalariadas, ao revés, houve notável redução do tempo médio de permanência no trabalho para os profissionais universitários autônomos (- 28 meses).

Tabela 3.11

Tempo Médio de Permanência no Trabalho Principal dos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde, segundo Posição na Ocupação. Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998/2004.

(em semanas)

Posição na Ocupação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	88	85	91	87	87	89	88
Assalariados (1)	77	74	80	75	76	79	82
Setor Privado	55	50	56	56	56	59	61
Com Carteira Assinada	58	55	60	61	61	64	67
Sem Carteira Assinada	(4)	(4)	(4)	19	23	22	20
Setor Público	104	108	113	107	109	109	113
Estatutários	115	126	127	113	129	117	138
Celetistas	100	101	106	102	100	105	100
Outros	151	148	141	148	142	139	128
Profissionais Universitários Autônomos (2)	167	156	140	149	157	156	137
Autônomos/Conta-Própria e Outros (3)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence a empresa em que trabalham.

(2) Profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições.

(3) Incluem os trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público, exceto os profissionais universitários autônomos, empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

(4) A amostra não permite a desagregação de informações para esta categoria.

2.7 - O exercício de trabalhos adicionais entre os ocupados no ramo serviços de saúde na Região Metropolitana de Porto Alegre

Em 2004, 12,4% dos ocupados no ramo serviços de saúde mantinham um trabalho adicional, estimando-se em 9 mil o número de trabalhadores nesta condição. No conjunto da população ocupada na Região Metropolitana de Porto Alegre naquele período, este percentual era de 4,4%, o que correspondia a 67 mil indivíduos. Em relação a 1998, o percentual de trabalhadores no ramo da saúde com trabalho adicional experimentou pequena variação positiva, com ampliação de 0,7 p.p, houve um incremento de dois mil profissionais de saúde a praticarem uma segunda jornada de trabalho, como pode ser visto na tabela 3.12, que segue.(Anexo Estatístico/Tabela 3.18).

Tabela 3.12

Estimativas do Total de Ocupados e de Ocupados no Ramo Serviços de Saúde segundo o exercício de trabalhos adicionais. Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998/2004

Ocupados com Trabalho Adicional	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total de ocupados com trabalho adicional (em 4.000 pessoas)	60	73	86	90	88	71	67
% de Ocupados com Trabalho Adicional (1)	4,5	5,4	6,0	6,1	6,0	4,8	4,4
Ocupados nos Serviços de Saúde com Trabalho Adicional (em 4.000 pessoas)	7	9	11	10	12	9	9
% de Ocupados nos Serviços de Saúde com Trabalho Adicional (2)	11,7	15,2	17,6	16,3	17,2	13,9	12,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

(3) Total de ocupados com trabalho adicional / total de ocupados.

(4) Total de ocupados nos serviços de saúde com trabalho adicional / total de ocupados nos serviços de saúde

As características pessoais do segmento de ocupados da saúde que conta com um segundo vínculo de trabalho não apresentou alterações importantes ao longo do período analisado neste Relatório: Em 2004, ele era composto, em sua maioria, por mulheres (59,1%), chefes de família (56,2%), indivíduos com mais de 25 anos (95,7%) e ensino superior completo (63,9%) – (Anexo Estatístico/Tabela 3.22).

Segundo as formas de inserção, observou-se ainda, que o segmento de ocupados na saúde com trabalho adicional era constituído majoritariamente por assalariados (80,3%), característica análoga à encontrada para o conjunto dos ocupados. Adicionalmente, verifica-se que os ocupados da saúde com trabalho adicional, majoritariamente, exerciam ocupações típicas dos serviços da saúde (65,9%) no trabalho principal e tinham uma periodicidade no exercício desse trabalho classificada como regular contínua (82,2%). (Anexo Estatístico/Tabela 3.23).

Constatou-se em 2004, o extenso período de 57 horas dedicado semanalmente ao trabalho pelos ocupados no ramo da saúde com trabalho adicional. Este período estava segmentado entre a jornada no trabalho principal, restrita, em média a 35 horas, e a desenvolvida na segunda inserção (22 horas), com esta performance, a grande maioria desse segmento de ocupados (76,5%) excediam a marca das 44 horas semanais. Ao longo dos últimos sete anos, a jornada de trabalho desse segmento decresceu em 1 hora/semana, mas a proporção dos que trabalhavam mais de 44 horas ampliou em 9 pontos percentuais, como apresenta a Tabela 3.13, que segue.(Anexo Estatístico/Tabela 3).

Tabela 3.13

**Horas Semanais Trabalhadas pelos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde, segundo Exercício de Trabalho Adicional.
Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998 e 2004.**

<i>Exercício de Trabalho Adicional</i>	1998	2004
Total dos Ocupados		
Jornada Média Total	42	42
No Trabalho Principal	40	39
No Trabalho Adicional	23	22
% que Trabalha mais de 44 Horas	32,0	30,0
Com Trabalho Adicional		
Jornada Média Total	56	57
No Trabalho Principal	35	35
No Trabalho Adicional	23	22
% que Trabalha mais de 44 Horas	66,7	76,5
Sem Trabalho Adicional		
Jornada Média Total	40	40
No Trabalho Principal	40	40
% que Trabalha mais de 44 Horas	27,5	23,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

Como esperado, o exercício de trabalho adicional tem impacto no valor dos rendimentos médios dos ocupados no ramo serviços de saúde. Comparando-se o agrupamento dos trabalhadores nos serviços de saúde com aquele que detém, além da ocupação principal, uma ocupação adicional, observou-se que o rendimento médio na ocupação principal (R\$ 1.235) foi inferior ao rendimento de todos os trabalhos (R\$ 1.426). Padrão semelhante foi desenhado pelo comportamento dos rendimentos segundo o número de horas trabalhadas. Tomando-se a remuneração média por hora de trabalho, observa-se que a remuneração média de todos os rendimentos (R\$ 7,93) é superior àquela do trabalho principal (R\$ 7,40).

No período compreendido entre 1998 e 2004, observa-se que o rendimento médio de todos os trabalhos apresentou redução inferior (-12,9%) que aquela verificada para a média dos rendimentos do trabalho principal (-17,8%). (Anexo Estatístico/Tabelas 3.28 e 3.29).

Capítulo IV – OS TRABALHADORES DA SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

1 - Breve descrição do contexto de inserção dos trabalhadores da saúde: O mercado de trabalho da Região Metropolitana do Recife entre 1998 e 2004.

1.1 - Estrutura Demográfica e características da Força de Trabalho da Região Metropolitana do Recife

Entre 2003 e 2004, 59 mil indivíduos foram incorporados à População em Idade Ativa (PIA) da área metropolitana do Recife, que passou a contar, no último ano, com 2.980 mil residentes potencialmente habilitados a compor a força de trabalho regional.

Essa população, com dez anos e mais de idade, em 2004, era majoritariamente feminina (54,3%), composta por pessoas com idade igual ou superior aos 25 anos (65,8%), em sua maioria de cor negra (72,6%) e forte presença dos chefes (32,5%) e cônjuges (20,2%), os quais são responsáveis pela manutenção e sustento dos domicílios em que residem. Destacava-se a presença relevante de indivíduos com o ensino fundamental incompleto (43,6%) e um grupo etário mais escolarizado que possui o ensino médio completo (26,2%).

O impacto efetivo da evolução etária da RMR neste ano, contudo, não foi transferido integralmente à PEA metropolitana que, acrescida de apenas 11 mil pessoas, foi estimada em 1.550 mil trabalhadores em 2004. O efeito do crescimento moderado da PEA regional, face ao da PIA, está sintetizado no comportamento declinante das taxas de participação da RMR verificado desde 2000. Esse indicador, que expressa a proporção da população com 10 anos ou mais de idade efetivamente engajada no mercado de trabalho local passou de 52,7%, em 2003, para 52,0%, em 2004, e, incidindo sobre as condições gerais do mercado de trabalho da RMR, amenizou o crescimento do desemprego e ampliou a taxa de dependência local (Tabela 4.1).

Tabela 4.1
Distribuição da População em Idade Ativa e da População Economicamente Ativa,
segundo atributos pessoais. Região Metropolitana do Recife – 1998 e 2004

Atributos Pessoais	PIA		PEA	
	1998	2004	1998	2004
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo				
Homens	45,1	45,7	56,2	54,9
Mulheres	54,9	54,3	43,8	45,1
Idade				
10 a 17 anos	19,4	16,9	6,4	3,1
18 a 24 anos	17,3	17,3	22,4	22,4
25 a 39 anos	29,7	28,6	42,1	41,3
40 anos e mais	33,6	37,2	29,1	33,2
Cor				
Negra	58,6	72,6	63,9	72,9
Não Negra	41,4	27,4	36,1	27,1
Posição no domicílio				
Chefe	31,4	32,5	40,6	40,5
Cônjuge	19,7	20,2	17,2	17,6
Filhos	36,2	35,8	32,7	32,8
Outros	12,7	11,5	9,5	9,1
Escolaridade				
Analfabeto	9,0	8,4	7,4	4,5
Fundamental Incompleto	48,3	43,6	41,7	32,3
Fundamental Completo	15,5	17,0	18,5	18,5
Médio Completo	19,2	26,2	24,6	37,5
Superior Completo	8,0	4,8	7,8	7,2

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE.

1.2 - O desempenho da ocupação na Região Metropolitana do Recife entre 1998 e 2004

O mercado de trabalho da RMR ocupou em 2004 um total de 1.192 mil pessoas. A evolução deste indicador, desde 1998, revela que o nível de ocupação total primeiramente cresceu até 2002, saltando de 1.120 mil ocupados para 1.214 mil, caiu em 2003, para 1.182 mil pessoas e, em 2004, voltou a crescer timidamente (0,8%), com a criação de 10 mil novas ocupações. Este movimento não acompanhou o crescimento constante da PEA, o que acarretou uma alta no contingente de desempregados, passando de 309 mil em 1998 para 358 mil em 2004.

Tabela 4.2
Estimativas da População em Idade Ativa da População Economicamente Ativa e Desempregados.

População	(em 1.000 pessoas)						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
População em Idade Ativa - PIA	2.657	2.710	2.756	2.808	2.863	2.921	2.980
População Economicamente Ativa - PEA	1.429	1.463	1.477	1.497	1.523	1.539	1.550
Desempregados	309	323	306	316	309	357	358

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE.

A análise da estrutura das ocupações segundo os setores de atividade aponta a preponderância do setor de serviços, responsável pela absorção de 54,5% dos ocupados, seguido pelo comércio (20,1%), pela indústria (9,0%) e pelos serviços domésticos (8,5%). Como complemento deste quadro, a construção civil absorveu 4,1% dos ocupados e os outros setores responderam pelos 3,8% dos postos de trabalho restantes. Ao longo dos últimos sete anos, vê-se que o setor de serviços aumentou sua participação ainda mais (3 pontos percentuais), diferentemente dos demais setores. Em termos absolutos, foram mais 73 mil postos de trabalho, passando este setor de 577 mil ocupados, em 1998, a 650 mil, em 2004.

Tabela 4.3
Estimativas da População Ocupada, segundo setor de atividade econômica.
Região Metropolitana do Recife – 1998 a 2004

Setor de Atividade Econômica	Estimativas dos ocupados (em 1.000 pessoas)		Variação Relativa 2004/1998 (em %)
	1998	2004	
Ocupados	1.120	1.192	6,4
Indústria	111	108	-2,7
Comércio	232	238	2,6
Serviços	577	650	12,7
Construção civil	54	49	-9,3
Serviços Domésticos	109	102	-6,4
Demais	37	45	21,6

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego.
 Elaboração: DIEESE

Entre 1998 e 2004, é possível detectar alterações positivas na composição da ocupação segundo alguns atributos. O primeiro aspecto que chama a atenção foi a acentuada redução dos ocupados na faixa etária de 10 a 24 anos que retraiu-se de 23,9% para 19,5%. Esta tendência pode

ser um indicativo dos resultados já obtidos com o esforço concentrado dos órgãos de governo na implementação de políticas públicas de combate ao trabalho de crianças e adolescentes.

A segunda mudança relevante na composição da ocupação está na redução de 7,8 pp na participação das pessoas com nível de instrução fundamental incompleto, e de 2,8 pp na participação dos analfabetos, entre 1998 e 2004. Neste caso, as alterações refletem o aumento da escolaridade da população, uma vez que, em contrapartida, houve uma elevação da participação dos ocupados com ensino médio completo em 11,5 pp. Assim, este último grupo passou, no período em questão, a ser o de maior frequência, chegando a 37,1% dos ocupados, em 2004. Combinados, estes sinais de mudança na ocupação, podem vir a favorecer o adiamento da entrada das pessoas no mercado de trabalho, com as conseqüências positivas daí decorrentes.

O aumento da escolaridade, entretanto, deve ser visto com cautela, dado que a ocupação das pessoas com ensino superior completo, após haver ampliado sua participação até o ano de 2002, quando atingiu 9,8%, perdeu relevância ao retrair-se para 8,7% em 2004. Mesmo assim, este segmento da população encontra-se mais do que proporcionalmente representado no total das ocupações, uma vez que sua participação na PIA (4,8%) e na PEA (7,2%), no ano de 2004, era inferior à sua participação no total da população ocupada.

A distribuição da população ocupada segundo os atributos pessoais indica, ainda, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que passou de 41,9%, em 1998, para 43,1%, em 2004. No que se refere à composição por faixa etária, o único grupo a ampliar sua participação foi o formado por pessoas com 40 anos e mais de idade que saltou de 33,1% para 38,2% do total de ocupados. Com isso, aproxima-se, cada vez mais, do grupo com maior peso entre os ocupados, qual seja, com idade de 25 a 39 anos que reduziu sua participação de 43,0% para 42,3%, no período analisado.

Quanto à posição na ocupação, em 2004, 58,2% do total de trabalhadores eram assalariados, destacando-se o sub-grupo dos assalariados com carteira assinada no setor privado, que representavam 33,2%. Os outros dois sub-grupos mais relevantes, segundo a posição na ocupação, são autônomos que trabalham para o público (18,3%) e assalariados do setor público (13,6%).

Quando se analisa a evolução ao longo do tempo, constata-se o crescimento da participação dos sub-grupos assalariados do setor privado com carteira assinada, que passou de 30,0%, em 1998, para 33,2%, em 2004, dos sem carteira assinada, de 11,0% para 11,4%, e autônomos que trabalham para o público, que passou de 17,2% para 18,3%. Por sua vez, os autônomos para a empresa mantiveram sua participação e todos os demais grupos perderam espaço no conjunto das ocupações. No período mais recente, entre 2003 e 2004, vê-se o mesmo comportamento descrito acima, cabendo destacar a queda no emprego doméstico, de cerca de 3,8% .

1.3 - O comportamento do desemprego na Região Metropolitana de Recife entre 1998 e 2004.

Em 2004, a taxa média anual de desemprego total mostrou-se relativamente estável (-0,4%), passando de 23,2% para 23,1% da PEA, a segunda maior taxa da série da pesquisa, mantendo o comportamento de alternância, verificado ano a ano, entre elevações e quedas nas taxas de desemprego.

O contingente de desempregados na RMR, em 2004, foi estimado em 358 mil pessoas. A ampliação em relação a 2003 correspondeu ao acréscimo de 1 mil pessoas, movimento que deveu-se ao tímido desempenho na geração de novas ocupações (10 mil), insuficiente para atender ao ingresso de 11 mil pessoas no mercado de trabalho regional.

Devido às pequenas taxas de variação no desemprego, entre 2003 e 2004, a composição da população desempregada, segundo os atributos pessoais, praticamente não se alterou. Já, ao longo do período iniciado em 1998, observa-se que houve uma considerável redução do peso das crianças e adolescentes, de 10,9% para 6,2%, enquanto se ampliaram as participações dos jovens de 18 a 24 anos, de 35,9% para 39,2%, e das pessoas com 40 anos e mais, de 14,4% para 16,5%. Também ocorrem mudanças na composição quanto à cor, visto que os não negros tiveram sua representação reduzida de 31,9% para 24,7% e os negros passaram de 68,1% para 75,3% do total de desempregados, entre 1998 e 2004.

Tabela 4.4
Taxa de desemprego total segundo atributos pessoais
Região metropolitana do Recife- 1998-2004

Atributos Pessoais	(em %)	
	1998	2004
TOTAL	21,6	23,1
Sexo		
Homens	19,0	20,3
Mulheres	24,9	26,5
Posição no Domicílio		
Chefe	12,5	13,3
Cônjuge	19,3	20,2
Filho	33,1	34,6
Outros	25,1	30,9
Faixa Etária		
10 a 17 Anos	36,8	45,6
18 a 24 Anos	34,6	40,5
25 a 39 Anos	19,9	21,3
40 e mais	10,7	11,5
Cor		
Negra	23,0	23,9
Não-Negra	19,1	21,1

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego.
 Elaboração: DIEESE.

Na comparação das taxas de desemprego segundo o nível de instrução, entre 1998 e 2004, observa-se que houve queda das mesmas para os analfabetos e pessoas com ensino fundamental incompleto e crescimento entre aqueles que possuíam o ensino fundamental completo e ensino médio completo. Enquanto nos dois primeiros casos as taxas de desemprego caíram em 1,1 pp, entre as pessoas com ensino fundamental completo, de 27,1% para 30,2%, e, entre as pessoas com ensino médio completo passaram de 18,8% para 24,0%.

Comparativamente a outras regiões, além de apresentar um dos patamares mais elevados de desemprego para o conjunto de trabalhadores e, em particular, para as mulheres e negros, o mercado de trabalho da RMR se destaca em dois aspectos. De um lado, na Região Metropolitana do Recife, sobressai a disparidade existente entre as taxas de desemprego de homens e mulheres, que chegou a 7 pontos percentuais em 2003. De outro, chama a atenção o fato de nesta Região encontrar-se a menor diferença entre a proporção de desempregados negros e não negros.

Os estudos sobre discriminação e mercado de trabalho realizados pelo DIEESE nos últimos anos têm apontado sistematicamente que, as parcelas feminina e negra são as mais atingidas pelo desemprego. Estas sistematizações de dados indicam a situação extremamente desfavorável para a obtenção de trabalho enfrentada pelas mulheres e pelos negros, sobretudo em um ambiente de baixo crescimento econômico, como o prevalecente nos últimos anos. Entretanto, o que vale ressaltar é a inquestionável desigualdade de oportunidades ocupacionais entre os sexos e os segmentos de cor da força de trabalho.

A partir dos critérios de idade e posição no domicílio, a análise dos dados sugere que a incidência do desemprego entre os trabalhadores brasileiros nas áreas metropolitanas recai, com maior intensidade, sobre o agrupamento composto pelos jovens e pelos filhos. Isto ocorre porque as taxas de desemprego são mais elevadas quanto menor a faixa etária, permanecendo, com frequência, acima dos 40,0%, para população de 10 a 17 anos, e dos 35,0%, para o segmento jovem com idade entre 18 e 24 anos. Entre os integrantes do domicílio, por sua vez, as taxas de desemprego se elevam à medida que os indivíduos se afastam do núcleo familiar, composto por chefe e cônjuge, para atingir em maior proporção os filhos.

Na RMR, a identificação dos jovens e dos filhos entre os segmentos que mais sofrem com o desemprego confirma a preocupação com as dificuldades da primeira inserção no mercado de trabalho. Em 2004, essa característica se acentuou com a elevação das taxas de desemprego das crianças e adolescentes, que passou de 43,0% da PEA de 10 a 17 anos, em 2003, para 45,6% neste ano; dos jovens, cuja taxa de desemprego cresceu de 39,5% para 40,5%, no período em análise; e, dos filhos, para os quais este indicador alcançou 34,6% da respectiva PEA, em 2004, face aos 34,2%, em 2003.

Já, os menores patamares da taxa de desemprego são identificados para os chefes de domicílio e para os trabalhadores que alcançaram ou superaram os 40 anos de idade. A elevação do desemprego para estes segmentos, porém, assume particular importância na discussão dos efeitos da insuficiência de postos de trabalho no Brasil devido à natureza da inserção social destes trabalhadores que, geralmente, são responsáveis não só por sua própria manutenção, como de seus grupos familiares. Entre 2003 e 2004, na Região Metropolitana de Recife, a taxa de desemprego entre a população economicamente ativa com 40 anos e mais de idade apresentou ampliação de

11,3% para 11,5%. Para os chefes de domicílio, por sua vez, a taxa de desemprego cresceu de 13,0% para os 13,3%, para os quais a responsabilidade central na manutenção de suas residências torna a busca pelo posto de trabalho mais aflitiva.

Em sentido inverso, houve redução das taxas de desemprego, em 2004, para a população adulta, com idade entre 25 e 39 anos, e, para as pessoas que ocupam a posição de cônjuge no domicílio em que residem.

Em um mercado de trabalho expressivamente heterogêneo como o brasileiro, o progresso escolar desempenha papel importante na diferenciação nas condições de inserção ocupacional de trabalhadores. As taxas de desemprego por escolaridade expressam, com clareza, estas desigualdades. Em todas as Regiões pesquisadas pela PED, as taxas de desemprego são expressivamente mais baixas entre os indivíduos com ensino superior completo, ficando muito próximas a 5,0% da PEA, para quem alcança o topo da carreira acadêmica. Secundariamente, em um contexto de acelerada escolarização da força de trabalho, o desemprego metropolitano incide, com menor intensidade, entre os trabalhadores que permanecem analfabetos. Estes enfrentam taxas de desemprego sempre abaixo dos 20,0%, exceção feita apenas a Salvador, onde a cada 100 analfabetos ativos, 22 estavam desempregados em 2004. No entanto, as taxas de desemprego se apresentam substancialmente mais elevadas para aqueles que concluíram o ensino fundamental.

1.4 – Os rendimentos do trabalho na Região Metropolitana de Recife entre 1998 e 2004

Em 2004, o rendimento real médio dos ocupados na RMR confirmou a trajetória de declínio apresentada em todos os anos da série. Com uma redução de 4,0%, o rendimento real médio dos ocupados representou o terceiro maior declínio anual nos anos pesquisados, fixando-se em R\$ 521,00, contra R\$ 542,00 em 2003

A análise do comportamento dos rendimentos, segundo o setor de atividade econômica, revelou que houve comportamentos diferenciados nos seguintes segmentos:

- o rendimento pago pela indústria de transformação diminuiu em 0,7%, oscilando de R\$ 588,00 para R\$ 584,00;

- o valor praticado no setor do comércio permaneceu relativamente estável (0,2%), variando de R\$ 440,00 para R\$ 441,00;
- o auferido pelo setor de serviços retraiu-se em 5,6%, variando de R\$ 656,00 para R\$ 619,00;
- aquele recebido pelos trabalhadores da construção civil apresentou a maior queda (-11,6%), passando de R\$ 466,00 para R\$ 412,00;
- o percebido pelos ocupados em serviços domésticos – que representa o menor rendimento médio entre os setores – decresceu 1,4%, passando de R\$ 218,00 para R\$ 215,00; e
- o pago pelo agregado outros setores contraiu-se em 5,2%, passando de R\$ 268,00 para R\$ 254,00.

O salário real médio, no período em análise, declinou 4,1% - variação superior a verificada para o total dos ocupados - passando a valer R\$ 597,00. A desagregação desta informação para o setor público e privado mostra que a redução foi mais intensa no primeiro (8,9%) que no segundo caso (1,6%).

Ainda com relação aos assalariados no setor privado, observou-se que os trabalhadores formais tiveram uma retração menor em seus rendimentos (1,3%) quando comparados aos que, neste mesmo período, não tinham carteira de trabalho assinada (3,9%). A comparação entre os rendimentos dos assalariados do setor privado, com e sem carteira assinada, mostra que estes últimos recebiam, em média, 59,1% do que recebiam os primeiros, em 2004.

O rendimento real médio dos autônomos acompanhou o movimento de declínio observado para os demais segmentos, recuando de R\$ 350 para R\$ 335, o que representou uma retração de 4,3%. A desagregação desta informação revelou que houve uma forte redução no rendimento dos autônomos que trabalhavam para empresas (-14,8%), contra um crescimento de 1,2% no rendimento daqueles que trabalhavam para o público. Tal trajetória aproximou os valores destes rendimentos que eram, respectivamente, R\$ 349,00 e R\$ 330,00. A título de comparação, os rendimentos destes mesmos grupos eram, em 2003, R\$ 409,00 e R\$ 326,00

2 - Os trabalhadores da saúde na Região Metropolitana de Recife

Em 2004, a População Economicamente Ativa (PEA) na Região Metropolitana de Recife foi estimada em 1.550 mil pessoas, dentre as quais 4,7%, ou seja, 73 mil constituíam o contingente de trabalhadores da saúde. Dentre essa população economicamente ativa com experiência na área de saúde, por sua vez, a maior parcela (76,17%) estava ocupada diretamente no ramo serviços da saúde, enquanto 14,2%, embora exercessem atividades profissionais típicas dessa área, atuavam em outros ramos de atividade. Os demais 9,8% referiam-se aos desempregados, cuja última inserção produtiva havia se dado no Ramo Serviços de saúde, como pode ser observado na tabela 4.5, que segue. (Anexo Estatístico/Tabelas 4.1 e 4.2.).

Quando se analisa a evolução desses componentes ao longo dos últimos sete anos, verifica-se o declínio da proporção dos ocupados diretamente no ramo serviços de saúde, que passou de 83,3%, em 1998, para 76,1% atuais, embora em termos absolutos seu número tenha aumentado em 5 mil trabalhadores. Por sua vez, os ocupados em ocupações típicas da saúde em outros ramos de atividade tiveram um crescimento acentuado, passando a representar 14,2% do conjunto dos trabalhadores da saúde, em 2004.

Dentre os trabalhadores da saúde a proporção de desempregados com experiência anterior no ramo de serviços da saúde que correspondia a 9,3%, em 1998, teve um aumento de 5,4%, passando para 9,8%, em 2004, que em números absolutos somam 7 mil pessoas.

Tabela 4.5

Estimativa da População Economicamente Ativa e do número de trabalhadores da saúde, segundo forma de inserção ocupacional. Região Metropolitana do Recife – 2004.

(em 1.000 pessoas)

Estimativas	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
População Economicamente Ativa (PEA)	1.429	1.463	1.477	1.497	1.523	1.539	1.550
Total de Trabalhadores na Saúde	61	63	64	67	69	71	73
Ocupados com Trabalho Principal no Ramo Serviços de Saúde	50	50	50	53	53	52	55
Ocupados em Ocupações Típicas da Saúde em Outros Ramos de Atividade	4	7	8	7	9	11	10
Desempregados com Experiência Anterior no Ramo Serviços de Saúde	6	6	6	6	7	8	7

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

2.1- O perfil da força de trabalho da saúde na Região Metropolitana de Recife

Além de permitir a identificação do perfil dos trabalhadores da saúde na Região Metropolitana do Recife, as informações apresentadas a seguir possibilitam observar as alterações ocorridas na composição desses ocupados segundo alguns atributos pessoais no período compreendido entre 1998 e 2004. (Anexo Estatístico/Tabela 4.3).

Em primeiro lugar, cumpre destacar, a acentuada presença de mulheres entre os trabalhadores da saúde da Região Metropolitana de Recife. Nessa área metropolitana, assim como nas demais regiões metropolitanas investigadas pela PED, as mulheres estão sobre representadas na força de trabalho da saúde. No Recife a participação de mulheres na PEA regional era de 45,1% em 2004, enquanto este percentual eleva-se para 73,4%, conforme pode ser observado na tabela que segue. (trazer 4.6).

No que se refere à composição por faixa etária, o único grupo a ampliar sua participação foi, no período em análise, formado por pessoas com 40 anos e mais que passou de 35,2% para 37,0% do total de ocupados na saúde, movimento semelhante ao apresentado para a população ocupada da RMR. No entanto, o segmento de maior proporção continua sendo o das pessoas de 25 a 39 anos, que apesar da redução ocorrida no período, ainda representam 49,9% em 2004, percentual superior ao verificado para o conjunto dos ocupados da Região Metropolitana do Recife.

Tabela 4.6

Distribuição da População Economicamente Ativa e dos trabalhadores da saúde ⁽¹⁾, segundo atributos pessoais. Região Metropolitana do Recife – 2004.

	<i>(Em %)</i>	
Atributos Pessoais	PEA	Trabalhadores da Saúde
Sexo	100,0	100,0
Homens	54,9	26,6
Mulheres	45,1	73,4
Faixa Etária	100,0	100,0
De 10 a 17 Anos	3,1	(3)
De 18 a 24 Anos	22,4	12,7
De 25 a 39 Anos	41,3	49,9
40 anos e mais	33,2	37,0
Posição na Família	100,0	100,0
Chefe	40,5	31,9
Demais	59,5	68,1
Cônjuge	17,6	30,2
Filho	32,8	32,5
Outros	9,1	(2)
Cor	100,0	100,0
Negra	72,9	68,0
Não Negra	27,1	32,0

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem os ocupados com trabalho principal nos ramo de atividade serviços de saúde, os ocupados em ocupações típicas da saúde em empresas de outros ramos de atividade e os desempregados cujo último trabalho exercido foi no ramo de atividade serviços de saúde.

(2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Segundo a posição no domicílio, constata-se a redução da participação dos chefes de domicílio, passando a representar, em 2004, 31,9% dos trabalhadores da saúde. Os demais membros aumentaram sua participação no período, entre 1998 e 2004, e representa o grupo de maior predominância, atingindo um patamar de 68,1%, cuja proporção é superior em relação às demais regiões. Um aspecto relevante é a elevação da participação dos filhos na composição da formação da renda familiar dos trabalhadores da saúde. Até 2003 os cônjuges possuíam maior relevância nessa composição, no entanto, em 2004, os filhos passam a ter maior peso dentre os demais membros com uma participação de 32,5% na RMR, diferentemente das demais regiões, nas quais os cônjuges ainda são mais relevantes.

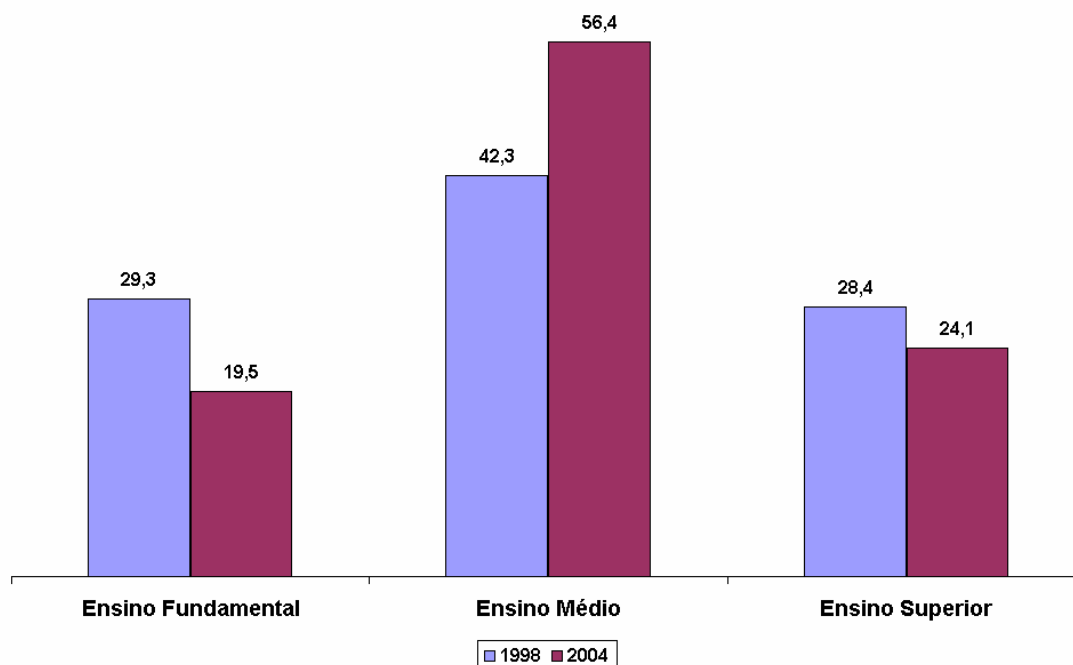
Uma característica importante na composição do perfil dos trabalhadores da saúde diz respeito à escolaridade. De modo geral, em todas as regiões metropolitanas houve aumento da participação dos trabalhadores com ensino médio e ensino superior dentre a população economicamente ativa com experiência na área de saúde entre 1998 e 2004, à exceção da Região Metropolitana de Recife, na qual houve uma redução deste último grupo.

Entre 1998 e 2004 houve uma redução da participação dos trabalhadores com ensino fundamental de 29,3% para 19,5%. Essa alteração indica um aumento da escolaridade dos trabalhadores da saúde na RMR, uma vez que, em contrapartida, houve um crescimento da participação das pessoas com ensino médio completo em 15,3 pp. Assim, este último grupo passou, no período analisado, a corresponder a 50,6%, em 2004.

A elevada escolarização é uma característica importante da ocupação na saúde. O que deve ser visto com cautela, dado que os trabalhadores com ensino superior completo tiveram sua participação reduzida durante o período, retraindo-se de 24,6%, em 1998, para 19,4%, em 2004.

Tabela 4.6
Distribuição dos trabalhadores as saúde ⁽¹⁾ segundo escolaridade
Região Metropolitana de Recife – 2004.

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem os ocupados com trabalho principal nos ramo de atividade serviços de saúde, os ocupados em ocupações típicas da saúde em empresas de outros ramos de atividade e os desempregados cujo último trabalho exercido foi no ramo de atividade serviços de saúde.

2.2 - Ocupados com trabalho principal no Ramo Serviços de saúde na Região Metropolitana de Recife

O mercado de trabalho da RMR ocupou em 2004 um total de 1.192 mil pessoas. Entre 1998 e 2004 a evolução deste indicador revela que o nível de ocupação total cresceu até 2002, atingindo um contingente de 1.214 mil ocupados, decresceu em 2003, para 1.182 mil pessoas e, em 2004, voltou a crescer discretamente.

A análise da estrutura das ocupações segundo os setores de atividade mostra a preponderância do setor de serviços, responsável, em 2004, pela absorção de 54,5% dos ocupados. Neste mesmo ano,

dos 650 mil ocupados no setor de serviços na RMR, 55 mil eram ocupados no Ramo Serviços de saúde, o que representa uma participação de 4,7% do total.

Quando se analisa a evolução ao longo do período, constata-se o crescimento da participação dos ocupados da saúde, que variou, entre 1998 e 2004, de 4,5% para 4,7% sobre o total de ocupados.

2.3 – Perfil dos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde na Região Metropolitana de Recife

A partir dos dados disponíveis é possível traçar o perfil dos ocupados da saúde na Região Metropolitana do Recife. E ainda observar as alterações ocorridas na sua composição segundo alguns atributos no período analisado.

A maioria dos ocupados no ramo serviços de saúde é composta por mulheres, 72,7%, segundo os dados da Tabela 1 do Anexo Estatístico. A distribuição dos trabalhadores ocupados no ramo de serviços de saúde segundo sexo registrou pequenas variações ao longo do período sem alterar, no entanto, a sua composição. As mulheres aumentaram a sua participação de 71,0%, em 1998, para 72,7%, em 2004, o que representou um acréscimo de 2,4% no período.

No que se refere à composição por faixa etária, o único grupo a ampliar sua participação foi o formado por pessoas com 40 anos e mais que passou de 36,6% para 40,5% do total de ocupados no ramo serviços de saúde. No entanto, o segmento de maior proporção concentra-se na faixa etária entre 25 a 39 anos, que apesar da redução ocorrida no período, ainda representam 48,1% em 2004.

Um elemento interessante é a convergência da distribuição etária segundo sexo com a apresentada para o total dos trabalhadores da saúde, onde as pessoas de 25 a 39 anos formam o segmento de maior proporção. O primeiro aspecto é o crescimento da participação dos homens de 40 anos e mais entre os ocupados do ramo serviços de saúde, que passou de 38,3%, em 1998, para 40,5%, em 2004. Com isso, aproximou-se, ao longo do período, do grupo com maior peso entre os ocupados no setor de serviços em saúde, qual seja, os homens com idade de 25 a 39 anos. No que diz respeito à presença feminina houve um aumento da participação das mulheres ocupadas com idade de 40 anos

e mais, de 35,9% para 40,4%, mesmo assim, o grupo de maior frequência ainda são as mulheres de 25 a 39 anos que reduziram sua participação de 50,9% para 49,5% no período analisado. (Anexo Estatístico/Tabela 4.4).

Segundo posição no domicílio, constata-se a redução da participação dos chefes de domicílio, passando a representar, em 2004, 34,2% dos trabalhadores da saúde. Os demais membros ampliaram sua participação no período, entre 1998 e 2004, e continuam a representar o grupo de maior predominância, atingindo um patamar de 65,8%. E, dentro destes, os cônjuges (geralmente mulheres) representam 30,7% do total de ocupados no ramo de serviços de saúde que assumem pela sua posição responsabilidades familiares. (Anexo Estatístico/Tabela 4.5).

Na análise da distribuição dos ocupados no ramo de serviços de saúde segundo a cor, observa-se que a participação dos trabalhadores negros na saúde, na região metropolitana do Recife aparece com uma elevada proporção, 67,0%, representando mais de dois terços, no ano de 2004 do total de ocupados neste ramo. Esta participação era 10,0 p.p. superior a verificada em 1998 (57,4%). (Anexo Estatístico/Tabela 4.6).

Quando se analisa a distribuição da população ocupada no Ramo Serviços em saúde segundo o grau de escolaridade, os indicadores evidenciam um nível de instrução elevado mais elevado para os ocupados neste ramo de atividade. Observa-se que há uma maior participação das pessoas com ensino médio, 55,3%, e com ensino superior, 25,2%. (Anexo Estatístico/Tabela 4.7).

Os dados mostram que, entre 1998 e 2004, houve uma redução de 9,4 pp na participação das pessoas com nível de instrução fundamental, as quais passam a representar uma proporção relativa menor no conjunto dos ocupados no ramo serviços de saúde, 19,6%. Por outro lado, verifica-se elevação da participação do grupo de pessoas com nível de instrução médio, cuja proporção passou de 42,9%, em 1998, para 55,3%, em 2004. Essas alterações resultam numa melhora no perfil de escolaridade da população ocupada neste ramo de atividade, verificando-se uma forte diminuição do peso dos trabalhadores de menor nível de escolaridade (Ensino Fundamental). Por sua vez, a proporção daqueles com nível de escolaridade superior diminuiu 2,9 pp ao longo do período, porém representa a segunda maior participação na distribuição, com 25,2%, em 2004.

2.4 – As Ocupações Exercidas no Ramo Serviços de Saúde na Região Metropolitana de Recife

A análise da distribuição dos tipos de ocupação exercidas pelos trabalhadores em serviços de saúde mostra uma grande quantidade de profissionais alocados em atividades não ligadas diretamente aos cuidados dos pacientes, como por exemplo, as atividades administrativas, que compreendem direção, planejamento, gerenciamento e apoio, que agrupadas representavam, em 2004, 55,3% do total de ocupados. As ocupações típicas dos serviços de saúde, como as de médico, fisioterapeuta, dentista, enfermeiro, dentre outras, respondem, por sua vez, por 44,3% do total de ocupados no setor. Os dados estão expressos na Tabela 4.6, que segue.

Tabela 4.6

Distribuição dos Ocupados com Trabalho Principal nos Serviços de Saúde, segundo Tipo de Ocupação Exercida. Região Metropolitana do Recife – 1998 - 2004

	<i>(em %)</i>	
Tipo de Ocupação Exercida	1998	2004
Total	100,0	100,0
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	42,4	44,3
Especialistas em Saúde	9,9	(4)
Dentistas	(4)	(4)
Enfermeiros (1)	26,9	33,7
Outros (2)	(4)	(4)
Demais Ocupações relacionadas à Saúde (3)	(4)	(4)
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	57,2	55,3

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem as parteiras.

(2) Incluem os nutricionistas, os ortoptistas e óticos, os psicólogos e os protéticos.

(3) Incluem os farmacêuticos e químicos, os técnicos químicos, os biólogos, os farmacologistas e os práticos de farmácia.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Comparativamente ao ano de 1998, observa-se um decréscimo da participação das atividades nas áreas administrativas. Em 1998, as categorias de ocupações não vinculadas “tecnicamente” ao cuidado da saúde, eram responsáveis por 57,2% das ocupações geradas, passando, em 2004, para 55,3%. As ocupações de saúde ligadas diretamente aos cuidados dos pacientes, registraram crescimento da sua participação, ao passar de 42,4%, em 1998, para 44,3%, em 2004.

Tabela 4.7
Rendimento médio real mensal e por hora trabalhada dos ocupados com trabalho principal nos serviços de saúde, segundo tipo de ocupação exercida.
Região Metropolitana de Recife – 2004

(em Reais de maio de 2005)

Tipo de Ocupação exercida	Rendimento Médio	
	Mensal	Por hora
Total	718	4,3
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	993	6,1
Especialistas em Saúde	(4)	(4)
Dentistas	(4)	(4)
Enfermeiros (1)	(4)	(4)
Outros (2)	(4)	(4)
Demais Ocupações relacionadas à Saúde (3)	(4)	(4)
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	499	2,9

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem as parteiras.

(2) Incluem os nutricionistas, os ortoptistas e óticos, os psicólogos e os protéticos.

(3) Incluem os farmacêuticos e químicos, os técnicos químicos, os biólogos, os farmacologistas e os práticos de farmácia.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Na tabela 4.7, pode-se observar significativas diferenças dos salários entre os dois agrupamentos de ocupações dos trabalhadores do ramo de saúde. Em 2004, o rendimento médio dos ocupados na saúde auferido no trabalho principal era de R\$ 718. Os melhores salários são recebidos pelos que trabalham em ocupações consideradas como típicas de saúde, R\$ 993. Enquanto, o subconjunto de trabalhadores, que exercem atividades em áreas administrativas, tais como direção e planejamento, gerenciamento e apoio, possuem um rendimento médio inferior, R\$ 499, e representa cerca de 50,3% do rendimento médio obtido pela categoria de ocupações típicas da saúde.

Entre 1998 e 2004, verificou-se redução nos rendimentos dos ocupados com trabalho principal no ramo serviço de saúde. A categoria de ocupações típicas dos serviços de saúde registrou a maior redução dos rendimentos no período analisado (35,0%), seguida pelos trabalhadores ocupados em atividades administrativas (25,9%).

O rendimento médio por hora do trabalho mostra, também, que as ocupações vinculadas “tecnicamente” aos serviços de saúde são melhores remuneradas, em média, R\$ 6,1 por hora de trabalho. Já as atividades em áreas administrativas proporcionam menores rendimentos por hora de trabalho, R\$ 2,9.

Os trabalhadores na saúde trabalham uma jornada média de 39 horas semanais. O total de ocupados no mercado de trabalho regional trabalham em média 45 horas semanais, o que significa que os trabalhadores do ramo de saúde apresentam jornadas de trabalho menores que aquelas verificadas para o conjunto da atividade econômica na RMR. (Anexo Estatístico/Tabela 4.11)

2.5 - Os vínculos de trabalho dos ocupados no Ramo Serviços de Saúde na Região Metropolitana de Recife

A composição da ocupação no ramo serviço de saúde revela uma participação expressiva dos vínculos assalariados, quando comparados à ocupação total: enquanto 94,7% dos ocupados na saúde são classificados como assalariados, este percentual cai para 58,2% no caso do total de ocupados da Região Metropolitana de Recife.

O detalhamento dos tipos de vínculo entre os assalariados da saúde permite verificar que, o assalariamento no setor privado é responsável por 53,2% dos postos de trabalho gerados neste ramo, dos quais 91,5% são com carteira de trabalho assinada. O setor público, por sua vez, destaca-se como importante empregador, representando 41,5% da ocupação deste ramo de atividade. Grande parte dos trabalhadores da saúde no setor público é formada por estatutários, representando 54,7% do total de funcionários públicos.

Entre 1998 e 2004, a participação do setor público diminuiu sua importância para os profissionais alocados no setor saúde na RMR. Destacam-se os vínculos do Regime Jurídico Único (estatutário), que representavam 30,5% dos ocupados no setor saúde, e baixaram sua participação para 22,7% em 2004.

A tabela 4.8 mostra os rendimentos dos ocupados no setor de serviços de saúde no mercado de trabalho regional. Os rendimentos dos ocupados no setor de serviços de saúde são superiores aos rendimentos observados para o total da população ocupada. Em 2004, o rendimento médio dos ocupados no ramo serviço de saúde na Região Metropolitana de Recife era de R\$ 718, e correspondia a aproximadamente 1,3 vezes o rendimento da população ocupada total (R\$ 549).

Tabela 4.8
Rendimento médio real mensal e por hora trabalhada dos ocupados com trabalho principal no Ramo Serviços de saúde, segundo posição na ocupação.
Região Metropolitana de Recife – 2004.

(em Reais de maio de 2005)

Posição na Ocupação	Rendimentos	
	Mensal	Por hora
Total	718	4,3
Assalariados (1)	643	3,9
Setor Privado	501	2,8
Setor Público	831	5,4
Outros	(4)	(4)
Profissionais Universitários Autônomos (2)	(4)	(4)
Autônomos/Conta-Própria e Demais (3)	(4)	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE.

Nota: Exclusivo os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial. Inflator utilizado: ICV-DIEESE.

(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence a empresa em que trabalham.

(2) Profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições.

(3) Incluem os trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público - exceto os profissionais universitários autônomos -, empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A especificação dos rendimentos dos assalariados no ramo de serviços de saúde pagos pelo setor privado e público, permite verificar que os rendimentos mais altos correspondem aos ocupados no setor público. Pode-se dizer que o setor público tem, em média, equipes profissionais aparentemente mais qualificadas, na medida em que concentra mais profissionais de nível superior e médio do que o setor privado, refletindo diretamente sobre o nível de rendimento.

Segundo a evolução, no período analisado, verifica-se uma trajetória de declínio nos rendimentos dos ocupados em geral (29,2%) e dos ocupados no segmento da saúde. A análise evidencia, porém,

que, os rendimentos dos profissionais da saúde registraram as perdas maiores no poder aquisitivo (30,6%).

Quando são investigados os rendimentos por hora trabalhada, verifica-se que os trabalhadores inseridos nas atividades de serviços de saúde recebem em média R\$ 4,3. Relativamente aos rendimentos médios por hora, os profissionais dos serviços de saúde obtêm melhor remuneração que o total de ocupados na RMR. Observa-se que os primeiros ganham em média valor 1,5 vezes maior que o apresentado para o total dos trabalhadores no mercado de trabalho metropolitano (R\$ 2,9).

Conforme a posição na ocupação, a jornada média mensal dos ocupados no setor de serviços de saúde é menor, ou muito próxima, àquela apresentada para o total dos ocupados. Dadas as características da ocupação no setor, as jornadas de trabalho no trabalho principal para os profissionais de saúde, menos extensas que aquelas verificadas para o total de ocupados, em parte, são explicadas pelo acúmulo de postos de trabalho no setor público e privado.

2.6 - A estabilidade de trabalho no ramo Serviços de Saúde na Região Metropolitana de Recife

O tempo médio de permanência no atual trabalho para os ocupados do setor serviços de saúde em 2004 foi de 104 meses (8 anos e 8 meses). De acordo com a posição na ocupação, a maioria das categorias analisadas apresentou tempo médio de permanência no trabalho principal igual ou maior do que a média calculada para o total de ocupados da região. O tempo de permanência dos assalariados com carteira de trabalho assinada (68 meses = 5 anos e 8 meses) é bem inferior ao observado para os assalariados do setor público (153 meses = 12 anos e 9 meses).

A comparação com o ano de 1998 mostra que esse tempo de permanência apresenta-se menor, com uma média de 96 meses (8 anos) para o conjunto das categorias de saúde, conforme a Tabela 4.9, que segue.

Tabela 4.9
Tempo Médio de Permanência no Trabalho Principal dos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde, segundo Posição na Ocupação.
Região Metropolitana de Recife – 1998/2004.

(em semanas)

Posição na Ocupação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	96	95	96	101	103	103	104
Assalariados (1)	94	94	95	99	101	102	103
Setor Privado	54	60	64	66	62	63	65
Com Carteira Assinada	58	63	71	72	70	67	68
Sem Carteira Assinada	(4)	(4)	(4)	(4)	22	(4)	(4)
Setor Público	134	139	132	142	152	147	153
Estatutários	147	159	154	166	186	183	191
Celetistas	109	102	89	103	104	105	107
Outros	114	100	(4)	122	118	(4)	(4)
Profissionais Universitários Autônomos (2)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Autônomos/Conta-Própria e Outros (3)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence à empresa em que trabalham.

(2) Profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições.

(3) Incluem os trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público, exceto os profissionais universitários autônomos, empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

(4) A amostra não permite a desagregação de informações para esta categoria.

2.7 - O exercício de trabalhos adicionais entre os ocupados nos serviços de saúde na Região Metropolitana de Recife

Em 2004, 5,5% dos ocupados na Região Metropolitana de Recife tinham dois ou mais trabalhos, contabilizando um contingente de 66 mil pessoas. Geralmente, os trabalhadores mais propensos ao segundo emprego são aqueles que procuram uma fonte de rendimento adicional em decorrência dos baixos ganhos no trabalho principal. No entanto, percebe-se também que a decisão de exercer trabalhos adicionais se deve a natureza da atividade desempenhada, a flexibilidade da jornada de trabalho e, em muitos casos, a possibilidade de exercício autônomo da profissão, como é o caso dos médicos, fisioterapeutas, enfermeiros, dentistas, dentre outros. Nesse contexto, os trabalhadores do Ramo Serviços de saúde estão mais afeitos a acumular mais de um posto de trabalho. Trata-se de 16,1% dos ocupados no setor, representando um contingente de 9 mil trabalhadores, como demonstra a Tabela 4.10, que segue.

Tabela 4.10
Estimativas do Total de Ocupados e de Ocupados no Ramo Serviços de Saúde segundo o
exercício de trabalhos adicionais.
Região Metropolitana de Recife – 1998/2004

Ocupados com Trabalho Adicional	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total de ocupados com trabalho adicional (em 1.000 pessoas)	94	96	90	80	80	72	66
% de Ocupados com Trabalho Adicional	8,4	8,4	7,7	6,8	6,6	6,1	5,5
Ocupados nos Serviços de Saúde com Trabalho Adicional (em 1.000 pessoas)	10	10	10	11	9	9	9
% de Ocupados nos Serviços de Saúde com Trabalho Adicional	18,9	20,8	19,7	20,8	16,9	17,8	16,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE.

No mercado de trabalho metropolitano do Recife, as pessoas com mais de um trabalho apresentam idade mais elevada e maior nível de escolaridade. Quando considerado o total de ocupados no Ramo Serviços de saúde, verifica-se uma maior participação relativa entre os ocupados com trabalho adicional dos indivíduos na faixa etária de 25 a 39 anos (55,3%), e àqueles com ensino superior completo ou incompleto (49,2%).

Considerando os atributos pessoais como sexo, cor e posição na família, verifica-se que embora os ocupados com trabalho adicional relativamente sejam majoritariamente mulheres (67,3%), demais membros da família (63,8%) e negros (62,8%), comparativamente ao verificado para o conjunto de ocupados na saúde, há uma sub-representação destes indivíduos, de acordo com a Tabela 4.11, que segue.

Tabela 4.11
Distribuição dos ocupados no ramo serviços de saúde com trabalho adicional, segundo
atributos pessoais.
Região Metropolitana de Recife – 2004

Atributos pessoais	%
Sexo	100,0
Homens	(2)
Mulheres	67,3
Faixa etária	100,0
De 10 a 24 anos	(2)
De 25 a 39 Anos	55,3
40 anos e mais	(2)
Posição na família	100,0
Chefe	(2)
Demais	63,8
Nível de Instrução	100,0
Até o ensino superior incompleto (1)	50,8
Ensino Superior Completo	49,2
Cor	100,0
Negra	62,8
Não-Negra	(2)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE.

(1) Inclui analfabetos e alfabetizados sem escolaridade.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Os assalariados representavam 92,0% dos ocupados de saúde com trabalhos adicionais. É importante destacar que, entre 1998 e 2004, observa-se crescimento da proporção de assalariados entre os ocupados com trabalho adicional, que passou de 87,0% para 92,0% (Anexo Estatístico/Tabela 4.23).

Embora a interpretação dos dados fique prejudicada pela impossibilidade de desagregação dos dados, e, portanto deve ser tomada com cautela, os dados das tabelas 21 e 22 do Anexo Estatístico corroboram impressões correntes entre analistas da área sobre o tipo de ocupação das pessoas com mais de um trabalho. Em outras palavras, do total de ocupados do Ramo Serviços de Saúde com trabalho adicional, destacam-se aqueles que, em seu trabalho principal, exercem ocupações típicas da Saúde (70,9%). Estas permitem maior flexibilidade da jornada (Anexo Estatístico/Tabelas 4.24 e 4.25).

Como já ressaltado, a jornada média dos trabalhadores ocupados no ramo Serviços de Saúde, em 2004, é de 43 horas. Entre os ocupados no setor que possuem trabalho adicional, a jornada média total sobe para 58 horas semanais. Os trabalhadores sem trabalho adicional, por sua vez, cumprem jornadas de trabalho menos extensas: 40 horas/semana.

Tabela 4.12

Horas Semanais Trabalhadas pelos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde, segundo Exercício de Trabalho Adicional. Região Metropolitana do Recife - 1998-04

Exercício de Trabalho Adicional	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total de Ocupados							
Jornada Média Total	41	42	42	42	42	42	43
No Trabalho Principal	37	38	38	38	38	38	39
No Trabalho Adicional	21	22	23	22	23	23	25
% que Trabalha mais de 44 Horas	32,9	36,5	34,5	34,6	35,2	36,6	37,4
Com Trabalho Adicional							
Jornada Média Total	53	54	55	55	56	58	58
No Trabalho Principal	34	34	35	35	33	36	35
No Trabalho Adicional	21	22	23	22	23	23	25
% que Trabalha mais de 44 Horas	59,8	64,7	76,2	70,5	72,8	79,9	76,0
Sem Trabalho Adicional							
Jornada Média Total	38	39	38	39	39	38	40
No Trabalho Principal	38	39	38	39	39	38	40
% que Trabalha mais de 44 Horas	26,6	29,1	24,2	25,2	27,3	27,3	30,0

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

Dentre os trabalhadores que dispõem de um segundo trabalho, o número de horas trabalhadas na semana é de 35 horas no trabalho principal e 25 horas no trabalho adicional. Como era esperado, 76,0% deste contingente populacional estavam trabalhando em jornada acima do determinado pela legislação (44 horas semanais).

Quando considerados os indivíduos com apenas um trabalho, as horas semanais são mais elevadas, correspondendo em média, a 40 horas. Este pode ser um empecilho para o exercício de trabalho adicional, embora apenas 30,0% realizam jornada acima da legal (44 horas semanais) (Anexo Estatístico/Tabela 4.26).

Como o esperado, o exercício de trabalho adicional tem impacto no valor dos rendimentos médios dos ocupados nos Serviços de Saúde. O rendimento médio do total de ocupados eleva-se em quase 20%, ao incluir a remuneração dos trabalhos adicionais, passando de R\$ 718 para R\$ 836.

Tabela 4.13

Rendimento Médio Mensal em todos os trabalhos e do trabalho principal dos ocupados no Ramo Serviços de Saúde, segundo Exercício de Trabalho Adicional Região Metropolitana do Recife - 1998-04

(em R\$ de maio de 2005)

Rendimentos	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Rendimento Médio Total	1.277	1.340	1.250	1.136	1.082	839	836
Rendimento Médio do Trabalho Principal	1.035	1.074	1.040	928	909	723	718

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE.

Nota: Exclusivo os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial. Inflator utilizado: INPC/RMR-IBGE.

V – OS TRABALHADORES DA SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

1 - Breve descrição do contexto de inserção dos trabalhadores da saúde: O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador entre 1998 e 2004.

1.1 - Estrutura Demográfica e características da Força de Trabalho da Região Metropolitana de Salvador

Em 2004, estimava-se a população residente na Região Metropolitana de Salvador (RMS) em 3.250 mil habitantes, dentre os quais 2.734 mil pessoas tinham 10 anos ou mais de idade, compondo a População em Idade Ativa (PIA) regional. Apta do ponto de vista etário à inserção na estrutura produtiva local, esta última parcela populacional contava com uma ligeira predominância de mulheres (53,7%), além de ser majoritariamente composta por negros (86,6%) e indivíduos com idade igual ou superior aos 25 anos (64,3%). Adicionalmente, destacava-se pela proporção dos chefes (33,5%), geralmente responsáveis pela manutenção do domicílio, filhos (34,8%) e indivíduos com menor nível de escolaridade: até o fundamental incompleto (42,5%).

Em 2004, a proporção de pessoas em Idade Ativa (10 anos e mais) que compunham o mercado de trabalho como ocupadas (1.261 mil) ou desempregadas (431 mil) foi estimada em 1.692 mil pessoas. Considerando a evolução, entre 1998 e 2004, 299 mil indivíduos foram incorporados à População Economicamente Ativa – PEA, da Região Metropolitana de Salvador.

Conforme apresentado pela tabela 5.1, a seguir, a taxa de participação, que representa a proporção da PEA (ocupada ou desempregada) no total da População em Idade Ativa – PIA (com 10 anos e mais), apresentou incremento de 3,2% entre 1998 e 2004, passando de 60,0% para 61,9%. No período, o contingente de ocupados ampliou-se em apenas 215 mil, de modo que o total de desempregados na RMS aumentou em 84 mil pessoas. Neste contexto, a taxa de desemprego cresceu em decorrência da geração insuficiente de ocupações para absorver aqueles que ingressaram na força de trabalho, demonstrando que a problemática ocupacional da RMS continua a apresentar fortes componentes relacionados à própria dinâmica da economia.

A investigação da taxa de participação mostra que o homem está mais presente na força de trabalho da RMS. Os novos padrões culturais e o empobrecimento das famílias vêm, no entanto, modificando este comportamento com o crescimento da taxa de atividade das mulheres. Conforme a evolução, a taxa de participação mostrou-se diferenciada entre homens e mulheres, tendo ocorrido uma variação positiva de 0,9% para os homens (variando de 68,7% para 69,3% entre 1998 e 2004) e de 5,7% para as mulheres (de 52,5% em 1998, para 55,5% em 2004).

Embora, historicamente, a participação das mulheres no mercado de trabalho seja menor que a dos homens, é cada vez maior a importância da população feminina na força de trabalho, diminuindo gradualmente a diferença entre os sexos. Na RMS, a inserção crescente das mulheres na PEA -, com a correspondente elevação das taxas de atividade deste segmento populacional, é, no entanto, determinada, dentre outros fatores, pela redução dos rendimentos dos ocupados, ou mesmo, pela ausência ou desemprego do cônjuge.

Tabela 5.1
Taxas de participação segundo atributos pessoais
Região Metropolitana de Salvador – 1998 e 2004.

(em %)

Atributos Pessoais	Taxa de Participação		Variação Relativa
	1998	2004	1998 a 2004
Total	60,0	61,9	3,2
Sexo			
Homens	68,7	69,3	0,9
Mulheres	52,5	55,5	5,7
Cor			
Negra	60,8	62,0	2,0
Não Negra	56,8	61,0	7,4
Idade			
10 a 14 anos	8,9	4,5	-49,4
15 a 17 anos	36,9	28,8	-22,0
18 a 24 anos	74,6	75,8	1,6
25 a 39 anos	84,7	84,7	0,0
40 a 59 anos	70,6	71,8	1,7
60 anos e mais	17,9	17,8	-0,6
Posição no Domicílio			
Chefe	74,8	72,5	-3,1
Cônjuge	57,6	60,0	4,2
Filhos	49,6	54,3	9,5
Outros	58,9	57,4	-2,5
Escolaridade			
Analfabeto	40,4	33,5	-17,1
Fundamental Incompleto	50,5	46,0	-8,9
Fundamental Completo (1)	63,8	65,1	2,0
Médio Completo (2)	77,2	77,9	0,9
Superior Completo	84,2	83,5	-0,8

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE.

(1) Fundamental Completo inclui o ensino médio incompleto.

(2) Médio completo inclui o ensino superior incompleto.

Continuando a análise da taxa de participação, verifica-se que o negro está mais presente na força de trabalho da RMS com 62,0% da população de 10 anos e mais em situação de ocupação ou

desemprego em 2004. Para o negro estar no mercado de trabalho é condição mais urgente configurando maior dificuldade destes em se manterem na inatividade.

Segundo a posição da família, fica clara a importância da inserção do chefe da família (72,5%) seguido do cônjuge (60,0%) e dos outros membros da família (57,4%) no mercado de trabalho metropolitano do ano de 2004. Destaca-se, entretanto, o elevado crescimento da participação dos filhos, com incremento de 9,5% na taxa de participação entre 1998 e 2004 (passando de 49,6% para 54,3%), e a redução da pressão sobre o mercado de trabalho dos chefes de família (3,1%). Este movimento reflete a crescente dificuldade de inserção de homens e mulheres chefes de família no mercado de trabalho metropolitano, diante do recrudescimento da situação de desemprego. Por outro lado, em regiões mais atrasadas do ponto de vista da consolidação da estrutura da produção capitalista e da homogeneização das relações de trabalho, a ocupação dos filhos em idade escolar constitui-se em estratégia de sobrevivência relevante para o complemento da renda familiar.

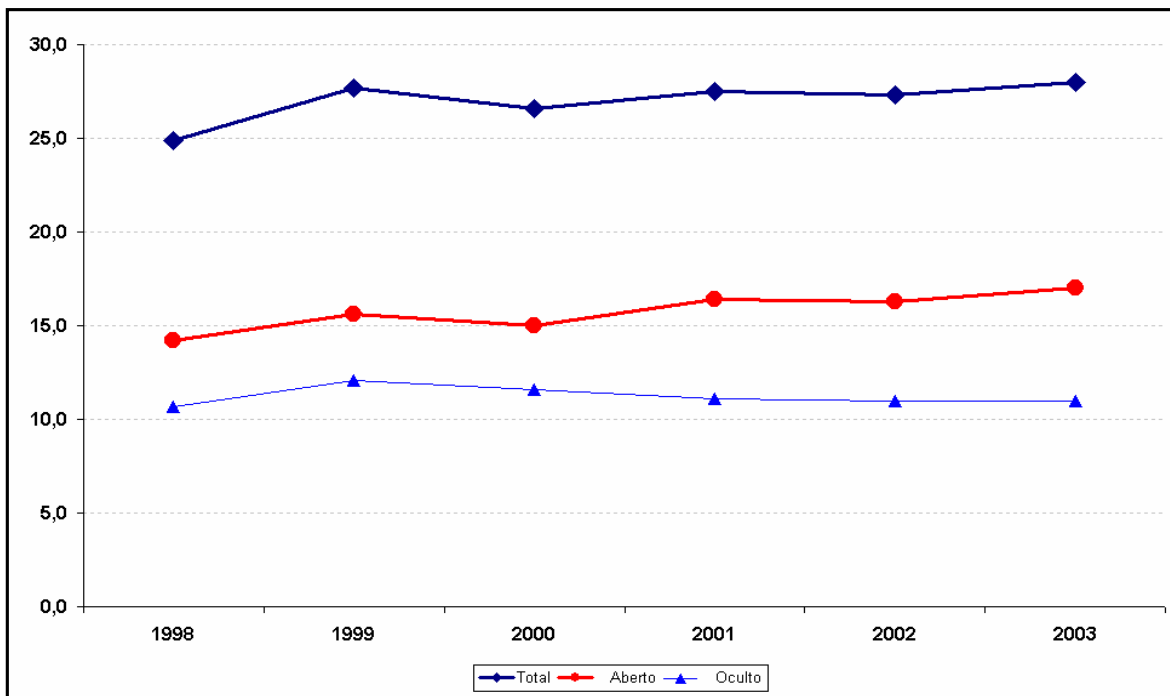
Considerando a disponibilidade para o mercado de trabalho segundo a faixa etária, vale ressaltar as expressivas reduções nas participações das crianças e adolescentes no período de 1998 a 2004: entre 10 a 14 anos (que passa de 8,9% para 4,5%) e 15 a 17 anos (de 36,9% para 28,8%), caracterizando uma melhora no perfil da PEA, dado que é desejável que as crianças e adolescentes apresentem reduções de sua participação. As pessoas entre 18 e 24 anos e aquelas entre 40 e 59 anos aumentaram sua participação em 1,6% e 1,7%, respectivamente.

Na análise da taxa de participação segundo a escolaridade observa-se que a presença relativa no mercado de trabalho avança na medida em que aumenta a escolaridade. No período em análise, a RMS apresentou em 2004, relativamente a 1998, uma acentuada redução da taxa de participação das pessoas que possuem até o ensino fundamental: analfabetos (17,1%) e, com menor intensidade, das pessoas com o ensino fundamental incompleto (8,9%), caracterizando uma melhora da composição da PEA. Cabe ressaltar que, ao longo do período analisado, percebe-se um aumento contínuo da escolaridade entre os componentes da PEA.

1.2 - O comportamento do desemprego na Região Metropolitana de Salvador entre 1998 e 2004.

No período em análise, as informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS) apontam um incremento da taxa de desemprego média anual (2,4%). Essa taxa alcançou 25,5% da População Economicamente Ativa (PEA), em 2004, quando, em 1998, ela foi de 24,9%. O contingente de pessoas em busca de uma ocupação passou de 347 mil pessoas, para os atuais 431 mil indivíduos.

Gráfico 5.1
Taxa de desemprego por tipo de desemprego
Região Metropolitana de Salvador – 1998 a 2004.



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

Os dados coletados pela PED permitem captar além do desemprego aberto (14,9% em 2004), o desemprego oculto - pelo trabalho precário ou desalento (7,6% e 3,0%, respectivamente, em 2004), o que se reflete nas taxas de desemprego total para as regiões metropolitanas. A desagregação das informações segundo o tipo de desemprego mostra que o desemprego oculto pelo trabalho precário consolida-se como uma característica predominante da inserção em mercados de trabalho

periféricos. A análise da evolução da taxa de desemprego total segundo seus componentes mostra que a alta da taxa de desemprego total reflete, o incremento da taxa de desemprego aberto, que aumentou 4,9%, entre 1998 e 2004, uma vez que a taxa de desemprego oculto recuou no período analisado (0,9%). O contingente de desempregados em situação de desemprego aberto foi estimado em 252 mil pessoas em 2004, e em desemprego oculto, em 179 mil indivíduos. Este último indicador revela o menor grau de estruturação do mercado de trabalho metropolitano baiano, visto que em regiões onde o mercado de trabalho é pouco estruturado há maior facilidade de inserção em atividades precárias, que na verdade representam formas de desemprego disfarçado.

Segundo os atributos pessoais, em 2004 observou-se aumento generalizado da taxa de desemprego para todos os estratos investigados. Destaque-se o acréscimo dessa taxa para as faixas etárias entre 15 e 17 anos (9,3%) e 18 a 24 anos (9,4%), para os filhos (3,3%) e entre as mulheres (3,3%).

Entre 1998 e 2004, de acordo com o nível de instrução, verificou-se a alta da taxa de desemprego entre as pessoas que possuem maior escolaridade, ou seja, médio completo e superior incompleto (18,7%), e, em seguida, para aquelas que possuem fundamental completo e médio incompleto (9,2%) e superior completo (4,3%).

Apesar de indivíduos com atributos pessoais específicos (mulheres, negros, jovens e indivíduos menos escolarizados) serem mais vulneráveis ao desemprego, a evolução desfavorável do desemprego total é agravada pela generalização do desemprego, que passou a atingir os mais diversos segmentos da força de trabalho metropolitana. No caso específico do chefe de família, a taxa de desemprego desse grupo populacional aumenta apesar da queda da sua taxa de participação. O crescimento da taxa de desemprego dos homens e chefes de família sugere, portanto, um grave problema social, configurado na queda das oportunidades de ocupação dos responsáveis pela manutenção da maior parte da renda familiar.

Outro agravante que deve ser levado em consideração é a falta de perspectiva de um novo posto de trabalho. Entre 1998 e 2004, o tempo médio de procura de trabalho dos desempregados da RMS passou de 43 para 67 semanas.

1.3 - O desempenho da ocupação na Região Metropolitana de Salvador entre 1998 e 2004.

O funcionamento do mercado de trabalho da RMS tem apresentado sinais de dinamismo no período recente, que, no entanto, não vem arrefecer a deterioração das condições de inserção nos últimos anos. Entre os anos de 1998 e 2004, como acontecimento vinculado ao funcionamento do mercado regional pode ser destacado o fato da ocupação se apresentar em crescimento desde 1999. Em 2004, o mercado de trabalho da RMS ocupou um total de 1.261 mil pessoas. Considerando a evolução do contingente de ocupados, entre 1998 e 2004, foram criados 215 mil novos postos de trabalho, dos quais 145 mil (67,4%) no setor de Serviços.

O perfil da inserção setorial da ocupação revela que mais da metade do total de ocupados no mercado de trabalho metropolitano em 2004 está alocada no setor de Serviços (60,9%). Cabe destacar que, à exceção de alguns ramos específicos, na RMS ainda prevalecem relações de trabalho marcadamente informais, dos quais estão ausentes direitos trabalhistas e previdenciários, o que contribui para a deterioração da qualidade da inserção no setor de Serviços. Ainda segundo os setores de atividade, o Comércio é responsável pela absorção de 16,5% dos ocupados, seguido pelos Serviços Domésticos (9,7%), pela Indústria (8,6%) e pela Construção Civil (3,0%).

Em relação a 1998 observou-se crescimento da ocupação em praticamente todos os setores de atividade. O maior destaque foi verificado na Indústria (28,0% 26,5%), seguido pelo setor de Serviços (23,2%), Construção Civil (16,7%), Comércio (16,3%) e Serviços Domésticos (14,6%). A única exceção se verifica para o agregado Demais Setores, que reduziu em 11,2% seus postos de trabalho. Neste período, em termos absolutos, a maior criação de postos de trabalho coube ao Setor de Serviços (145 mil), seguido pelo Comércio, com 29 mil novos postos, Indústria, com mais 23 mil, Serviços Domésticos, com 15 mil novos postos, e, finalmente, Construção Civil, com apenas 6 mil novas ocupações. No agregado Demais Setores verificou-se uma retração 2 mil postos de trabalho.

O crescimento do nível de ocupação nos Serviços decorreu, sobretudo, do acentuado aumento de ocupados no agregado Outros Serviços (46,6%), nos Serviços Especializados (40,6%), nas atividades de Utilidade Pública (34,5%) e no ramo da Saúde (34,3%). Já os ramos de Reformas/

Reparação e Creditícios/Financeiros reduziram em 19,6% e 12,9% seu contingente de ocupados, respectivamente.

Tabela 5.2a
Distribuição dos ocupados segundo setor de atividade econômica
Região Metropolitana de Salvador – 1998 e 2004.

Setores de Atividade Econômica	Distribuição (%)	
	1998	2004
Indústria	8,1	8,6
Comércio	17,1	16,5
Serviços	59,6	60,9
Construção Civil	3,1	3,0
Serviços Domésticos	10,2	9,7
Demais	1,9	1,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

A trajetória ascendente da participação da indústria na absorção da mão-de-obra no mercado de trabalho metropolitano está associada à conformação de uma estrutura produtiva fortemente concentrada em alguns setores econômicos, intensivos em capital. Na Indústria, a geração mais expressiva de postos de trabalho foi observada nos ramos Metal-Mecânico (57,6%), Outras Indústrias (41,8%), Petroquímica, Química, Farmacêutica e Plásticos (25,8%).

A análise da estrutura das ocupações segundo a posição na ocupação aponta para alterações positivas na composição da ocupação. Em 2004, a maior parte da ocupação na RMS acontecia a partir do assalariamento (59,9%) dos quais 34,4% dos empregados privados possuíam carteira de trabalho assinada e 11,6% não apresentavam registro em carteira. O setor público, por sua vez, absorvia 13,9% da população ocupada total. Em relação a 1998, segundo forma de inserção, verificou-se um crescimento de 24,3% do total de assalariados, que se deu em função do acentuado aumento do número de assalariados com carteira (34,2%) e também do aumento do contingente dos assalariados sem carteira (27,1%).

Embora observado o incremento da ocupação formal no período em análise, o mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador caracteriza-se por uma estrutura ocupacional frágil, onde se destacam freqüentemente as relações informais de trabalho, com a presença de ocupações e atividades precárias. Relativamente a 1998, o maior crescimento ocupacional se verificou para a

categoria dos Autônomos (20,6%), seguindo-se a ocupação dos Empregadores (17,7%) e a dos Empregados Domésticos (14,6%).

Tabela 5.2b
Distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador – 1998 e 2004.

(em %)

Posição na ocupação	Distribuição	
	1998	2004
Ocupados	100,0	100,0
Assalariados Total	58,1	59,9
Assalariados Setor Privado	41,9	46,0
Subcontratados	4,6	6,2
Demais	37,3	39,8
Com Carteira Assinada	30,9	34,4
Sem Carteira Assinada	11,0	11,6
Assalariados Setor Público	16,1	13,9
Autônomo	23,5	23,5
que Trabalha para Empresa	4,2	4,2
que Trabalha para o Público	19,3	19,3
Empregadores	4,2	4,1
Empregados Domésticos	10,2	9,7

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

1. 4 – Os rendimentos do trabalho na Região Metropolitana de Salvador entre 1998 e 2004.

Embora em 2004, quando comparado com 2003, o rendimento anual médio dos ocupados na Região Metropolitana de Salvador tenha apresentado ligeira recuperação, esta não foi suficiente para anular o comportamento negativo dos rendimentos nos cinco anos anteriores. No período em análise, o rendimento anual médio dos ocupados da RMS apresentou um decréscimo de 16,7%, correspondendo a R\$ 684 no ano de 2004.

Movimento semelhante foi observado no salário real médio que, em comparação com 1998, acumulou perda de 14,3%. A deterioração do rendimento real médio anual verificada para o total de assalariados significou uma variação de R\$ 922, no primeiro ano da análise, para R\$ 790 em 2004.

Tabela 5.3
Rendimento Médio Real dos Ocupados segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador – 1998 e 2004.

(em Reais de novembro de 2004)

Posição na Ocupação	Anos		Variações (%)
	1998	2004	2004/1998
Ocupados	821	684	-16,7
Assalariados	922	790	-14,3
Setor Privado	761	647	-15,0
Subcontratados	543	559	2,9
Com Carteira Assinada	879	731	-16,8
Sem Carteira Assinada	407	385	-5,4
Setor Público	1.333	1273	-4,5
Autônomo	515	415	-19,4
Empregadores	2.611	1902	-27,2
Empregados Domésticos	208	215	3,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE.

Esse resultado desfavorável, comparado a 1998, atingiu os segmentos ocupados de diferentes formas. Considerando a posição na ocupação, a queda do rendimento real médio dos ocupados se deu em função dos decréscimos nas remunerações de todos os segmentos ocupacionais, com destaque para Empregadores (27,2%) e Trabalhadores Autônomos (19,4%). Empregados Domésticos e Assalariados Subcontratados foram os únicos grupos de ocupados a apresentar, em relação a 1998, majoração em seus rendimentos médios anuais (3,4% e 2,9%, respectivamente).

Conforme os principais setores de atividade econômica, verificaram-se no período de 1998 a 2004 comportamentos semelhantes ao do rendimento médio dos ocupados. Nos Serviços, os ocupados tiveram perda de 14,9% do rendimento real médio anual, que passou a corresponder a R\$ 781. As maiores reduções foram observadas nos ramos de Serviços Creditícios e Financeiros (25,3%), no agregado Outros Serviços (23,9%), Serviços Especializados (21,9%), e Saúde (20,3%).

Em 2004, os ocupados na Indústria tiveram rendimentos médios 23,4% menor que o registrado no ano de 1998. Neste mesmo período quase todos os ramos de atividade apresentaram retrações,

destacando-se os ramos de Têxteis, Vestuário e Calçados (37,8%), Petroquímica, Química, Farmacêutica e Plásticos (27,0%), Outras Indústrias (23,0%) e Alimentação (18,6%).

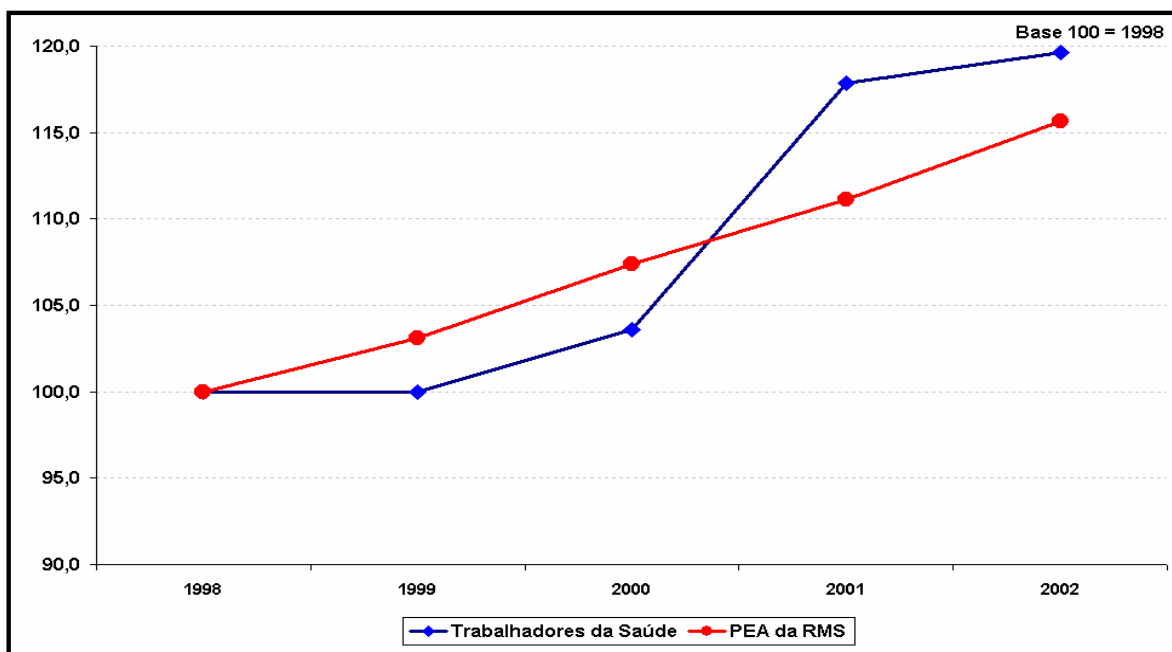
Adicionalmente, o rendimento real médio anual dos ocupados no comércio diminuiu, passando a corresponder a R\$ 513 em 2004, valor 25,1% menor do que o registrado em 1998. Observou-se, ainda, queda expressiva do rendimento real médio dos ocupados na Construção Civil (26,2%) e alta de 3,4% nos Serviços Domésticos.

2 - Os trabalhadores da saúde na Região Metropolitana de Salvador

De acordo com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED -, em 2004, 1.692 mil pessoas compunham a força de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. Deste total, 77 mil indivíduos formavam o contingente da PEA (População Economicamente Ativa) com experiência de trabalho na área da saúde, correspondendo a 4,6% do total da força de trabalho metropolitana. No comparativo entre 1998 e 2004, verifica-se que ocorreu incremento de 37,5% no número de trabalhadores da saúde, crescimento superior ao observado, no mesmo período, para o conjunto da PEA do mercado de trabalho regional (21,5%), conforme indicações contidas no gráfico 5.2, que segue (ver também Anexo Estatístico/Tabela 2.1).

Gráfico 5.2

Índice da População Economicamente Ativa e do número s Trabalhadores da Saúde. Região Metropolitana de Salvador – 1998 a 2004.



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

Esta força de trabalho, composta por três segmentos, é representada principalmente pelos trabalhadores ocupados diretamente no ramo de serviços de saúde (81,4%). Profissionais da saúde

(médicos, dentistas, enfermeiros, etc.), contratados por empresas de outros ramos de atividades são apenas 6,0% do conjunto da força de trabalho de saúde, enquanto 12,6% é composta pelo contingente de desempregados cuja última experiência de trabalho foi no ramo dos Serviços de Saúde.

Conforme a evolução, o número de desempregados vinculados ao setor cresceu 42,9% (passou de 7 mil desempregados em 1998, para 10 mil), seguido pelos trabalhadores da saúde ocupados em outros ramos de atividade (66,7%). Os ocupados no ramo de atividade da saúde apresentou expansão de 34,8%, aumentando o número de trabalhadores de 46 mil, em 1998, para os atuais 62 mil. (Anexo Estatístico/Tabela 2.1).

2.1 - O perfil da força de trabalho da saúde na RMS

Uma característica importante das atividades relacionadas aos serviços de saúde estaria relacionada com a preponderância da força de trabalho feminina. A maior participação de mulheres na composição da força de trabalho com experiência na área da saúde (71,7%) difere do verificado para a PEA regional, em que a proporção de mulheres, em 2004, era de apenas 48,2%.

Segundo a posição na família, verifica-se que os cônjuges (geralmente mulheres) estão sobre representados na força de trabalho da saúde. Comparativamente ao conjunto da PEA regional (19,0%), a proporção de cônjuges na PEA da saúde é expressivamente maior: 30,2%. Adicionalmente, embora com participação relativa menor, os trabalhadores da saúde são majoritariamente chefes de famílias (36,7%).

A desagregação das informações segundo faixa etária vem corroborar a existência de uma diferenciação entre os trabalhadores da saúde na RMS e a PEA total. A faixa etária que concentra o maior percentual de trabalhadores da saúde corresponde aos indivíduos de 25 a 39 anos (48,0%). Esta proporção é maior entre os trabalhadores da saúde que a observada para o conjunto da PEA (41,2%). Ainda no que diz respeito às características pessoais, verifica-se maior participação relativa dos indivíduos com mais de 40 anos de idade (38,6%), que aquela verificada para a PEA total (31,1%). Em resumo, considerado o perfil etário da PEA regional, relativamente jovem, os

trabalhadores da saúde apresentam idade elevada para os padrões do mercado de trabalho metropolitano.

Embora os negros sejam a expressiva maioria da população residente na Região Metropolitana de Salvador, a participação de negros na força de trabalho da Saúde, quando comparada à distribuição da PEA regional, é considerada baixa. A distribuição segundo a cor indica a presença de 78,7% de negros na força de trabalho da saúde, enquanto na PEA metropolitana o percentual de negros é de 86,9%. Esses resultados podem ser explicados, em função do fato de as principais ocupações na saúde exigem formação mínima de nível médio, e maior capacitação e qualificação, espaços que geralmente estão reservadas aos grupos dos indivíduos não negros.

Tabela 5.4

Distribuição da População Economicamente Ativa e dos trabalhadores da saúde (1), segundo atributos pessoais. Região Metropolitana de Salvador – 2004.

(em %)

Atributos Pessoais	PEA	Trabalhadores da Saúde
Sexo	100,0	100,0
Homens	51,8	28,3
Mulheres	48,2	71,7
Faixa Etária	100,0	100,0
De 10 a 17 Anos	3,8	(3)
De 18 a 24 Anos	23,8	12,8
De 25 a 39 Anos	41,2	48,0
40 anos e mais	31,1	38,6
Posição na Família	100,0	100,0
Chefe	40,3	36,7
Demais	59,7	63,3
Cônjuge	19,0	30,2
Filho	29,9	25,1
Outros	10,8	(3)
Cor	100,0	100,0
Negra	86,9	78,7
Não Negra	13,1	21,3

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

Outra característica importante da força de trabalho vinculada a saúde é a alta escolarização. É bastante expressivo o percentual de trabalhadores com nível superior completo (30,0%). Já para o total da PEA metropolitana esta proporção é de apenas 9,7% (Anexo Estatístico/Tabela 5).

2.2 - Ocupados com trabalho principal no Ramo Serviços de saúde na Região Metropolitana de Salvador

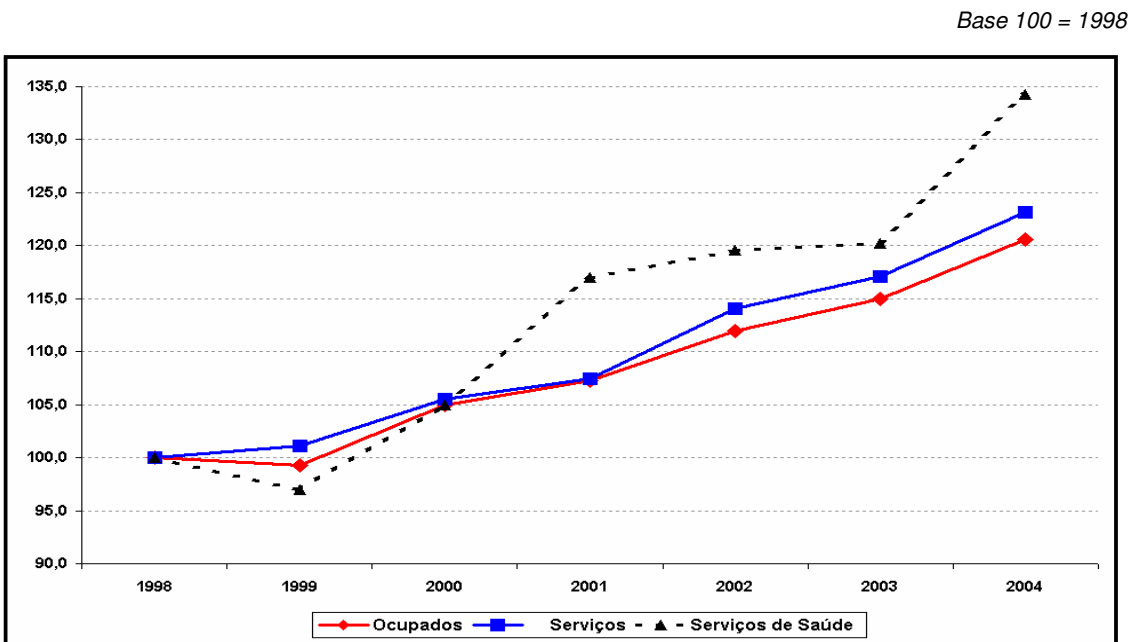
De acordo com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador, em 2004, o Ramo Serviços de saúde detinham aproximadamente 62 mil postos de trabalho. As atividades do Ramo Serviços de saúde eram responsáveis por 4,9% do total de ocupações geradas no mercado de trabalho regional.

Entre 1998 e 2004, o número de trabalhadores ocupados no setor de serviços em saúde passou de 46 mil para os atuais 62 mil, o que representou um crescimento de aproximadamente 35%. Considerando o ritmo de crescimento do conjunto dos postos de trabalho existentes no setor de serviços (23,3%), o incremento da ocupação em saúde confirma a maior dinâmica da ocupação no setor nos últimos 6 anos.

Ainda conforme a evolução é importante observar que, no período de análise, as taxas de crescimento da ocupação para o conjunto da atividade econômica na RMS (20,6% entre 2004 e 1998) foram menores que as taxas verificadas nas atividades de serviços de saúde – Gráfico 5.3, que segue.

Gráfico 5.3

Índice da População Ocupada, dos Ocupados no setor serviços e no ramo serviços de saúde.
Região Metropolitana de Salvador – 1998 a 2004.



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

2.3 – Perfil dos Ocupados em Serviços de Saúde na Região Metropolitana de Salvador

Um traço estrutural das atividades do setor de serviços de saúde estaria relacionado com a preponderância da força de trabalho feminina, especialmente naquelas funções que envolvem o trato e o cuidado com as pessoas. Com efeito, conforme os dados da Tabela 5.4 do Anexo Estatístico, as mulheres representam 71,4% do total de ocupados no setor de serviços de saúde.

A distribuição dos trabalhadores ocupados no setor serviços de saúde segundo o sexo praticamente não alterou no período analisado, permanecendo a participação de homens e mulheres em torno de 29% e 71%, respectivamente.

Conforme a idade, os trabalhadores na saúde concentram-se na faixa etária entre 25 a 39 anos, representando um percentual de 48,4% do total de ocupados no setor, em 2004. A seguir, com 39,5%, está a faixa etária de 40 anos e mais. Nas faixas etárias mais jovens (de 10 a 24 anos) os profissionais alocados no setor somavam apenas 12,1% dos ocupados nos serviços de saúde. Em

termos comparativos, os trabalhadores dos serviços de saúde na RMS apresentam uma faixa etária elevada para os padrões do mercado de trabalho regional. Este fato expressa, provavelmente, a ação de alguns fatores combinados: o grau mais elevado de participação de profissões regulamentadas e a maior participação do setor público no Ramo Serviços de saúde além de, como será visto adiante, participação mais que proporcional dos trabalhadores com altos níveis de escolarização no setor.

Os homens e mulheres apresentam em média distribuições semelhantes segundo a faixa etária. Em 2004, em torno de 39% dos homens e mulheres ocupados no Ramo Serviços de saúde possuíam 40 anos de idade ou mais (Anexo Estatístico/Tabela 5.4).

Em função da maior participação de mulheres na composição da ocupação no setor de serviços de saúde, conforme a posição na ocupação, os cônjuges (geralmente mulheres) representam 31,0% do total de ocupados no Ramo Serviços de saúde. Apesar de que os chefes de família ainda detenham a maioria das ocupações no ramo (37,4%), sua participação relativa, quando comparada às proporções da ocupação total, é pouco representativa (Anexo Estatístico/Tabela 5.5).

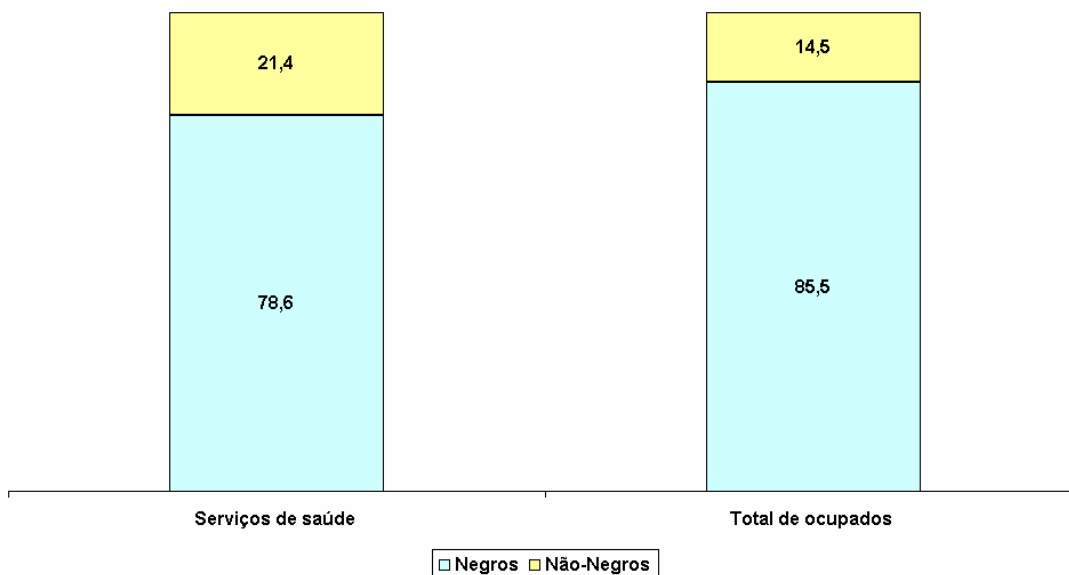
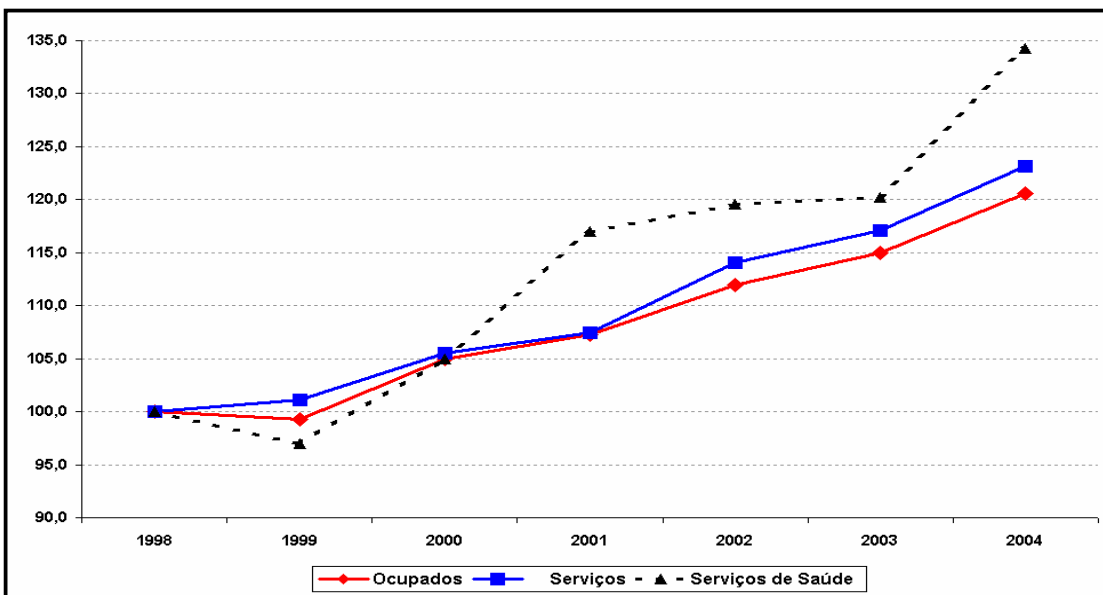
Na análise da distribuição dos trabalhadores no setor de serviços de saúde segundo a cor, verifica-se que na RMS este trabalhador é principalmente de cor negra. Enquanto 78,6% dos trabalhadores no setor são negros, apenas 21,4% são não-negros. A maior participação de negros entre os ocupados no setor se repete para homens (75,2%) e mulheres (79,9%). Tais características, no entanto, se repetem para a desagregação do total de ocupados no mercado de trabalho metropolitano. Em outras palavras, a presença majoritária de negros na população total na RMS determinada a repetição dos mesmos elementos descritivos desta população no total de ocupados e conseqüentemente na sua parcela alocada no setor de serviços de saúde.

O traço mais evidente da inserção no mercado de trabalho metropolitano é a existência de distintos espaços ocupacionais de trabalho para negros e não negros (Gráfico 5.4). Entre os grupos de cor no Ramo de Serviços, as desigualdades existentes na estruturação das ocupações se expressam principalmente na sobre-representação dos não-negros nas atividades que exijam maior escolaridade ou qualificação, representadas por carreiras técnicas de níveis secundário ou superior presentes no ramo. Uma hipótese que pode ser aventada para a menor participação relativa dos negros neste

segmento da atividade econômica é a forte presença de ocupações regulamentadas, determinadas por elevados padrões de escolaridade (Anexo Estatístico/Tabela 5.6).

Gráfico 5.4

Distribuição do total dos ocupados e dos ocupados em serviços de saúde segundo cor. Região Metropolitana de Salvador – 2004.



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

Um exame sob a ótica da escolaridade indica que a maior parcela dos postos de trabalho no Ramo de Serviços em saúde, em 2004, era ocupada por pessoal de nível de instrução mais elevado. De fato, na análise dos trabalhadores ocupados no ramo observa-se que há uma participação maior daqueles com escolaridade mais elevada (Ensinos Médio e Superior: 52,8% e 36,5%, respectivamente), e, ao mesmo tempo, participação relativa menor dos trabalhadores com grau de instrução inicial (Ensino Fundamental: 10,6%). Na comparação com a distribuição do total de ocupados, há uma sobre representação dos indivíduos com maior nível de escolaridade no Ramo de Serviços de saúde: para o total de ocupados os ensinos médio e superior respondiam por, respectivamente, 42,5% e 17,9% dos ocupados.

Cabe destacar ainda que é bastante expressiva a melhoria do perfil de escolaridade da ocupação no ramo entre 1998 e 2004. Verifica-se, uma forte diminuição do peso dos empregos de menor nível de escolaridade, que reduzem sua participação de 17,2% para 10,6%, e um aumento relevante da participação dos empregos com segundo grau completo (de 46,1% para 52,8%). A elevação da escolaridade formal se verifica, no entanto, para o total da população ocupada, movimento representado principalmente pela exclusão dos menos escolarizados do mercado de trabalho, em função do incremento da oferta de mão-de-obra, quando comparada com a evolução desfavorável dos postos de trabalho (crescimento das taxas de desemprego).

Na distribuição percentual dos ocupados no setor segundo os níveis de escolaridade, observa-se que os homens, quando comparados com as mulheres, têm maior nível de instrução. A maior participação masculina entre os níveis mais altos de instrução é verificada a partir da análise da ocupação no ensino superior, onde 42,9% dos homens têm o ensino superior (completo ou incompleto), contra 34,0% das mulheres (Anexo Estatístico/Tabela 5.7).

2.4 – As Ocupações Exercidas no Ramo Serviços de Saúde na Região Metropolitana de Salvador

Atualmente há, no Ramo Serviços de saúde, uma grande quantidade de profissionais que trabalham em atividades não ligadas diretamente aos cuidados dos pacientes, como por exemplo, as atividades administrativas. Os dados para 2004 mostram que as ocupações de direção e planejamento, gerenciamento e apoio constituem-se nas classes de maior importância na geração de ocupações no setor saúde. Conforme a Tabela 5.6, estas ocupações aparecem como principais absorvedoras de

mão-de-obra no setor, em 2004, com 60,4% do total de ocupados. Ocupações típicas dos serviços de saúde, como as de médico, fisioterapeuta, dentista, enfermeiro, dentre outras, respondem por 38,2% do total de ocupados no setor. Em outras palavras, observa-se que no setor saúde há proporcionalmente mais utilização de pessoal em atividades de administração e serviços que em atividades de cuidados de saúde (Anexo Estatístico/Tabela 5.8).

Tabela 5.6

Distribuição dos ocupados com trabalho principal nos serviços de saúde, segundo tipo de ocupação exercida. Região Metropolitana de Salvador – 1998 e 2004.

Atributos Pessoais	(em %)	
	1998	2004
Total	100,0	100,0
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	44,0	38,2
Especialistas em Saúde	14,7	12,3
Dentistas	(4)	(4)
Enfermeiros (1)	21,7	17,6
Outros (2)	(4)	(4)
Demais Ocupações relacionadas a Saúde (3)	(4)	(4)
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	54,9	60,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem as parteiras.

(2) Incluem os nutricionistas, os ortoptistas e óticos, os psicólogos e os protéticos.

(3) Incluem os farmacêuticos e químicos, os técnicos químicos, os biólogos, os farmacologistas e os práticos de farmácia.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Comparativamente ao ano de 1998, observa-se um crescimento da participação das atividades nas áreas administrativas e de serviços no setor saúde, ao lado de uma queda da ocupação de pessoal de saúde (especialmente, enfermeiros). Em 1998, as categorias de ocupações não vinculadas “tecnicamente” ao cuidado da saúde, eram responsáveis por 54,9% (contra 60,4%, em 2004) das ocupações geradas, enquanto que ocupações de saúde ligadas diretamente aos cuidados dos pacientes agregavam 44,0% dos ocupados no setor (em 2004, 38,2%). Em resumo, um dos fatores de destaque da dinâmica da ocupação do setor de saúde na RMS é o dinamismo das admissões das

categorias de pessoal administrativo e de serviços, diferentemente das ocupações típicas dos serviços de saúde.

Tabela 5.7

Rendimento médio real mensal e por hora trabalhada dos ocupados com trabalho principal nos serviços de saúde, segundo tipo de ocupação exercida. Região Metropolitana de Salvador – 2004.

(em Reais de maio de 2005).

Tipo de Ocupação exercida	Rendimento Médio	
	Mensal	Por hora
Total	1.080	6,6
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	1.806	11,4
Especialistas em Saúde	(4)	(4)
Dentistas	(4)	(4)
Enfermeiros (1)	(4)	(4)
Outros (2)	(4)	(4)
Demais Ocupações relacionadas a Saúde (3)	(4)	(4)
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	666	4,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial. Inflator utilizado: IPC-SEI.

(1) Incluem as parteiras.

(2) Incluem os nutricionistas, os ortoptistas e óticos, os psicólogos e os protéticos.

(3) Incluem os farmacêuticos e químicos, os técnicos químicos, os biólogos, os farmacologistas e os praticos de farmácia.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A tabela 5.7 acima apresenta indicadores selecionados dos rendimentos de profissionais ocupados no setor saúde. Conforme se pode observar são marcantes as diferenças de salários entre os trabalhadores do setor. Os melhores salários médios são dos ocupados em atividades ligadas diretamente aos cuidados com o paciente (R\$1.806). Os trabalhadores auxiliares, alocados em atividades administrativas são os que têm menores salários médios (R\$ 666).

Adicionalmente, verifica-se redução nos rendimentos de todas as categorias. A categoria de ocupações típicas dos serviços de saúde foi a que registrou a maior redução dos rendimentos médios

no período 1998-2004 (15,0%), seguida pelos trabalhadores ocupados em atividades administrativas (12,5%).

A tabela 5.7 evidencia também que as ocupações vinculadas “tecnicamente” aos serviços de saúde foram responsáveis pelos melhores rendimentos, remunerando em média R\$ 11,4 a hora de trabalho. Já as atividades de administração e serviços, segundo os dados da PED, se destacaram por praticar os menores rendimentos médios por hora de trabalho: R\$ 4,1.

Os trabalhadores na saúde trabalham em média 38 horas semanais. Na comparação com o total de ocupados (42 horas semanais) no mercado de trabalho regional, verifica-se que os trabalhadores do setor saúde apresentam jornadas de trabalho menores que aquelas verificadas para o conjunto da atividade econômica. Provavelmente, esses resultados refletem uma tendência relacionada ao multiemprego para categorias de profissionais, como médicos, enfermeiros, dentistas, fisioterapeutas, dentre outros, que costumam ter mais de uma ocupação, resultando na multiplicação de postos de trabalho e na redução individual das jornadas de trabalho.

Na investigação do conjunto das principais ocupações dos trabalhadores do Ramo Serviços de saúde, onde se destacam os médicos e enfermeiros, verifica-se que os médicos apresentam jornada de 38 horas semanais, ao passo que, para os enfermeiros (39 horas) há acréscimo de apenas 1 hora na carga horária semanal no trabalho principal (Anexo Estatístico/Tabelas 5.8 a 5.11).

2.5 - Os vínculos de trabalho dos ocupados em serviços de Saúde na Região Metropolitana de Salvador

A composição da ocupação no setor saúde revela uma participação expressiva dos vínculos assalariados, quando comparados à ocupação total, havendo maior participação do setor privado. Na comparação com o total de ocupados, os trabalhadores na saúde estão mais presentes entre os assalariados: em 2004, enquanto 88,3% dos ocupados na saúde são classificados como assalariados, este percentual cai para 59,9% no caso do total de ocupados da Região Metropolitana de Salvador.

Continuando a análise dos empregos de saúde por posição na ocupação, observa-se que o setor privado é responsável por 59,1% dos postos de trabalho no setor, dos quais 81,7% com carteira de

trabalho assinada. O setor público, por sua vez, se destaca como importante empregador, com 29,1% da ocupação do setor saúde. Quando comparada à participação do setor público na ocupação total, o peso relativo do emprego público no setor saúde corresponde a mais que o dobro do que o registrado para a população ocupada total. Grande parte dos trabalhadores da saúde no setor público é formada por estatutários, representando 73,5% do total de funcionários públicos.

Conforme a evolução entre 1998 e 2004, a participação do setor público diminuiu sua importância para os profissionais alocados no setor saúde na RMS. Destacam-se os vínculos do Regime Jurídico Único (estatutário), que representavam 27,7% dos ocupados no setor saúde em 1998, e reduziram sua participação para 21,4% em 2004.

A tabela 5.8, que segue, mostra os rendimentos dos ocupados no Ramo Serviços de saúde no mercado de trabalho regional. Os rendimentos dos ocupados no Ramo Serviços de saúde são superiores aos rendimentos observados para o total da população ocupada. De acordo com os dados da PED, em 2004, o rendimento médio dos trabalhadores da saúde na Região Metropolitana de Salvador era de R\$ 1.080, e correspondia a aproximadamente 1,5 vezes o rendimento da população ocupada total (R\$ 709).

Tabela 5.8
Rendimento médio real mensal e por hora trabalhada dos ocupados com trabalho principal nos serviços de saúde, segundo posição na ocupação. Região Metropolitana de Salvador – 2004.

(em Reais de maio de 2005)

Posição na Ocupação	Rendimento Médio	
	Mensal	Por hora
Total	1.080	6,6
Assalariados (1)	937	5,8
Setor Privado	782	4,7
Setor Público	(4)	(4)
Outros	(4)	(4)
Profissionais Universitários Autônomos (2)	(4)	(4)
Autônomos/Conta-Própria e Demais (3)	(4)	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial. Inflator utilizado: IPC-SEI

(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence a empresa em que trabalham.

(2) Profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições.

(3) Incluem os trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público - exceto os profissionais universitários autônomos -, empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Quando se faz um recorte dos assalariados no Ramo Serviços de saúde entre o setor privado e público, observa-se que os rendimentos mais altos são praticados no setor público. Pode-se dizer que o esse setor tem, em média, equipes profissionais aparentemente mais qualificadas, na medida em que concentra mais profissionais de nível superior e médio do que o setor privado, refletindo diretamente sobre o nível de rendimento.

Segundo a evolução no período analisado, verifica-se uma trajetória de declínio nos rendimentos médios dos ocupados em geral (16,7%) e dos ocupados no segmento da saúde. A análise dos dados evidencia, porém, que, especificamente no caso dos rendimentos médios dos profissionais da saúde, as perdas do poder aquisitivo foram maiores (20,3%).

Quando são investigados os rendimentos ajustados à hora contratada, verifica-se que em 2004 os trabalhadores inseridos nas atividades de serviços de saúde recebem em média R\$ 6,6.

Relativamente aos rendimentos médios por hora, os profissionais dos serviços de saúde obtêm melhor remuneração que o total de ocupados na RMS. Observa-se que os primeiros ganham em média um valor 1,7 vezes maior que o apresentado para o total dos trabalhadores no mercado de trabalho metropolitano (R\$3,9).

Conforme a posição na ocupação, a jornada média mensal dos ocupados no Ramo Serviços de saúde é menor, ou muito próxima, àquela apresentada para o total dos ocupados. Dadas as características da ocupação no setor, as jornadas de trabalho no trabalho principal para os profissionais de saúde, menos extensas que aquelas verificadas para o total de ocupados, em parte, são explicadas pelo acúmulo de postos de trabalho no setor público e privado.

Considerando a distribuição segundo o vínculo empregatício, e analisando apenas os assalariados no setor privado, o número de horas trabalhadas é maior para os trabalhadores com carteira de trabalho assinada (40 horas/semana) que para aqueles sem carteira de trabalho (35 horas/semana). No setor privado são verificadas diferenças relevantes na jornada de trabalho dos assalariados no setor saúde (39 horas/semana) e do total de assalariados (43 horas/semana). As menores diferenças entre o número de horas trabalhadas no trabalho principal por profissionais da saúde e pela população ocupada total são observadas no setor público, cuja jornada de trabalho dos primeiros excede a jornada da população ocupada total em apenas 1 hora/semana (37 e 36 horas/semana, respectivamente) - (Anexo Estatístico /Tabelas 5.12 a 5.15).

2.6 - A estabilidade no posto de trabalho nos serviços de saúde na Região Metropolitana de Salvador

O tempo médio de permanência na ocupação para os profissionais do Ramo Serviços de saúde em 2004 foi de 97 meses (8 anos e 1 mês). De acordo com a posição na ocupação, a maioria das categorias analisadas apresentou tempo médio de permanência no trabalho principal igual ou maior do que a média calculada para a população total. O menor tempo médio de ocupação no setor saúde é verificado para os trabalhadores ocupados sem carteira de trabalho assinada (20 meses = 1 ano e 8 meses). Em ordem crescente para o tempo médio de permanência na ocupação estão os assalariados com carteira de trabalho assinada (72 meses = 6 anos) e os assalariados do setor público (154 meses = 12 anos e 10 meses).

Conforme a evolução, em 1998 esse tempo de permanência na ocupação apresentava-se maior, com uma média de 99 meses (8 anos e 3 meses) para o conjunto das categorias de saúde, conforme a Tabela 5.9 demonstra.

Tabela 5.9
Tempo Médio de Permanência no Trabalho Principal dos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde, segundo Posição na Ocupação. Região Metropolitana de Salvador – 1998/2004.

(Em semanas)

Posição na Ocupação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	99	101	92	93	98	100	97
Assalariados (1)	96	94	86	88	95	98	93
Setor Privado	60	61	59	59	58	59	62
Com Carteira Assinada	64	67	64	66	65	67	72
Sem Carteira Assinada	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	23	20
Setor Público	143	143	141	142	163	166	154
Estatutários	163	167	171	175	193	190	188
Celetistas	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Outros	121	(4)	126	131	123	(4)	133
Profissionais Universitários Autônomos (2)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Autônomos/Conta-Própria e Outros (3)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence a empresa em que trabalham.

(2) Profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições.

(3) Incluem os trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público, exceto os profissionais universitários autônomos, empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

(4) A amostra não permite a desagregação de informações para esta categoria.

2.7 - O exercício de trabalhos adicionais entre os ocupados nos serviços de saúde na Região Metropolitana de Salvador

Segundo estimativas do Dieese, 8,3% dos ocupados na Região Metropolitana de Salvador desempenhava mais de uma função em 2004, contabilizando um contingente de 105 mil pessoas. Geralmente, os trabalhadores mais propensos ao segundo emprego são aqueles que procuram uma fonte de rendimento adicional em decorrência dos baixos ganhos no trabalho principal. No entanto, percebe-se também que a decisão do trabalhador em participar pela segunda vez na força de

trabalho deve-se a natureza da atividade desempenhada, a flexibilidade da jornada de trabalho e, em muitos casos, a possibilidade de exercício autônomo da profissão, como é o caso dos médicos, fisioterapeutas, enfermeiros, dentistas, dentre outros. Nesse contexto, os trabalhadores do Ramo Serviços de saúde estão mais afeitos a acumular mais de um posto de trabalho. Trata-se de 20,6% dos ocupados no ramo, representando um contingente de 13 mil trabalhadores. Os dados são detalhados na Tabela 5.10, que segue.

Tabela 5.10

Estimativas do Total de Ocupados e de Ocupados no Ramo Serviços de Saúde segundo o exercício de trabalhos adicionais. Região Metropolitana de Salvador – 1998/2004

Ocupados com Trabalho Adicional	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total de ocupados com trabalho adicional							
(em 1.000 pessoas)	87	90	101	94	105	102	105
% de Ocupados com Trabalho Adicional (1)	8,3	8,7	9,2	8,4	9,0	8,5	8,3
Ocupados nos Serviços de Saúde com Trabalho Adicional (em 1.000 pessoas)	9	9	11	12	12	11	13
% de Ocupados nos Serviços de Saúde com Trabalho Adicional (2)	19,9	19,5	22,2	21,7	21,5	19,6	20,6

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE.

(5) Total de ocupados com trabalho adicional / total de ocupados.

(6) Total de ocupados nos serviços de saúde com trabalho adicional / total de ocupados nos serviços de saúde

No mercado de trabalho metropolitano, as pessoas com mais de uma ocupação apresentam idade mais elevada e maior nível de escolaridade. Quando considerado o total de ocupados no Ramo Serviços de saúde, verifica-se uma maior participação relativa dos ocupados com trabalho adicional entre os indivíduos na faixa etária de 25 a 39 anos (56,3%), e aqueles com ensino superior completo (63,2%).

Em sentido contrário aparecem os atributos pessoais sexo, cor e posição na família. Em outras palavras, embora os trabalhadores ocupados no setor saúde com trabalho adicional sejam majoritariamente mulheres (65,5%), ocupem em sua maior parte a posição de demais membros da família (53,9%) e sejam em sua maioria negros (66,4%), comparativamente ao verificado para o conjunto de ocupados na saúde há uma sub representação destes indivíduos, de acordo com a Tabela 5.11 seguinte.

Tabela 5.11
Distribuição dos ocupados no ramo serviços de saúde com trabalho adicional, segundo atributos pessoais. Região Metropolitana de Salvador – 2004

Atributos pessoais	%
Sexo	100,0
Homens	(2)
Mulheres	65,5
Faixa etária	100,0
De 10 a 24 anos	(2)
De 25 a 39 Anos	56,3
40 anos e mais	(2)
Posição na família	100,0
Chefe	(2)
Demais	53,9
Nível de Instrução	100,0
Até o ensino superior incompleto (1)	(2)
Ensino Superior Completo	63,2
Cor	100,0
Negra	66,4
Não-Negra	(2)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE.

(1) Inclui analfabetos e alfabetizados sem escolaridade.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Em termos de distribuição da ocupação segundo as características do posto de trabalho, os vínculos estabelecidos pelo assalariamento representavam 84,5% dos profissionais de saúde com mais de uma ocupação. Para o total de trabalhadores do setor a participação entre os assalariados era maior: 88,3%. É importante destacar que entre 1998 e 2004 observa-se crescimento da proporção de assalariados entre os ocupados com trabalho adicional, que passou de 82,9% para 84,5%.

Embora a interpretação dos dados fique prejudicada pela impossibilidade de desagregação dos dados, e, portanto deva ser tomada com cautela, os dados das tabelas 5.21 e 5.22 do Anexo Estatístico corroboram impressões correntes entre analistas da área sobre as características da ocupação dos trabalhadores com mais de um trabalho. Em outras palavras, os trabalhadores com mais de uma ocupação no Ramo Serviços de saúde são mais representativos nas atividades tecnicamente associadas ao trato com a saúde (67,8%), configurada pela menor regularidade no

exercício da função (59,9%), quando comparados com o total de ocupados no ramo. Tais ocupações permitem flexibilidade da jornada, ao mesmo tempo em que se caracterizam pela variedade de vinculação heterogênea (relação estatutária, contratos CLT, contratos por prazos determinados, temporários, avulsos, etc) - (Anexo Estatístico /Tabelas 5.26).

Como ressaltado anteriormente, a jornada média em todos os trabalhos dos trabalhadores ocupados no Ramo Serviços de saúde é de 42 horas semanais. Adicionalmente, entre os ocupados no ramo que possuem trabalho adicional a jornada média total sobe para 55 horas semanais. Os trabalhadores sem trabalho adicional, por sua vez, cumprem jornadas médias de trabalho menos extensas: 39 horas/semana.

Dentre os trabalhadores que dispõem de uma segunda ocupação, o número de horas médias trabalhadas na semana é de 35 horas no trabalho principal e 22 horas no trabalho adicional. Como era esperado, 68,5% deste contingente populacional estavam trabalhando em jornada acima do determinado pela legislação.

Quando considerados apenas os indivíduos sem uma segunda ocupação, as horas semanais de trabalho são mais elevadas, em média, na ocupação principal (39 horas). Este pode ser um fator gerador de empecilho para o acúmulo de funções, embora apenas 29,5% destes trabalhadores trabalhem mais do que a jornada institucional (Anexo Estatístico/Tabelas 5.27).

Como o esperado, o exercício de trabalho adicional tem impacto no valor dos rendimentos médios dos ocupados no Ramo Serviços de saúde. Comparando-se o agrupamento dos trabalhadores nos serviços de saúde com aquele que detém, além da ocupação principal, uma ocupação adicional, observou-se que o rendimento médio na ocupação principal (R\$ 1.080) foi inferior ao rendimento médio de todos os trabalhos (R\$ 1.322).

Tomando-se a remuneração média por hora de trabalho, observa-se que a remuneração média de todos os rendimentos (R\$ 7,4) é superior àquela do trabalho principal (R\$ 6,6). No período compreendido entre 1998 e 2004, observa-se que o rendimento médio de todos os trabalhos apresentou queda inferior (17,2%) à verificada para a média dos rendimentos do trabalho principal (20,2%) - (Anexo Estatístico/Tabelas 5.28 e 5.29).

VI – OS TRABALHADORES DA SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

1 - Breve descrição do contexto de inserção dos trabalhadores da saúde: O mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo entre 1998 e 2004.

1.1 - Estrutura Demográfica e características da Força de Trabalho da Região Metropolitana de São Paulo

Em 2004, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) contava com 18.862 mil residentes, dos quais 15.581 mil, com dez anos e mais de idade, compunham a População em Idade Ativa (PIA). Esta última parcela, relevante aos estudos de mercado de trabalho por constituir o segmento apto, do ponto de vista etário, a se inserir na estrutura produtiva, apresenta algumas características bastante semelhantes a das outras áreas urbanas: É majoritariamente feminina (52,7%), composta por indivíduos com idade igual ou superior aos 25 anos (67,5%) e de pessoas com grande responsabilidade na manutenção dos domicílios em que residem – chefes (35,3%) e cônjuges (23,4%).

Entre os aspectos específicos da PIA na área metropolitana de São Paulo, destaca-se que a população já se encontra consolidada em seu espaço territorial e produtivo, sendo que apenas 3,3% dos residentes dessa região se estabeleceram nela há menos de três anos. Ainda, há uma predominância populacional branca (63,2%) e presença relativamente mais acentuada de indivíduos mais escolarizados (27,3% já concluíram o ensino médio e 9,0%, o ensino superior) – Tabela 6.1, que segue.

Tabela 6.1

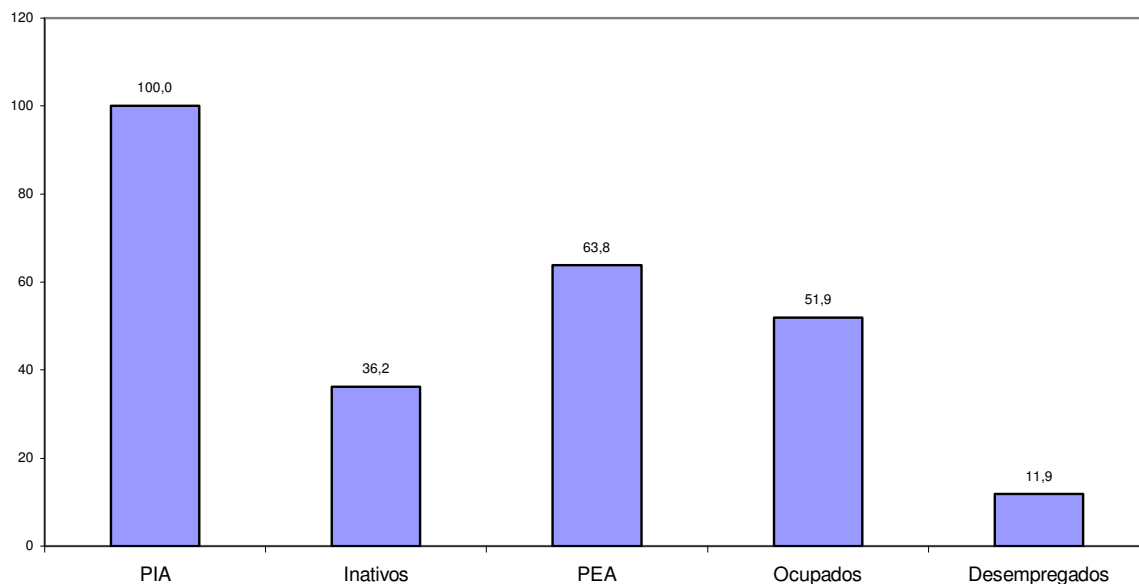
Distribuição da População em Idade Ativa segundo atributos pessoais e escolaridade. Região Metropolitana de São Paulo – 1998 - 2004.

Atributos Pessoais	1998	2004
Total	100,0	100,0
Sexo		
Homens	47,8	47,3
Mulheres	52,2	52,7
Posição no Domicílio		
Chefe	33,6	35,3
Demais	66,4	64,7
Cônjuge	23,4	23,4
Filho	32,9	32,5
Outros	10,1	8,8
Faixa Etária		
10 a 17 Anos	18,4	16,0
18 a 24 Anos	17,1	16,5
25 a 39 Anos	30,6	30,0
40 a 49 Anos	15,0	15,9
50 a 59 Anos	9,1	10,6
60 Anos e Mais	9,8	11,0
Nível de Instrução		
Analfabeto	5,3	4,7
Ensino Fundamental Incompleto	49,6	39,8
Ensino Fundamental Completo + Médio Incompleto	18,6	19,0
Ensino Médio Completo + Superior Incompleto	17,8	27,3
Superior Completo	8,4	9,0
Cor		
Negros	31,9	36,8
Não-Negros	68,1	63,2

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Dentre o conjunto da população com 10 anos e mais de idade da RMSP, em 2004, cerca de 64% se encontravam efetivamente engajados no mercado de trabalho, integrando a População Economicamente Ativa (PEA) estimada em 9.941 mil trabalhadores, quer como ocupados (8.082 mil), quer como desempregados (1.859 mil). A proporção da PIA incorporada na PEA, expressa na *taxa de participação global* da RMSP, situada no patamar de 63,8% em 2004, está ilustrada no gráfico 6.1, que segue, que também traz a distribuição da PIA regional segundo condição de atividade no mercado metropolitano.

Gráfico 6.1

**Distribuição da População em Idade Ativa Segundo Condição de Atividade
Região Metropolitana de São Paulo – 2004**

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

O perfil da População Economicamente Ativa local se distingue do identificado para a População em Idade Ativa por ser determinado pela taxa de participação específica dos diversos agrupamentos populacionais da RMSP. Enquanto alguns segmentos da PIA apresentam taxas bastante superiores às registradas para o conjunto da população, outros se caracterizam por manterem uma inserção relativa no mercado de trabalho muito aquém daquela verificada em termos gerais.

Entre os segmentos da população que apresentam taxas de participação elevadas se encontram os homens, os indivíduos nas faixas etárias entre 18 e 24 anos, entre 25 e 39 anos, 40 anos e mais e aqueles que chefiam os domicílios em que residem. Diversamente, para as mulheres, para os muito jovens, assim como para os filhos são registradas taxas mais amenas (Tabela 6.2, que segue).

Desses diferenciais, que têm como raiz um conjunto de fatores econômicos e culturais, que ora impulsionam, ora obstaculizam a inserção de determinados agrupamentos no mercado de trabalho, decorre conformação da força de trabalho (PEA) da RMSP apresenta características nítidas: ainda é predominantemente formada por homens, que, em 2004, correspondiam a 54,2% do contingente

produtivo, mesmo sendo este segmento minoritário na população com 10 anos e mais; do ponto de vista da composição etária era praticamente composta por trabalhadores com idade igual ou superior aos 18 anos (94,7%); e, apresentando grande incidência de chefes de domicílio (42,3%).

Adicionalmente, há clara correspondência entre a participação no mercado de trabalho e o nível de escolaridade dos residentes da RMSP, o que pode ser visualizada pelo acréscimo de sua presença relativa no mercado de trabalho na medida em que avançam os anos de estudo. De fato, se em cada 100 analfabetos, praticamente 38 estavam trabalhando ou procurando trabalho em 2004, para as pessoas com ensino superior completo, esta proporção era de quase 87 indivíduos. Tal situação, que revela a escolarização como atributo facilitador face ao quadro competitivo do mercado de trabalho, todavia, encontra limitações na trajetória escolar da população em geral. Assim, ainda 29,7% da força de trabalho da RMSP remanescem apenas com o ensino fundamental incompleto; por outro lado, porém, 35,5% já concluíram o ensino médio e 12,3% o ensino superior.

Tabela 6.2

Taxa de participação e distribuição da População Economicamente Ativa segundo atributos pessoais e escolaridade. Região Metropolitana de São Paulo – 2004.

Atributos Pessoais	Taxa de Participação	Distribuição da PEA
Total	63,8	100,0
Sexo		
Homens	73,0	54,2
Mulheres	55,5	45,8
Idade		
10 a 17 anos	21,1	5,3
18 a 24 anos	83,2	21,5
25 a 39 anos	84,5	39,8
40 anos e mais	78,6	33,4
Posição no Domicílio		
Chefe	76,5	42,3
Cônjuge	56,3	20,7
Filhos	57,0	29,0
Outros	57,9	8,0
Escolaridade		
Analfabeto	37,6	2,8
Fundamental Incompleto	47,4	29,7
Fundamental Completo (1)	66,5	19,9
Médio Completo (2)	82,6	35,5
Superior Completo	86,8	12,3

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Fundamental Completo inclui o Ensino Médio Incompleto;
(2) Médio Completo inclui o Ensino Superior Incompleto.

1.2 - O desempenho da ocupação na Região Metropolitana de São Paulo entre 1998 e 2004.

Em 2004, o número de ocupados na RMSP equivalia a 8.082 mil pessoas. Dentro da estrutura ocupacional da região, o setor de Serviços englobou mais da metade dos ocupados, 4.292 mil pessoas ou 53,1% do total. O segundo maior setor é a Indústria, empregando 1.544 mil pessoas, ou 19,1% dos ocupados, seguido do Comércio, 1.309 mil pessoas ou 16,2%.

Os Serviços Domésticos absorveram, em 2004, 702 mil pessoas, em sua maioria, mulheres, e responderam por 8,7% da ocupação na região. Na Construção Civil, o contingente empregado foi de 185 mil, que correspondeu a 2,3% do total.

Tabela 6.3

Estimativas da PIA, PEA, dos ocupados e distribuição dos ocupados, segundo setor de atividade econômica .Região Metropolitana de São Paulo 1998-2004

Setor de Atividade Econômica	Estimativas dos ocupados (em 1 mil pessoas)		Variação Relativa 2004/1998 (em %)	Peso do setor no total de ocupados 2004 (em %)
	1998	2004		
População em Idade Ativa	14.142	15.581	10,1	
População Economicamente Ativa	8.711	9.941	14,1	
Ocupados	7.126	8.082	13,4	100,0
Indústria	1.411	1.544	9,4	19,1
Comércio	1.190	1.309	10,0	16,2
Serviços	3.691	4.292	16,3	53,1
Construção civil	189	185	-2,1	2,3
Serviços Domésticos	600	702	17,0	8,7
Demais	45	50	11,1	0,7

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Segundo os ramos do setor Serviços, destaca-se o de Serviços Especializados, de maior participação, que abrigou, em 2004, 6,3% dos ocupados na região. O ramo de Alimentação teve o segundo maior peso (5,2%), seguido pelo ramo de Transportes e Armazenagem (4,6%).

Na Indústria, o segmento da Metal-Mecânica era a maior, e representava 7,0% dos ocupados, enquanto que a de Têxtil e de Vestuário, o segundo ramo mais importante, absorvia 2,7% dos ocupados e a de Química, Farmacêutica e Plásticos, 2,1%.

No Comércio, foi o ramo Varejista o maior empregador em 2004 (12,7%) na região. Dentro deste ramo, destaca-se o agregado Outros (4,3%), que engloba comercialização de remédios, de produtos de saúde, entre outros; seguido do Comércio de Vias Públicas (2,5%) e o de Comércio de Alimentos, Bebidas e Fumos (2,2%) (Tabela 6.4, que segue).

Tabela 6.4
Distribuição dos ocupados, segundo setor e ramo de atividade econômica.
Região Metropolitana de São Paulo – 2004

<i>(em %)</i>					
Setor e ramo	Peso	Setor e ramo	Peso	Setor e Ramo	Peso
Indústria	19,1	Comércio	16,2	Serviços	53,1
				Transportes e	
Metal-Mecânica	7,0	Autos e Combustíveis	1,5	Armazenagem	4,6
Química, Farmacêutica e					
Plásticos	2,1	Venda Veículos	1,1	Utilidade Pública	0,7
Têxtil	0,5	Varejista Combustível	0,3	Especializados	6,3
Vestuário, Calçados e				Adm Pública, Forças	
Artefatos de Tecido	2,7	Atacadista	2,0	Armadas e Polícia	3,0
Alimentação	1,2	<i>Varejista</i>	12,7	Creditícios e Financeiros	2,5
Mobiliário e Produtos de					
Madeira	0,7	Lojas	1,7	Pessoais	2,1
		Alimentos, Bebidas e			
Artefatos de Borracha	0,3	Fumo	2,2	Alimentação	5,2
Papel, Papelão e Cortiça	0,4	Tecidos/Vestuário	1,7	Educação	3,8
Gráficas e Editoras	1,5	Outros Varejistas	4,3	Saúde	4,2
Vidros, Cristais, Espelhos e					
Cerâmicas	0,2	Catálogo	0,4	Comunicações	0,9
				Diversões, Radiodifusão e	
Materiais de Construção	0,3	Vias Públicas	2,5	Teledifusão	1,0
Artesanato	0,5	Outros Comércio	(1)	Comunitários	1,9
				Comércio, Adm de Valores	
Outras indústrias	1,8			Imobiliários e Imóveis	0,9
				Auxiliares	4,0
				Oficinas de Reparação	
				Mecânica	2,1
				Reformas e Reparação de	
				Edificações	2,5
				Outros Serviços de	
				Reparação e Limpeza	4,7
				Outros Serviços	2,8

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Entre 1998 e 2004, o nível ocupacional ampliou 13,4%, um ritmo acima do verificado para a PIA (10,2%), mas inferior às necessidades de trabalho da população, uma vez que o crescimento da PEA foi de 14,1% (Tabela 6.3).

Entre os setores da atividade econômica, a evolução ocupacional foi mais positiva ocorreu nos Serviços Domésticos (17,0%), nos Serviços (16,3%) e no Comércio (10,0%). A Construção Civil foi o único setor a decrescer (2,1%) entre 1998 e 2004 (Tabela 6.3).

Tabela 6.5

**Distribuição e estimativas dos ocupados, segundo posição na ocupação.
Região Metropolitana de São Paulo - 1998-2004**

(em %)

Posição na Ocupação	Percentual		Estimativas (em 1.000 pessoas)		Variação Relativa 2004/1998 (em %)
	1998	2004	1998	2004	
Assalariados (1)	62,2	62,5	4.432	5.051	14,0
Do Setor Privado	53,5	54,0	3.812	4.372	14,7
Com Carteira Assinada	41,5	40,2	2.957	3.249	9,9
Sem Carteira Assinada	12,0	13,9	855	1.123	31,3
Do Setor Público	8,6	8,5	613	687	12,1
Autônomo	20,6	21,5	1.468	1.738	18,4
Trabalha para o Público	12,9	12,8	919	1.034	12,5
Trabalha para Empresa	7,7	8,8	549	711	29,5
Empregadores	5,5	4,5	392	364	-7,1
Empregados Domésticos	8,4	8,7	599	703	17,4
Demais	3,3	2,7	235	226	-3,8

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclusive os assalariados que não declararam o segmento que trabalham

Em 2004, 62,5% dos ocupados, estimados em 5.051 mil pessoas, eram assalariados. Mais da metade dos ocupados (54,0%) estavam empregados no setor privado, e 40,2% dos ocupados eram assalariados com carteira assinada (Tabela 6.5).

A segunda maior forma de inserção na ocupação foi o trabalho autônomo (21,5%). O trabalho autônomo para o público, isoladamente, respondeu por 12,8% da força de trabalho ocupada. O emprego doméstico (8,7%) possuía um peso inferior, porém, não inexpressivo.

Entre 1998 e 2004, os segmentos que tiveram aumentos mais expressivos foram os assalariados sem carteira (31,3%) e os autônomos (18,4%). As maiores reduções ocorreram entre os empregadores (7,1%) e nas “demais formas de inserção” (3,8%).

Em relação aos autônomos, o crescimento deu-se principalmente entre os trabalhadores por conta própria que trabalham para empresas (29,5%), uma vez que houve um acréscimo um pouco menor entre aqueles que trabalham para o público (12,5%).

1.3 - O comportamento do desemprego na Região Metropolitana de São Paulo entre 1998 e 2004.

Em 2004, a taxa anual média de desemprego total na RMSP foi de 18,7% da PEA e o número de desempregados, estimado em 1.859 mil pessoas. Segundo as componentes dessa taxa total, verificou-se que a de desemprego aberto foi de 11,6%, o equivalente a 1.153 mil pessoas e a de desemprego oculto, 7,1%, somando um contingente de 706 mil pessoas. A taxa de desemprego oculto pode ser desagregada por desemprego oculto pelo trabalho precário, que foi de 5,1%, correspondendo a 517 mil pessoas, e por oculto pelo desalento, que foi, em 2004, de 1,9%, totalizando 189 mil pessoas.

Tabela 6.6

Estimativas de desempregados e taxa de desemprego total e por tipo Região metropolitana de São Paulo- 1998-2004

Taxas de Desemprego	Taxa		Variação relativa 1998/2004	Estimativas (em 1 mil pessoas)	
	1998	2004		1998	2004
Total	18,2	18,7	2,7	1.585	1.859
Aberto	11,7	11,6	-0,9	1.019	1.153
Oculto	6,5	7,1	9,2	566	706
Trabalho Precário	4,6	5,1	10,9	400	517
Desalento	1,9	1,9	0,0	166	189

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

A taxa de desemprego expressa a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e, quando se analisa por atributos pessoais, percebe-se que algumas pessoas acabam tendo mais dificuldade de conseguir uma colocação (Tabela 6.7, que segue).

Por sexo, as mulheres têm, tradicionalmente, mais dificuldades de inserção, apesar de seu engajamento crescente. Enquanto a taxa de participação feminina vem crescendo nos últimos anos,

a taxa de desemprego revela-se sistematicamente maior. Em 2004, o desemprego feminino foi de 21,5% contra 16,3% dos homens.

Por faixa etária, maior foi o desemprego das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, que atingiu 52,1%, seguido dos jovens de 18 a 24 anos (29,2%). Para as pessoas de 25 a 39 anos, idade mais produtiva, a taxa verificada foi de 14,6%, maior que para aquelas de 40 a 49 anos (12,2%) e de 50 a 59 anos (11,4%). Para os indivíduos com 60 anos e mais, a taxa foi de 7,6%.

Em 2004, segundo a posição no domicílio, a menor taxa de desemprego foi observada entre os chefes de domicílios (10,3%). Para os cônjuges, a taxa foi de 18,4%, e a maior dificuldade de inserção deu-se entre os filhos, que tinham uma taxa de desemprego expressivamente maior que os dois segmentos anteriores (29,6%).

O desemprego tende a diminuir conforme se eleva o grau de escolaridade. Para as pessoas que concluíram o ensino superior, a taxa de desemprego, em 2004, foi de 6,8% e para as que terminaram o ensino médio ou não chegaram ao final do ensino superior foi de 17,9%. Pessoas com o ensino fundamental completo ou o médio incompleto encontraram mais dificuldade de encontrar uma colocação, uma vez que a taxa registrada atingiu 26,6% da PEA e, para os que não concluíram o fundamental, a taxa foi de 19,3%. Entre os analfabetos, verificou-se taxa de desemprego de 17,6%. Segundo a cor, a taxa de desemprego para os negros foi maior do que a de não negros (22,5% e 16,4%, respectivamente).

Tabela 6.7

**Taxa de desemprego total segundo atributos pessoais
Região metropolitana de São Paulo- 1998-2004**

Atributos Pessoais	<i>(em %)</i>		
	1998	2004	Varição Relativa (2004/1998)
TOTAL	18,2	18,7	2,7
Sexo			
Homens	16,1	16,3	1,2
Mulheres	21,1	21,5	1,9
Posição no Domicílio			
Chefe	10,8	10,3	-4,6
Demais	23,8	24,8	4,2
Cônjuge	17,7	18,4	4,0
Filho	28,7	29,6	3,1
Outros	21,4	24,2	13,1
Faixa Etária			
10 a 17 Anos	47,2	52,1	10,4
18 a 24 Anos	25,7	29,2	13,6
25 a 39 Anos	14,6	14,6	0,0
40 a 49 Anos	11,5	12,2	6,1
50 a 59 Anos	10,4	11,4	9,6
60 Anos e Mais	8,2	7,6	-7,3
Nível de Escolaridade			
Analfabeto	18,1	17,6	-2,8
Ensino Fundamental Incompleto	21,0	19,3	-8,1
Ensino Fundamental Completo + Médio Incompleto	23,9	26,6	11,3
Ensino Médio Completo + Superior Incompleto	15,0	17,9	19,3
Superior Completo	5,2	6,8	30,8
Etnia			
Negros	22,7	22,5	-0,9
Não-Negros	16,1	16,4	1,9

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Entre 1998 e 2004, a taxa de desemprego total cresceu 2,7%, como reflexo do comportamento diferenciado entre suas componentes. A taxa de desemprego aberto ficou 0,9% menor nesse período, contudo, o desemprego oculto aumentou 9,2%. Esse aumento deveu-se a elevação da taxa de desemprego pelo trabalho precário de 10,9%, uma vez que a de desemprego oculto ficou estável, indicando que a realização de trabalhos esporádicos foi uma das alternativas de sobrevivência mais

freqüentes entre os paulistanos desempregados (Tabela 6.6).

Segundo atributos pessoais, entre 1998 e 2004, a taxa de desemprego total aumentou para a grande maioria dos segmentos analisados, destacando-se o acréscimo para as mulheres (1,9%) e homens (1,2%). Por posição no domicílio, cresceu para cônjuges e filhos (4,0% e 3,1%, respectivamente). Por faixa etária, destaca-se o aumento de 13,6% para jovens de 18 a 24 anos e de 9,6% para os indivíduos com idade de 50 a 59 anos. Segundo o grau de escolaridade, a taxa de desemprego cresceu mais para aqueles com o ensino superior completo (30,8%), indicando que as ocupações geradas foram de baixa escolaridade, e para aqueles que concluíram o ensino médio ou não terminaram o superior (19,3%). Para os não negros, o desemprego se ampliou em 1,9%. No mesmo período, a taxa de desemprego diminuiu apenas para os chefes de família (4,6%), para as pessoas de 60 anos e mais (7,3%), para os analfabetos e pessoas que não terminaram o ensino fundamental (2,8% e 8,1%, respectivamente) e para os negros (0,9%) (Tabela 6.7).

1.4 – Os rendimentos do trabalho na Região Metropolitana de São Paulo entre 1998 e 2004

Em 2004, em termos monetários, o rendimento médio dos ocupados na Região Metropolitana de São Paulo equivalia a R\$ 1.015, ao passo em que os ganhos dos assalariados correspondiam a R\$ 1.076. Entre o período de 1998 a 2004 identificou-se importante retração de 29,6% na renda média dos ocupados e de 26,0% na dos assalariados (Tabela 6.8, que segue)

Entre os assalariados com carteira de trabalho assinada, o valor médio do rendimento foi de R\$ 1.116, em 2004, cerca de 2 vezes maior do que o dos assalariados sem carteira, R\$ 682. No período de 1998 a 2004, porém, independentemente dessas diferenças de patamar, o declínio dos salários médios foi semelhante para os dois grupos, sendo de 25,3%, para os primeiros, e de 24,7% para os sem carteira.

As maiores perdas aconteceram para aqueles cuja remuneração é flexível e dependem da sua própria produção: os autônomos, que em 2004 tinham uma remuneração média de R\$ 713, perderam 37,8% do valor dos seus rendimentos médios entre 1998 e 2004. Para aqueles que trabalham para empresa, a redução foi de 40,8% e para os que trabalham para o público, 35,9%. Em 2004, as médias salariais destes trabalhadores foram de R\$ 810 e R\$ 647, respectivamente.

Em que pese ter se verificado importante recuperação do salário mínimo nos últimos seis anos, o rendimento médio real dos trabalhadores domésticos sofreu expressiva retração entre 1998 e 2004 (-30,1%), passando a corresponder, no último ano, a R\$ 367.

Tabela 6.8
Rendimento Médio Real dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação.
Região Metropolitana de São Paulo
1998-2004

(em Reais de novembro de 2004)

Posição na Ocupação	Rendimento Médio Anual		Variação Relativa 2004/1998 (em %)
Total	1.442	1.015	-29,6
Assalariados (1)	1.455	1.076	-26,0
Setor Privado	1.365	1.007	-26,2
Com Carteira Assinada	1.493	1.116	-25,3
Sem Carteira Assinada	906	682	-24,7
Setor Público	1.993	1.518	-23,8
Autônomos	1.146	713	-37,8
que trabalha para o público	1.009	647	-35,9
que trabalha para empresa	1.368	810	-40,8
Empregadores	3.870	2.830	-26,9
Empregados Domésticos	525	367	-30,1

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclusive os assalariados que não declararam o segmento em que trabalham.

Obs.: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

Inflator utilizado: ICV-DIEESE.

Por setor de atividade econômica, verificou-se que o setor de Serviços, que engloba ocupações diferenciadas, pagou mais em 2004: R\$ 1.152. A Indústria e a Construção Civil vieram em seguida, com rendimentos médios de, respectivamente, R\$ 1.137 e R\$ 1.044. No Comércio detectou-se o menor rendimento médio (R\$ 807), perdendo apenas para os Serviços Domésticos, que percebeu, em média, R\$ 367 (Tabela 6.9, que segue).

Pelos principais setores de atividade econômica analisados, o comportamento do rendimento médio entre 1998 e 2004 foi o seguinte:

- **Indústria:** redução de 29,7%. Todos os ramos mostraram diminuição, sendo as mais expressivas: no de Alimentação (39,0%), Outras Indústrias (34,6%) e Vestuário e Têxtil (33,2%);
- **Serviços:** decréscimo de 28,8%. Entre seus ramos, as variações negativas mais expressivas foram observadas nos Serviços Auxiliares (41,5%), Reformas (38,5%), Alimentação (36,6%), Outros Serviços (31,4%);
- **Comércio:** redução de 31,8%;
- **Construção Civil:** diminuição de 28,2%.

Tabela 6.9

**Rendimento Médio Real dos Ocupados, segundo setor de atividade econômica
Região Metropolitana de São Paulo
1998-2004**

(em Reais de novembro de 2004)

Setor de Atividade	Rendimento Médio Anual		Variação Relativa 2004/ 1998 (em %)
Total	1.442	1.015	-29,6
Indústria	1.617	1.137	-29,7
Comércio	1.183	807	-31,8
Serviços	1.617	1.152	-28,8
Construção Civil	1.455	1.044	-28,2
Serviços Domésticos	525	367	-30,1

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclusive os assalariados que não declararam o segmento em que trabalham.

Obs.: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

Inflator utilizado: ICV-DIEESE

2 - Os trabalhadores da saúde na região metropolitana de São Paulo

2.1 - A força de trabalho nos serviços de saúde na RMSP

Em 2004, dentre os 9.941 mil trabalhadores que compunham a força de trabalho ou População Economicamente Ativa (PEA) da RMSP, 414 mil eram trabalhadores da área da saúde, ou seja, 4,2% do total da PEA metropolitana. Entre 1998 e 2004, foi verificado acréscimo de 20,0% no número de trabalhadores da saúde, variação superior à observada, no mesmo período, para o conjunto da PEA desta região metropolitana (14,1%) – Tabela 6.10 e Anexo Estatístico/Tabela 6.1. Em 2004, a maior parcela dos trabalhadores da saúde (82,1%) estava ocupada diretamente no ramo serviços da saúde, enquanto 7,1% se vinculavam à empresas de outros ramos de atividade econômica, provavelmente para atender especificamente seus empregados. Os demais trabalhadores vinculados ao segmento de saúde (10,8%), permaneciam desempregados¹ (Anexo Estatístico/Tabela 6.2).

No período 1998-2004 se observou crescimento diferenciado desses três componentes: o maior percentual de crescimento verificou-se no estoque de desempregados (41,7%), seguido pelos trabalhadores da saúde ocupados em outros ramos de atividade (23,5%). Já para o conjunto dos ocupados no ramo de atividade serviços de saúde este percentual foi de 17,4%. Esta evolução está associada a duas dimensões diferentes a serem explicitadas.

De um lado, esta trajetória revela aumento de contratações de profissionais da saúde por empresas que não atuam nesta área, sugerindo se tratem de trabalhadores dedicados ao público interno desses empreendimentos, principalmente composto de empregados. Este aspecto merece ser considerado numa política pública de atendimento de saúde, pois aponta claramente a existência de recursos alternativos aos governamentais na rede de atendimento.

Neste sentido, cabe ressaltar a importância da atenção médica nos ambulatórios das empresas, que não só podem prestar os primeiros socorros em caso de acidentes de trabalho e outras ocorrências de emergência, como fundamentalmente atuar no atendimento preventivo de doenças. O ainda

¹ Refere-se ao estoque de desempregados cujo último trabalho foi no Ramo de Atividade Serviços de Saúde e que não conseguiram reempregar-se neste ramo de atividade ou em outros ramos da economia (da Indústria, do Comércio ou outros ramos do Setor Serviços).

restrito percentual de profissionais trabalhando neste tipo de atendimento, por sua via, é um indicativo das suas potencialidades de crescimento.

De outro lado, cabe considerar que o elevado crescimento do estoque de desempregados com experiência anterior na área de saúde, embora esteja associado ao aumento generalizado do desemprego no mercado de trabalho, demonstra, em parte, que a falta de dinamismo na geração de postos de trabalho na RMSP também se estende aos serviços de saúde.

Tabela 6.10

**Estimativa do número de trabalhadores da saúde, segundo formas de inserção.
Região Metropolitana de São Paulo – 1998/2004**

(em 1.000 pessoas)

População	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
População Economicamente Ativa (PEA)	8.711	8.985	9.214	9.399	9.619	9.770	9.941
Total de Trabalhadores na Saúde	345	355	360	372	358	384	414
Ocupados com Trabalho Principal no Ramo Serviços de Saúde	289	292	299	312	297	316	340
Ocupados em Ocupações Típicas da Saúde em Outros Ramos de Atividade	24	25	26	28	28	27	30
Desempregados com Experiência Anterior no Ramo Serviços de Saúde	32	38	35	32	34	41	45

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.

2.2 - O perfil da força de trabalho da saúde na RMSP

O processamento dos dados da PED da RMSP permite traçar um perfil básico do conjunto da força de trabalho da Saúde. No entanto, tal como era propósito deste projeto, não foi possível detalhar as características específicas de cada um de seus três componentes em decorrência do pequeno número de casos observados na amostra.

No que diz respeito à distribuição por sexo, como era de se esperar, esses trabalhadores são em sua grande maioria mulheres, atingindo o patamar de 72,3% em 2004, que, em números absolutos, equivalia a 299 mil trabalhadoras. Esse percentual difere sobremaneira do verificado para a PEA

regional, na qual a proporção de mulheres correspondia a 45,8% (tabela 6.11, que segue, e Anexo Estatístico 6.3).

Tabela 6.11

Distribuição da População Economicamente Ativa e dos trabalhadores da saúde, segundo sexo - Região Metropolitana de São Paulo – 2004.

Sexo	PEA da RMSP		Trabalhadores da Saúde	
	Estimativa	%	Estimativa	%
Total	9.941	100,0	414	100,0
Homens	5.388	54,2	115	27,7
Mulheres	4.553	45,8	299	72,3

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

Nota: Estimativas em 1.000 pessoas.

Ao mesmo tempo, é possível verificar que, em 2004, 34,9% dos trabalhadores da saúde eram chefes de famílias e 33,3%, cônjuges, o que significa que a maioria dos trabalhadores da saúde tem responsabilidades familiares. Uma parcela de 27,0% desses trabalhadores eram filhos que residiam com seus pais e uma proporção bastante menor (4,8%) são trabalhadores que residem com parentes ou são agregados sem relação de parentesco com os membros do seu domicílio. Comparativamente ao conjunto da PEA regional, cabe observar que os cônjuges, tal como as mulheres, estão sobre representados na força de trabalho da saúde.

Tabela 6.12

Distribuição da População Economicamente Ativa e dos trabalhadores da saúde, segundo posição na família - Região Metropolitana de São Paulo – 2004.

<i>Posição na família</i>	PEA da RMSP		Trabalhadores da Saúde	
	Estimativa	%	Estimativa	%
Total	9.941	100,0	414	100,0
Chefe	4.295	43,2	144	34,9
Demais	5.646	56,8	270	65,1
Cônjuge	2.107	21,2	138	33,3
Filho	2.833	28,5	112	27,0
Outros	706	7,1	20	4,8

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

Nota: Estimativas em 1.000 pessoas.

A distribuição etária dos trabalhadores da saúde, por outro lado, apresenta-se bastante semelhante ao padrão identificado na PEA regional, no qual a maioria dos indivíduos tem 25 anos ou mais de idade. No entanto, esta proporção é maior entre os trabalhadores da saúde que a observada para o conjunto da PEA no ano de 2004 (respectivamente, 83,3% e 73,2%). A faixa etária que concentra o maior percentual de trabalhadores da saúde corresponde aos indivíduos de 25 a 39 anos (44,9%), proporção superior em 12,8% ao verificado no conjunto da PEA regional. Cabe observar que a parcela das pessoas 40 anos ou mais entre os trabalhadores da saúde (38,4%), é 14,9% maior que a correspondente parcela na PEA total.

Tabela 6.13

Distribuição da População Economicamente Ativa e dos trabalhadores da saúde, segundo idade - Região Metropolitana de São Paulo – 2004.

Faixa Etária	PEA da RMSP		Trabalhadores da Saúde	
	Estimativa	%	Estimativa	%
Total (1)	9.941	100,0	414	100,0
De 18 a 24 Anos	2.137	21,5	65	15,6
De 25 a 39 Anos	3.957	39,8	186	44,9
40 Anos e Mais	3.320	33,4	159	38,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

Nota: Estimativas em 1.000 pessoas

(1) Inclui as pessoas de 10 a 17 anos.

A elevada escolarização é uma característica importante do setor. Afirmativa que se torna evidente ao se constatar que, em 2004, 34,2% dos trabalhadores da saúde apresentavam nível superior completo, enquanto para o total da PEA metropolitana esta proporção era de 12,3%. No outro extremo, uma parcela minoritária dos trabalhadores da saúde (16,8%) tem apenas o ensino fundamental (completo ou incompleto) enquanto para a PEA total este percentual eleva-se para 44,2%. Esses números não surpreendem, principalmente pelo fato das principais ocupações na saúde demandarem formação mínima de nível médio e exigirem comprovação efetiva para exercício da função (Tabela 6.14, que segue).

Tabela 6.14

Distribuição da População Economicamente Ativa e dos trabalhadores da saúde, segundo escolaridade - Região Metropolitana de São Paulo – 2004.

Escolaridade	PEA da RMSP		Trabalhadores da Saúde	
	Estimativa	%	Estimativa	%
Total	9.941	100,0	414	100,0
Ensino Fundamental	4.394	44,2	70	16,8
Incompleto (1)	3.221	32,4	36	8,6
Completo	1.173	11,8	34	8,2
Ensino Médio	3.758	37,8	173	41,9
Incompleto	795	8,0	18	4,4
Completo	2.962	29,8	155	37,5
Ensino Superior	1.789	18,0	171	41,3
Incompleto	567	5,7	29	7,1
Completo	1.223	12,3	142	34,2

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Inclui analfabetos e alfabetizados sem escolaridade.

Estimativas em 1.000 pessoas.

A participação de negros na força de trabalho da Saúde é baixa em comparação com a distribuição da PEA regional (tabela 6.15). Enquanto na PEA metropolitana o percentual de negros é de 37,3%, na parcela dos trabalhadores da saúde esta proporção cai para 26,6%.

Tabela 6.15

Distribuição da População Economicamente Ativa e dos trabalhadores da saúde, segundo cor - Região Metropolitana de São Paulo – 2004.

Cor	PEA RMSP		Trabalhadores da Saúde	
	Estimativa	%	Estimativa	%
Total	9.941	100,0	414	100,0
Negros	3.708	37,3	110	26,6
Não Negros	6.233	62,7	304	73,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

Nota: Estimativas em 1.000 pessoas.

2.3 - Ocupados com trabalho principal nos serviços de saúde na Região Metropolitana de São Paulo

Uma vez conhecida a magnitude, evolução e características da força de trabalho com experiência na área de Saúde na Região Metropolitana de São Paulo, esta seção se concentra na apresentação de indicadores específicos ao segmento dos ocupados com trabalho principal nos Serviços de Saúde, com o propósito de melhor conhecer suas características pessoais e aspectos relacionados ao seu trabalho, tais como a ocupação exercida, forma de contratação e jornada de trabalho ².

Como assinalado na seção anterior, este segmento não só constitui o principal componente da força de trabalho da saúde (82,1% em 2004), como também se refere ao contingente que trabalha na prestação de serviços de saúde à população em geral, através de atendimento em estabelecimentos de saúde ou na prestação direta de seus serviços à população.

2.4 - O perfil dos ocupados em Serviços de Saúde na Região Metropolitana de São Paulo

As características pessoais dos ocupados com trabalho principal no ramo Serviços de Saúde reproduz o perfil verificado para o conjunto da força de trabalho com experiência nesta área: para o ano de 2004, a grande maioria são mulheres (71,1%), pessoas com 25 anos ou mais (84,7%), com uma elevada proporção (39,3%) com 40 anos e mais. Parcela maioritária tem responsabilidades familiares por serem chefes de família ou cônjuges (respectivamente 36,6% e 33,1%). Apresentam um nível de escolaridade alta, com uma parcela de 35,6% com nível universitário completo. Destaca-se como minoritária a proporção de negros (26,5%), parcela igual à verificada para o conjunto da força de trabalho da Saúde – Tabela 6.16, que segue, e Anexo Estatístico/Tabelas 6.4 a 6.7.

² Tal como mencionado anteriormente, era propósito deste Projeto também gerar indicadores específicos para os desempregados com experiência de trabalho no Ramo de Serviços da Saúde, assim como para os ocupados que exercem ocupações típicas de Saúde em outros ramos de atividade econômica. No entanto, pela ocorrência relativamente baixa destes segmentos na amostra, não foi possível gerar esses indicadores.

Tabela 6.16

Distribuição dos Ocupados com Trabalho Principal no Ramo Serviços de Saúde, segundo atributos pessoais. Região Metropolitana de São Paulo – 2004

Atributos pessoais	Em 1000 pessoas	%
Sexo	340	100,0
Homens	98	28,9
Mulheres	242	71,1
Faixa etária	340	100,0
De 10 a 24 Anos	52	15,3
De 25 a 39 Anos	154	45,4
40 Anos e Mais	134	39,3
Posição na família	340	100,0
Chefe	124	36,6
Demais	216	63,4
Cônjuge	113	3,1
Filho	89	26,1
Outros	(2)	(2)
Nível de Instrução	340	100,0
Ensino Fundamental	54	15,8
Incompleto (1)	28	8,1
Completo	26	7,7
Ensino Médio	140	41,2
Incompleto	(2)	(2)
Completo	126	37,0
Ensino Superior	146	42,9
Incompleto	25	7,3
Completo	121	35,6
Cor	340	100,0
Negros	90	26,5
Não-Negros	250	73,5

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Inclui analfabetos e alfabetizados sem escolaridade.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Cabe ressaltar que, por constituir um ramo que exige um grau de formação e especialização relativamente alto, os ocupados nos serviços de saúde apresentaram acelerado crescimento de seus níveis de escolarização entre 1998 e 2004 (Tabela 6.17, que segue).

Tabela 6.17

Distribuição dos Ocupados com Trabalho Principal no Ramo Serviços de Saúde, segundo Escolaridade .Região Metropolitana de São Paulo – 1998/2004

(em %)

Nível de Instrução	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ensino Fundamental	27,0	24,3	23,7	22,6	23,3	18,5	15,8
Incompleto (1)	14,2	13,1	13,0	13,6	12,6	9,6	8,1
Completo	12,8	11,2	10,7	9,0	10,7	8,9	7,7
Ensino Médio	33,4	32,6	34,9	40,4	41,3	42,2	41,2
Incompleto	7,5	7,3	6,0	6,3	(2)	(2)	(2)
Completo	25,9	25,3	28,9	34,1	37,0	38,1	37,0
Ensino Superior	39,6	43,1	41,4	37,0	35,5	39,2	42,9
Incompleto	5,9	6,6	6,0	5,9	5,7	7,2	7,3
Completo	33,7	36,5	35,4	31,1	29,8	32,0	35,6

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(3) Inclui analfabetos e alfabetizados sem escolaridade.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Ao longo dos últimos sete anos é perceptível um aumento gradual da escolaridade dos ocupados nos serviços de saúde, com destaque para a diminuição dos que detinham somente o ensino fundamental (completo ou incompleto), cuja proporção caiu de 27,0% em 1998 para 15,8% em 2004.. Esse decréscimo é confirmado pelo aumento da proporção daqueles que alcançaram o ensino médio ao passar de 33,4% em 1998 para 41,2% em 2004. Simultaneamente, é verificado aumento, ainda que com uma intensidade menor, daqueles com nível de escolaridade superior, cuja proporção no total de ocupados passou de 39,6% em 1998 para 42,9% em 2004.

Em consequência desta evolução favorável, em 2004, tal como mencionado, a maior parcela dos ocupados nos serviços de saúde (42,9%), tinha concluído alguma série do ensino superior, sendo que 35,6% já haviam completado a graduação universitária.

Uma parcela de 41,2% do total de ocupados alcançou o ensino médio, compreendendo um segmento de 37,0% com este nível de instrução concluído. Desta forma, a grande maioria dos ocupados (79,9%) neste ramo de atividade tem mais de 11 anos de estudos (completaram o ensino médio ou já concluíram alguma série do nível superior).

Por outro lado, a proporção de ocupados com apenas o ensino fundamental é bem menor (15,8%), parcela que se reduz para 8,1% quando se considera exclusivamente aqueles que não concluíram este nível básico de instrução.

A tabela 6.18, que segue, mostra que os homens ocupados nos serviços de saúde apresentam um nível de escolaridade superior ao observado entre as mulheres. Em 2004, a parcela com nível superior é de 48,6%, enquanto para as mulheres este percentual cai para 40,5%, verificando-se uma diferença de pouco mais de 8 pontos percentuais a favor dos homens. Por sua vez, a proporção de mulheres com ensino médio completo é de 39,7%, enquanto que entre os homens é de 30,5%, com uma diferença de mais de 9 pontos percentuais.

Cabe salientar, no entanto, que no período analisado o nível de instrução das mulheres ocupadas melhorou mais que o verificado para os homens. A proporção de mulheres com nível superior completo passou de 28,4% em 1998, para 33,2% em 2004, significando uma elevação de 16,9%. Já entre os homens, verificou-se neste mesmo período um decréscimo de 9,9% na proporção daqueles com este mesmo nível de instrução (passou de 46,1% em 1998 para 41,5% em 2004). Simultaneamente, verificou-se entre os homens um maior crescimento daqueles com ensino médio, elevando-se em 75,3% a proporção com ensino médio completo, enquanto entre as mulheres este incremento foi de 34,6%.

Tabela 6.18

**Distribuição dos Ocupados com Trabalho Principal no Ramo Serviços de Saúde,
segundo Nível de Instrução
Região Metropolitana de São Paulo – 1998/2004**

(em %)

Sexo e Nível de Instrução	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ensino Fundamental	23,3	21,1	22,1	21,8	24,0	19,4	(2)
(Completo e Incompleto)							
Ensino Médio	24,7	26,4	27,1	30,7	33,1	35,2	34,1
Incompleto	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Completo	17,4	20,0	22,3	24,4	28,0	30,4	30,5
Ensino Superior	52,0	52,5	50,8	47,5	42,9	45,5	48,6
Incompleto	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Completo	46,1	48,2	45,8	42,0	38,9	39,7	41,5
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ensino Fundamental	28,5	25,6	24,3	23,0	23,1	18,1	15,3
Incompleto (1)	13,6	12,7	12,3	13,0	12,0	9,6	7,5
Completo	14,9	12,9	12,0	10,0	11,1	8,5	7,8
Ensino Médio	37,1	35,1	38,1	44,1	44,1	45,0	44,1
Incompleto	7,6	7,6	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Completo	29,5	27,5	31,6	37,8	40,0	41,1	39,7
Ensino Superior	34,4	39,3	37,6	33,0	32,8	36,9	40,5
Incompleto	(2)	7,5	(2)	(2)	(2)	7,8	7,3
Completo	28,4	31,8	31,0	26,9	26,7	29,1	33,2

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(3) Inclui analfabetos e alfabetizados sem escolaridade.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

2.5 - As ocupações exercidas nos serviços de Saúde na Região Metropolitana de São Paulo

Ao identificar os tipos de ocupação exercidas pelos trabalhadores em serviços da saúde, verificou-se que, em 2004, 48,4% exerciam ocupações típicas dos Serviços de Saúde, enquanto 50,3% estavam alocados em ocupações administrativas, que compreendem direção, gerenciamento ou apoio (Tabela 6.19, que segue, e Anexo Estatístico/Tabela 6.8)

O agregado ocupações típicas dos Serviços de Saúde compreende além da parcela de 14,3% de Especialistas em Saúde (sendo 10,5% de médicos), outra de odontólogos (6,4%), e uma parcela maior (22,5%) correspondente aos profissionais de enfermagem.

É importante destacar que as ocupações ligadas à área de enfermagem compreendem profissões de nível superior (os enfermeiros), de nível médio (técnicos e auxiliares de enfermagem) além de ocupações de nível fundamental (atendentes de enfermagem e outros agentes da saúde).

Se agregados aos especialistas de saúde as demais ocupações típicas que exigem nível superior, é fácil explicar o elevado percentual de ocupados com nível superior completo, uma vez que todas essas ocupações exigem graduação universitária e seu correspondentes registro na entidade profissional.

Tabela 6.19

**Distribuição dos Ocupados com Trabalho Principal nos Serviços de Saúde, segundo Tipo de Ocupação Exercida
Região Metropolitana de São Paulo – 1998/2004**

(em %)

Tipo de Ocupação Exercida	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	48,4	49,6	47,1	48,6	43,1	47,8	48,4
Especialistas em Saúde	13,9	14,7	14,4	12,0	10,7	11,6	14,3
Médicos	11,9	12,5	11,7	9,4	8,5	8,2	10,5
Acadêmicos de Hospital, Fisioterapeutas e Massagistas e Outros Especialistas em Medicina	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Dentistas	6,9	8,0	7,2	5,8	5,6	6,5	6,4
Enfermeiros (1)	22,6	22,4	21,0	24,9	21,0	25,2	22,5
Outros (2)	5,0	(4)	(4)	5,9	5,8	(4)	5,1
Demais Ocupações relacionadas à Saúde (3)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	50,7	49,2	51,9	50,4	55,9	50,8	50,3

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem os enfermeiros diplomados e não diplomados e as parteiras.

(2) Incluem os nutricionistas, os ortoptistas e óticos, os psicólogos e os protéticos.

(3) Incluem os farmacêuticos e químicos, os técnicos químicos, os biólogos, os farmacologistas e os práticos de farmácia.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

2.6 - Os vínculos de trabalho dos ocupados em serviços de Saúde Na Região Metropolitana de São Paulo

A distribuição dos ocupados por posição na ocupação permite verificar que, em 2004, a grande maioria (82,7%) dos ocupados na saúde são assalariados, compreendendo cerca de 281 mil trabalhadores (Tabela 6.20, que segue e Anexo Estatístico/Tabela 6.12).

O setor privado empregava 48,8% dos ocupados, enquanto o setor público era responsável por 33,8%. Em números absolutos, o setor privado empregava em torno de 166 mil trabalhadores contra cerca de 115 mil do setor público.

Ainda observando essa desagregação, vale destacar a grande quantidade de ocupados no setor público regidos pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) - 57 mil celetistas -, contingente quase igual ao estimado para estatutários (58 mil).

Vale ressaltar também a participação dos trabalhadores autônomos no ramo, já que representavam, em 2004, 17,3% do total de ocupados, com uma parcela de 10,3% constituída por Profissionais Universitários Autônomos (35 mil).

Tabela 6.20

Distribuição dos Ocupados com Trabalho Principal no Ramo Serviços de Saúde, segundo Posição na Ocupação. Região Metropolitana de São Paulo – 1998/2004

(em %)

Posição na Ocupação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados (1)	81,4	80,6	81,6	83,1	83,0	83,9	82,7
Setor Privado	51,5	52,3	51,7	51,9	51,7	50,2	48,8
Com Carteira Assinada	42,0	41,1	40,5	40,4	39,5	39,4	37,1
Sem Carteira Assinada	9,5	11,2	11,1	11,5	12,1	10,8	11,8
Setor Público	29,9	28,3	29,9	31,0	31,3	33,7	33,8
Estatutários	14,2	14,6	15,9	16,8	15,6	17,6	17,0
Celetistas	15,7	13,6	14,0	14,2	15,7	16,1	16,8
Outros	18,6	19,4	18,4	16,9	17,0	16,1	17,3
Profissionais Universitários Autônomos (2)	11,5	12,6	11,5	10,4	10,1	10,2	10,3
Autônomos/Conta-Própria e Demais (3)	7,1	6,8	6,8	6,5	6,9	5,9	7,0

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(5) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence a empresa em que trabalham.

(6) Profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições.

(7) Incluem os trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público - exceto os profissionais universitários autônomos - empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

Observando a evolução dos assalariados ao longo dos 7 anos considerados, é possível verificar que os empregados no setor público cresceram mais que os do setor privado. Estes últimos cresceram em média 1,83% ao ano enquanto no setor público este crescimento foi de 4,87%. Este crescimento diferenciado fez com que aumentasse ao final do período (2004) a representação dos empregados no setor público comparativamente à proporção dos empregados no setor privado. Desta forma o percentual de empregados no setor público passa de 29,9% em 1998 para 33,8% em 2004, enquanto para os empregados no setor privado sua respectiva proporção cai, ao passar de 51,5 % em 1998 para 48,8% em 2004.

Com relação a tipo de vínculo contratual verifica-se o incremento da contratação sem carteira assinada no setor privado, elevando sua participação, entre 1998 e 2004, de 9,5% no total de ocupados para 11,8%. Comportamento inverso é verificado para a contratação com carteira assinada no setor privado, que perde representação no período, caindo sua proporção no total de ocupações

geradas nesse ramo de atividade. Em 1998 representava 42,0% dos ocupados do ramo da Saúde, e em 2004 cai para 37,1%.

2.7 - A estabilidade no posto de trabalho nos serviços de saúde na Região Metropolitana de São Paulo

A rotatividade é um aspecto importante de ser analisado quando se traça o perfil das ocupações. No caso do ramo da saúde, em média o trabalhador permaneceu 91 meses em seu trabalho principal em 2004, tempo este 10 meses superiores ao verificado em 1998 (Tabela 6.21, que segue, e Anexo Estatístico/Tabela 6.16).

É possível verificar que os autônomos mantiveram uma estabilidade maior que os assalariados, permanecendo em média 124 meses em sua ocupação contra 84 meses dos assalariados, em 2004. Entre os autônomos, é importante destacar que essa maior permanência se deu principalmente para os profissionais universitários, com a média de 148 meses, uma vez que os demais autônomos mantiveram, em média, 89 meses de permanência no trabalho principal, tempo este muito próximo ao dos assalariados.

Comparando-se esses tempos aos de 1998, é possível constatar que o tempo de permanência dos autônomos variou muito pouco, principalmente dos profissionais universitários, ao passo que a permanência média no trabalho entre os assalariados aumentou em 13 meses.

Analisando-se mais detidamente o tempo médio de permanência no trabalho principal dos assalariados no ramo saúde, verifica-se que os assalariados no setor público mantiveram, em 2004, um tempo de permanência bem maior que os do setor privado, 119 meses contra 59 meses, respectivamente.

No período analisado, o aumento do tempo médio de permanência no setor público foi maior do que o ocorrido no setor privado. Entre 1998 e 2004, enquanto no setor público o tempo médio de permanência aumento de 103 para 119 meses, no setor privado este passou de 52 para 59 meses.

Vale observar que no setor privado os assalariados com carteira assinada permanecem no trabalho por muito mais tempo que os sem carteira assinada. Em 2004, para os primeiros, o tempo médio de permanência no emprego foi de 70 meses, enquanto para os últimos foi de 23 meses.

Já no setor público, os estatutários permaneceram mais tempo no trabalho que os regidos pela CLT. Em 2004 foram registrados 148 meses entre os estatutários contra 90 meses entre os celetistas.

Aqui cabe a observação que no caso dos assalariados do setor público estatutários esse maior tempo médio de permanência está diretamente associado à estabilidade garantida pelas regras da administração pública.

Tabela 6.21

Tempo Médio de Permanência no Trabalho Principal dos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde, segundo Posição na Ocupação. Região Metropolitana de São Paulo – 1998 e 2004

(em meses)

Posição na Ocupação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	81	82	84	85	79	88	91
Assalariados (1)	71	70	74	77	71	80	84
Setor Privado	52	53	52	53	50	59	59
Com Carteira Assinada	57	58	58	59	57	67	70
Sem Carteira Assinada	28	37	32	32	26	29	23
Setor Público	103	103	112	117	105	111	119
Estatutários	133	120	134	144	137	144	148
Celetistas	77	84	87	85	74	76	90
Outros	128	130	129	123	118	129	124
Profissionais Universitários Autônomos (2)	144	151	148	143	127	144	148
Autônomos/Conta-Própria e Outros (3)	103	92	96	91	104	104	89

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence a empresa em que trabalham.

(2) Profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições.

(3) Incluem os trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público, exceto os profissionais universitários autônomos, empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

2.8 - O exercício de trabalhos adicionais entre os ocupados nos serviços de saúde na Região Metropolitana de São Paulo

Uma característica importante dos ocupados no ramo saúde está na grande quantidade de trabalhadores que mantém dois ou mais trabalhos e isso se deve a própria natureza das profissões, bem como sua situação especial no que tange a regulamentação da jornada de trabalho. Além disso, cabe ressaltar que as profissões ligadas à saúde, junto com as do magistério, são as únicas com direito ao acúmulo de cargos no setor público.

Os dados analisados mostram que, em 2004, enquanto no total de ocupados da RMSP o percentual de trabalhadores com trabalho adicional era de 6,8%, na saúde este percentual eleva-se para 17,3% (Tabela 6.22, que segue, e Anexo Estatístico/Tabela 6.21).

Tabela 6.22

Estimativas do Total de Ocupados da RMSP e de Ocupados no Ramo Serviços de Saúde segundo Trabalho Adicional. Região Metropolitana de São Paulo – 1998 e 2004

Ocupados com Trabalho Adicional	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Ocupados na RMSP com trabalho adicional (em 1.000 pessoas)	413	435	471	519	499	485	550
% de Ocupados na RMSP com Trabalho Adicional (1)	5,8	6,0	6,2	6,7	6,4	6,2	6,8
Ocupados nos Serviços de Saúde com Trabalho Adicional (em 1.000 pessoas)	51	51	54	52	48	55	59
% de Ocupados nos Serviços de Saúde com Trabalho Adicional (2)	17,8	17,4	18,0	16,8	16,2	17,5	17,3

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(7) Total de ocupados com trabalho adicional / total de ocupados.

(8) Total de ocupados nos serviços de saúde com trabalho adicional / total de ocupados nos serviços de saúde

Considerando os atributos pessoais, os indicadores da tabela 6.20 mostram que estes trabalhadores com trabalho adicional são majoritariamente chefes de família (57,1%); têm nível superior completo (61,0%) e são, principalmente, trabalhadores de 40 anos e mais (49,9%). Ganham representação os homens (42,6%) comparativamente ao verificado para o conjunto de ocupados na saúde, embora continua maioritária a participação das mulheres (Anexo Estatístico/Tabela 6.22).

Tabela 6.23

**Distribuição dos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde com Trabalho Adicional, segundo Atributos Pessoais
Região Metropolitana de São Paulo – 2004**

Atributos pessoais	%
Sexo	100,0
Homens	42,6
Mulheres	57,4
Faixa etária	100,0
De 10 a 24 anos	(2)
De 25 a 39 Anos	41,3
40 anos e mais	49,9
Posição na família	100,0
Chefe	57,1
Demais	42,9
Nível de Instrução	100,0
Sem Ensino Superior Completo (1)	39,0
Ensino Superior Completo	61,0
Cor	100,0
Negra	(2)
Não-Negra	80,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Inclui analfabetos e alfabetizados sem escolaridade.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A tabela 6.24, que segue, mostra que, em 2004, 72,1% dos ocupados com trabalho adicional exerciam ocupações típicas dos serviços de saúde, sendo que 33,5% eram médicos.

Tabela 6.24

**Distribuição dos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde com Trabalho Adicional, segundo Tipo de Ocupação Exercida no Trabalho Principal
Região Metropolitana de São Paulo – 1998/2004**

(em %)

Tipo de Ocupação Exercida	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	75,2	76,5	73,3	74,6	69,3	70,4	72,1
Especialistas em Saúde	38,0	38,5	39,8	36,3	(2)	33,6	38,1
Médicos	35,1	35,9	36,3	31,7	(2)	(2)	33,5
Demais Ocupações relacionadas à Saúde (1)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem os farmacêuticos e químicos, os técnicos químicos, os biólogos, os farmacologistas e os práticos de farmácia.

(9) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Estes ocupados com trabalho adicional em 2004 eram na sua grande maioria (80,4%) assalariados, sendo 49,5% no setor público e 30,9% no setor privado. Vale ressaltar que entre 1998 e 2004 verificou-se um crescimento expressivo na parcela que trabalha no setor público, que passou de 39,0% para 49,5%, enquanto no setor privado observou-se queda na sua respectiva proporção (de 37,5% para 30,9%) – Tabela 6.25, que segue, e Anexo Estatístico 6.23.

Tabela 6.25

**Distribuição dos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde com Trabalho Adicional, segundo Posição na Ocupação do Trabalho Principal
Região Metropolitana de São Paulo – 1998/2004**

(em %)

Posição na Ocupação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados (1)	76,6	78,7	77,7	78,2	76,6	83,7	80,4
Setor Privado	37,5	41,9	38,7	38,8	40,6	36,4	30,9
Setor Público	39,0	36,8	39,0	39,3	36,0	47,3	49,5
Outros (2)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence a empresa em que trabalham.

(2) Incluem os profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições, os trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público, empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

2.9 - A jornada de trabalho e os rendimentos dos ocupados em serviços de saúde na Região Metropolitana de São Paulo

Para a análise deste item foram processados indicadores sobre a jornada dos trabalhadores da área da saúde considerando-se não só a jornada do trabalho principal como também especificando a jornada daqueles com trabalho adicional e dos que possuem exclusivamente um único trabalho (tabela 6.26).

A tabela 6.26, que segue, apresenta a jornada média do trabalho principal para o conjunto dos trabalhadores na saúde. Em 2004, é possível verificar que, em média, os ocupados na saúde trabalharam 39 horas por semana em seu trabalho principal. Cabe destaque para o fato dos trabalhadores assalariados manterem uma jornada semanal média superior em 2 horas à do conjunto de trabalhadores autônomos (aqui agregando-se os profissionais autônomos universitários e os demais autônomos).

Vale ressaltar que no setor privado a jornada média semanal (40 horas) é superior em 2 horas à do setor público.

Detalhando-se o setor público, observa-se que os trabalhadores estatutários têm uma jornada menor que a dos trabalhadores regidos pela CLT, sendo que para os primeiros sua jornada média é de 37 horas semanais e para os últimos eleva-se para 39 horas semanais.

Tabela 6.26

Horas Médias Semanais Trabalhadas no Trabalho Principal pelos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde, segundo Posição na Ocupação no Trabalho Principal Região Metropolitana de São Paulo – 2004

Posição na Ocupação	Horas Médias Semanais
Total	39
Assalariados (1)	39
Setor Privado	40
Com Carteira Assinada	41
Sem Carteira Assinada	39
Setor Público	38
Estatutários	37
Celetistas	39
Outros	37
Profissionais Universitários Autônomos (2)	36
Autônomos/Conta-Própria e Demais (3)	38

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

- (5) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence a empresa em que trabalham.
 (6) Profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições.
 (7) Incluem os trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público - exceto os profissionais universitários autônomos, empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

Ainda é possível verificar que a jornada média no trabalho principal dos trabalhadores ocupados em ocupações típicas é de 38 horas semanais, enquanto os trabalhadores em ocupações de direção, planejamento e apoio trabalham em média 40 horas semanais.

Tabela 6.27

**Horas Médias Semanais Trabalhadas no Trabalho Principal pelos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde, segundo Tipo de Ocupação Exercida no Trabalho Principal
Região Metropolitana de São Paulo – 1998/2004**

Tipo de Ocupação Exercida	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	39	39	39	39	40	39	39
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	40	39	39	38	40	38	38
Especialistas em Saúde	41	38	39	39	44	37	38
Médicos	42	39	40	41	44	39	39
Dentistas	39	39	39	39	(1)	40	39
Enfermeiros	41	39	40	39	39	39	40
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	38	39	39	40	40	40	40

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A distribuição dos ocupados na saúde segundo classes de horas semanais trabalhadas no trabalho principal (tabela 6.28, que segue) mostra que a maioria (49,3%) trabalhou entre 30 e 40 horas semanais no ano de 2004. Além disso, é interessante destacar que uma parcela de 30,2% dos ocupados no ramo da saúde trabalhou acima de 44 horas no seu trabalho principal.

Tabela 6.28

**Distribuição dos Ocupados com Trabalho Principal no Ramo Serviços de Saúde, segundo Classes de Horas Semanais Trabalhadas no Trabalho Principal
Região Metropolitana de São Paulo – 1998/2004**

(em %)

Classes de Horas	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 30 horas	16,2	15,6	16,0	15,2	14,2	14,2	15,5
De 30 a 40 horas	47,4	48,3	49,5	50,9	48,7	50,6	49,3
De 41 a 44 horas	5,5	5,9	5,2	5,4	(1)	(1)	(1)
Mais de 44 horas	30,9	30,2	29,3	28,6	31,8	29,9	30,2

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

O principal impacto sobre as condições de trabalho para quem mantém mais de um trabalho está na extensão de sua jornada de trabalho total. Isso foi fácil de se constatar para os trabalhadores da

saúde, quando se observa que a jornada média era de 40 horas semanais para os trabalhadores que não tem trabalho adicional, enquanto para os trabalhadores com mais de um trabalho esta jornada média eleva-se para 56 horas semanais. Lido de outra forma é possível afirmar que, em média, aqueles que têm trabalho adicional trabalham o equivalente a dois dias a mais na semana, do que o conjunto daqueles que têm exclusivamente o trabalho principal. A tabela abaixo mostra que 67,8% daqueles com trabalho adicional trabalham 44 horas ou mais por semana, ao passo que este percentual para os que não tem outro trabalho cai para 31,3%.

Tabela 6.29

**Horas Semanais Trabalhadas pelos Ocupados no Ramo Serviços de Saúde com e sem Trabalho Adicional
Região Metropolitana de São Paulo – 1998/2004**

Exercício de Trabalho Adicional	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total de ocupados (1)							
Jornada Média em Todos os Trabalhos	43	43	43	42	43	43	43
Trabalho Principal	39	39	39	39	40	39	39
Trabalho Adicional	23	23	22	22	22	22	22
% que Trabalha mais de 44 Horas	39,6	38,8	37,8	36,2	38,3	39,0	37,7
Com Trabalho Adicional							
Jornada Média em Todos os Trabalhos	58	58	56	55	56	56	56
No Trabalho Principal	36	36	36	37	37	36	36
No Trabalho Adicional	23	23	22	22	22	22	22
% que Trabalha mais de 44 Horas	73,0	73,6	70,6	69,2	68,2	71,4	67,8
Sem Trabalho Adicional							
Jornada Média no Trabalho Principal	40	40	40	39	40	40	40
% que Trabalha mais de 44 Horas	32,3	31,4	30,5	29,5	32,5	32,0	31,3

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Inclui o total de ocupados com trabalho principal no ramo de saúde que possuem ou não trabalho adicional.

Pode-se observar também que, considerando-se a jornada exercida pelos trabalhadores da saúde somando-se as jornadas no trabalho principal e adicional, a jornada média destes trabalhadores eleva-se para 43 horas por semana, 4 horas além da média encontrada para o trabalho principal. Por outro lado, o percentual daqueles que trabalham mais de 44 horas semanais é de 37,7%.

Por último, é importante destacar que, o exercício de trabalho adicional significa, para os trabalhadores que o exercem, uma sobrecarga extraordinária de trabalho expressa não somente pela

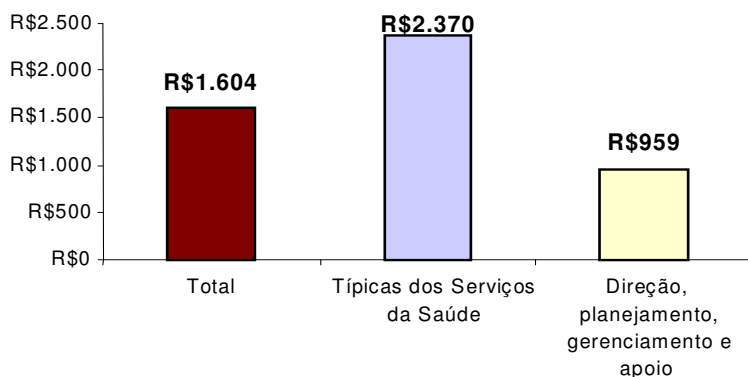
elevação já comentada da sua jornada média de trabalho como especialmente pelo elevado percentual daqueles que trabalham acima de 44 horas semanais (67,8% em 2004), embora tenha sido observada uma redução desta proporção no decorrer do período analisado.

Na Região Metropolitana de São Paulo, em 2004, o rendimento médio dos ocupados na saúde no exercício do trabalho principal era de R\$ 1.604. Esse valor era superior à média do total dos rendimentos dos ocupados na região em 52,8%, estimado em R\$ 1.050. O grau de escolaridade, profissionalização e experiência exigidas para desempenho do serviço da saúde contribui para esta diferenciação.

Entre aqueles que trabalham em ocupações consideradas como típicas do ramo serviços de saúde, tais como médicos, dentistas, enfermeiros e outros especialistas em saúde, o rendimento médio é de R\$ 2.370. Em contrapartida, para os que exercem funções em áreas administrativas, tais como, direção e planejamento, gerenciamento ou apoio, o rendimento médio é de R\$ 959, valor substancialmente inferior à média apurada para o conjunto dos ocupados da saúde (R\$ 1.604) e representa cerca de 40% do rendimento médio obtido pelos ocupados nos cargos típicos da saúde – Gráfico 6.2, que segue.

Gráfico 6.2

Rendimento Médio Mensal (1) no Trabalho Principal dos Ocupados no Ramo Serviços da Saúde, segundo Tipo de Ocupação Exercida. Região Metropolitana de São Paulo – 2004



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Em reais de maio de 2005.

A análise do período de 1998 a 2004 demonstra uma expressiva retração nos rendimentos médios do trabalho principal dos ocupados na saúde, com declínio de cerca de 17% do poder de compra. O rendimento médio real destes trabalhadores passou de R\$ 1.939 para R\$ 1.604, entre 1998 e 2004. O rendimento médio das ocupações típicas de saúde apresentou redução de 16,5% ao passar de R\$ 2.838 para R\$ 2.370. Para as ocupações de direção e planejamento, gerenciamento e apoio, a redução foi ligeiramente superior (18,9%), caindo de R\$ 1.182 para R\$ 959, no mesmo período.

Tabela 6.30

Rendimento Médio do Trabalho Principal dos Ocupados no Ramo dos Serviços de Saúde, segundo Tipo de Ocupação Exercida. Região Metropolitana de São Paulo – 1998 – 2004

(em Reais de maio de 2005)

Tipo de Ocupação Exercida	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Varição
								2004/1998 (em %)
Total	1.939	1.961	1.914	1.705	1.500	1.377	1.604	-17,3
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	2.838	2.808	2.875	2.525	2.397	1.995	2.370	-16,5
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	1.182	1.188	1.119	990	872	862	959	-18,9

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial.

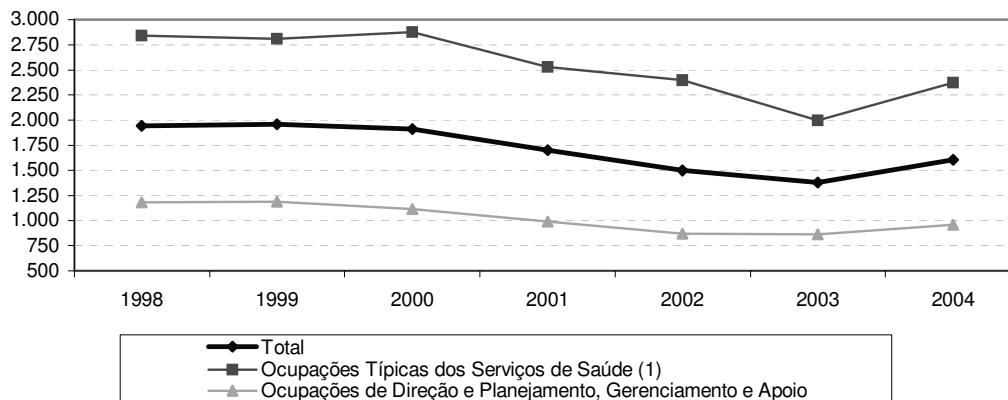
Inflator utilizado: ICV-DIEESE.

Elaboração: DIEESE.

A observação dos rendimentos médios ao longo deste período permitiu identificar pelo menos três movimentos distintos na variação do rendimento real dos trabalhadores da saúde: o período 1998-2000, marcado por relativa estabilidade; o período 2000-2003, marcado por uma queda acentuada e, finalmente, o período 2003-2004, marcado por uma sensível recuperação do poder de compra dos rendimentos médios, retornando, praticamente, o patamar de 2002 (Gráfico 6.3, que segue).

Gráfico 6.3

**Evolução do Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal dos ocupados
no Ramo Serviços de Saúde
Região Metropolitana de São Paulo – 1998 - 2004**



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial. Inflator utilizado: ICV-DIEESE.

laboração: DIEESE.

Considerando-se o subconjunto de assalariados no ramo da saúde, o rendimento médio que era de R\$ 1.486, em 1998, decresceu 15,9%, e passou para R\$ 1.250, em 2004. Essa retração foi resultado basicamente da grande redução dos rendimentos médios no setor privado. No período de 1998 a 2004, o rendimento médio dos assalariados no setor privado apresentou forte declínio, com queda de 24,5% do seu poder de compra, ao passar de R\$ 1.506 para R\$ 1.137. Para o setor público a retração foi menor, 2,8% (passou de R\$ 1.452 para R\$ 1.411), no mesmo período (Tabela 6.31, que segue).

Tabela 6.31

Rendimento Médio do Trabalho Principal dos Assalariados no Ramo dos Serviços de Saúde, por Setor Institucional. Região Metropolitana de São Paulo – 1998 - 2004

(em Reais de maio de 2005)

Setor Institucional	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Varição
								2004/1998 (em %)
Total de Assalariados (1)	1.486	1.448	1.424	1.270	1.161	1.174	1.250	-15,9
Setor Privado	1.506	1.436	1.401	1.176	1.037	1.054	1.137	-24,5
Setor Público	1.452	1.472	1.466	1.428	1.359	1.347	1.411	-2,8

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial.

Inflator utilizado: ICV-DIEESE.

Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor – privado ou público – pertence a empresa em que trabalham.

Como resultado do comportamento da evolução diferenciada dos rendimentos reais médios dos assalariados nos setores privado e público, verificou-se uma melhora do rendimento do setor público em relação ao rendimento do setor privado. Em 1998, o rendimento médio dos assalariados nos setor público era cerca de 4% inferior ao rendimento médio do setor privado. Já em 2004, esta relação se inverte e passa a ser positiva: o rendimento médio real do setor público torna-se superior em aproximadamente 24% ao recebido pelos assalariados do setor privado.

O exercício de trabalho adicional tem impacto no valor dos rendimentos médios dos ocupados do ramo de saúde tal como pode ser verificado na tabela 6.32, que segue.

Tabela 6.32

**Rendimento Médio dos Ocupados no Ramo dos Serviços de Saúde
Região Metropolitana de São Paulo – 1998 - 2004**

(em Reais de maio de 2005)

Rendimentos	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Varição
								2004/1998 (em %)
Rendimento Médio em Todos os Trabalhos	2.288	2.246	2.212	1.946	1.687	1.628	1.829	-20,1
Rendimento Médio no Trabalho Principal	1.939	1.961	1.914	1.705	1.500	1.377	1.604	-17,3

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial.

Inflator utilizado: ICV-DIEESE.

Elaboração: DIEESE.

Em 2004, o rendimento médio considerando todos os trabalhos exercidos pelos trabalhadores da saúde eleva-se para R\$ 1.829, superior em 14,0% ao rendimento médio proporcionado exclusivamente pelo trabalho principal.

Tal como no trabalho principal, o rendimento médio em todos os trabalhos reduziu-se em 20,1% no período de 1998 a 2004, redução maior do que a verificada para o rendimento médio do trabalho principal (17,3%).

O rendimento médio por hora, ao anular o efeito das variações da jornada de trabalho sobre os valores recebidos, permite obter uma melhor precisão do valor do rendimento.

A análise da evolução do rendimento médio por hora, confirmou a mesma tendência de queda observada na análise dos rendimentos médios mensais.

Tabela 6.33

**Rendimento Médio por Hora do Trabalho Principal dos Ocupados no Ramo dos Serviços de Saúde,
segundo Tipo de Ocupação Exercida
Região Metropolitana de São Paulo – 1998 - 2004**

(em Reais de maio de 2005)

Tipo de Ocupação Exercida	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Varição
								2004/1998 (em %)
Total	11,6	11,7	11,5	10,2	8,8	8,2	9,6	-17,3
Ocupações Típicas dos Serviços de Saúde	16,6	16,8	17,2	15,5	14,0	12,3	14,6	-12,1
Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio	7,3	7,1	6,7	5,8	5,1	5,0	5,6	-22,9

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial.

Inflator utilizado: IGV-DIEESE.

Elaboração: DIEESE.

O rendimento médio por hora no trabalho principal dos ocupados na saúde sofreu uma redução de 17,3%, percentual similar ao verificado para o rendimento médio mensal, e caiu de R\$ 11,6 para R\$ 9,6. Entre aqueles que desempenhavam ocupações típicas de saúde o declínio foi de 12,1%, passando de R\$ 16,6 para R\$ 14,6. Para as ocupações de ordem administrativas a redução do rendimento médio por hora foi maior (22,9%), ao passar de R\$ 7,3, em 1998, para R\$ 5,6, em 2004.

O rendimento médio por hora do conjunto dos assalariados reduziu-se menos do que o observado para o total de ocupados no período considerado, uma vez que, tal como mencionado, o decréscimo verificado para o total de ocupados foi de 17,3%, enquanto para os assalariados este percentual foi de 13,7% (Tabela 6.34, que segue).

Tabela 6.34

**Rendimento Médio do Trabalho Principal dos Assalariados no Ramo dos Serviços de Saúde, por Setor Institucional
Região Metropolitana de São Paulo – 1998 - 2004**

(em Reais de maio de 2005)

Setor Institucional	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Varição
								2004/1998 (em %)
Total de Assalariados (1)	8,7	8,7	8,5	7,6	6,8	6,9	7,5	-13,7
Setor Privado	8,8	8,4	8,2	6,7	5,9	6,0	6,6	-24,5
Setor Público	8,7	9,1	9,0	9,0	8,4	8,3	8,7	0,0

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial.

Inflator utilizado: ICV-DIEESE.

Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem aqueles que não sabem a que setor – privado ou público – pertence a empresa em que trabalham.

Considerando o setor institucional (público ou privado) onde trabalham os assalariados, verifica-se que a redução dos rendimentos médios reais por hora concentrou-se no setor privado (-24,5%), mantendo-se estável o respectivo valor obtido para os assalariados do setor público.

Como resultado desta evolução diferenciada dos rendimentos médios por hora dos assalariados do setor público e privado, modificou-se também a relação entre os valores percebidos por ambos segmentos. Em 1998, os rendimentos médios por hora eram praticamente iguais, enquanto em 2004 o rendimento médio por hora dos assalariados do setor público passa a ser 30,6% superior ao registrado no setor privado.

Tabela 6.35

**Rendimento Médio por Hora dos Ocupados no Ramo dos Serviços de Saúde
Região Metropolitana de São Paulo – 1998-2004**

(em Reais de maio de 2005)

Rendimentos	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Varição
								2004/1998 (em %)
Rendimento Médio em Todos os Trabalhos	12,4	12,2	12,0	10,8	9,2	8,8	9,9	-20,1
Rendimento Médio no Trabalho Principal	11,6	11,7	11,5	10,2	8,8	8,2	9,6	-17,3

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial.

Inflator utilizado: IGV-DIEESE.

Elaboração: DIEESE.

O rendimento médio por hora dos ocupados no ramo da saúde, considerando-se todos os trabalhos (principal e adicional), teve um decréscimo de 20,1%, passando de R\$ 12,4 para R\$ 9,9, entre 1998 e 2004 (tabela 6.35, acima), redução similar ao observado para o rendimento médio mensal, uma vez que a jornada de trabalho média nos dois anos considerados foi idêntica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório se propôs apresentar os principais resultados da sistematização de informações que caracterizam a inserção dos trabalhadores da saúde no mercado de trabalho de seis regiões urbanas brasileiras, nas quais é realizada a Pesquisa de Emprego e Desemprego. Neste esforço, buscou-se dimensionar não apenas os ocupados no Ramo Serviços da saúde, mas também quantificar o contingente de profissionais que atuando em atividades típicas de atendimento se vinculam a outros ramos de negócio, bem como visualizar o segmento populacional de desempregados que teve como última inserção, um trabalho nos serviços de saúde. Com isso, entendeu-se ser possível quantificar a população economicamente ativa ou força de trabalho com experiência profissional em saúde e caracterizá-la em termos de atributos pessoais - como sexo, idade, cor, escolaridade e papel desempenhado na organização familiar. Para o segmento de ocupados no Ramo Serviços de saúde, além desta caracterização, foi detalhadamente analisada sua forma de inserção ocupacional, abordando aspectos tais como ocupações exercidas no trabalho principal, vínculos empregatícios, estabilidade no emprego, jornada de trabalho e rendimentos auferidos, bem como o exercício de trabalho adicionais.

Tal tratamento de dados permitiu apurar que dos 837 mil trabalhadores com experiência em saúde nas Regiões Metropolitanas onde a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) foi realizada em 2004, a expressiva maioria encontra-se ocupada no ramo serviços de saúde, em proporções que variavam, regionalmente, entre 75,3% na Região Metropolitana do Recife e 82,2%, no Distrito Federal. Secundariamente, os trabalhadores da saúde se inseriam em outros ramos da estrutura produtiva local exercendo atividades típicas da saúde, que os absorviam entre 13,7% (Recife) e 7,3% (São Paulo). Residualmente, encontravam-se na população economicamente ativa com experiência em saúde, os desempregados, cuja última inserção laboral havia se dado nos serviços de saúde. Cumpre ressaltar que apenas na Região Metropolitana de São Paulo esta estrutura não foi verificada em 2004, com o número de desempregados superando o de ocupados em outros ramos, como pode ser constatado na Tabela 7.1.

Tabela 7.1

Estimativas da População Economicamente Ativa e do número de trabalhadores, segundo condição ocupacional Distrito Federal e Regiões Metropolitanas – 2004.

(em 1.000 pessoas)

Distrito Federal e Regiões Metropolitanas	População Economicamente Ativa				
	Total (PEA)	Trabalhadores da Saúde			
		Total	Ocupados no Ramo Serviços de Saúde	Em Outros Ramos de Atividade, em Ocupações Típicas da Saúde	Desempregados com Experiência no Ramo Serviços de Saúde
Belo Horizonte	2.359	130	105	15	10
Distrito Federal	1.164	56	46	5	5
Porto Alegre	1.807	87	71	9	7
Recife	1.550	73	55	10	7
Salvador	1.692	77	62	(1)	10
São Paulo	9.941	414	340	30	45

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: Dieese.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Um exame da evolução dessas informações entre 1998 e 2004 permite identificar a existência de um certo padrão na distribuição das inserções dos trabalhadores da saúde, que no conjunto também vêm se mantendo em uma proporção entre 4,5% e 5,0% de suas respectivas Populações Economicamente Ativas regionais. Em 2004, a presença de trabalhadores da saúde era mais proeminente em Belo Horizonte -5,5% da PEA local - e, mais discreta em São Paulo – 4,2% da força de trabalho da RMSP.

Dada a importância quantitativa dos ocupados nos serviços de saúde na composição da força de trabalho com experiência nesta área, o perfil destes dois contingentes apresenta expressiva identidade: em ambos, constata-se a predominância de mulheres, de uma população trabalhadora mais envelhecida, com destaque para a presença de indivíduos na faixa etária superior aos 25 anos e, altamente escolarizada, freqüentemente contando com o ensino superior concluído.

Estas características, as quais se agrega a sub representatividade da população negra e a acentuada presença de cônjuges, relativamente aos segmentos populacionais globais de cada região – PEA e População Ocupada total -, experimentou pequenas alterações no período analisado neste estudo. Estas, quando ocorreram, resultaram no aprofundamento dos traços mencionados, tão proeminentes

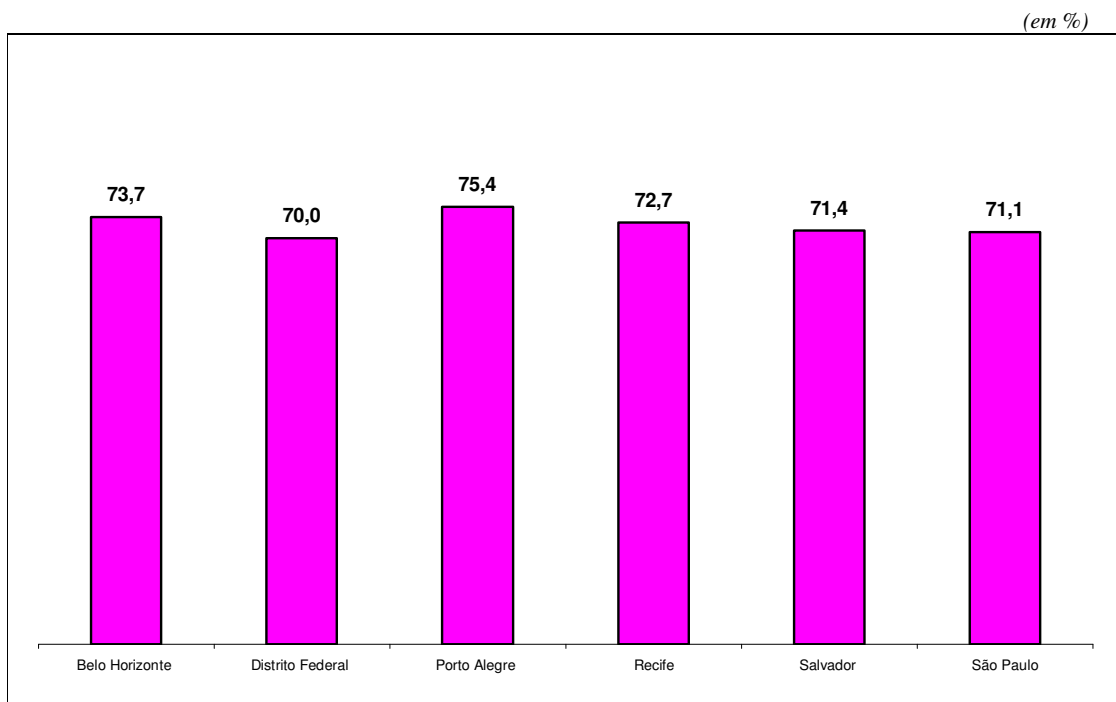
que identificados intuitivamente pelos profissionais do segmento e recorrentemente apontados pela literatura.

Sabe-se que estas características têm como determinantes, além da divisão sexual do trabalho, que remete às mulheres, inclusive no espaço laboral, as situações relacionadas ao cuidado de outrem, o peso institucional das regulamentações das profissões da saúde, desdobradas na exigência de diplomas de conclusão escolar. Porém, os dados processados neste estudo avançam sobre este conhecimento consolidado, especialmente quando se identificam dentre os ocupados nos serviços de saúde que:

- ✓ A proporção de mulheres no contingente ocupado é sempre muito elevada, superando os 70,0% em todas as regiões pesquisadas e chegando a atingir 75,4%, no caso de Porto Alegre. Porém, também de maneira generalizada, quando avaliado o percentual de mulheres que atingiu o topo da formação escolar, este é sempre inferior ao identificado para os homens, conforme o Gráfico 7.1. Adicionalmente, foi possível identificar nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de Belo Horizonte, bem como no Distrito Federal a maior desigualdade na concentração de homens e mulheres entre os ocupados com ensino superior completo, como pode ser observado no Gráfico 7.2.

Gráfico 7.1

Proporção de mulheres entre os ocupados no Ramo Serviços de saúde.
Distrito Federal e Regiões Metropolitanas – 2004.



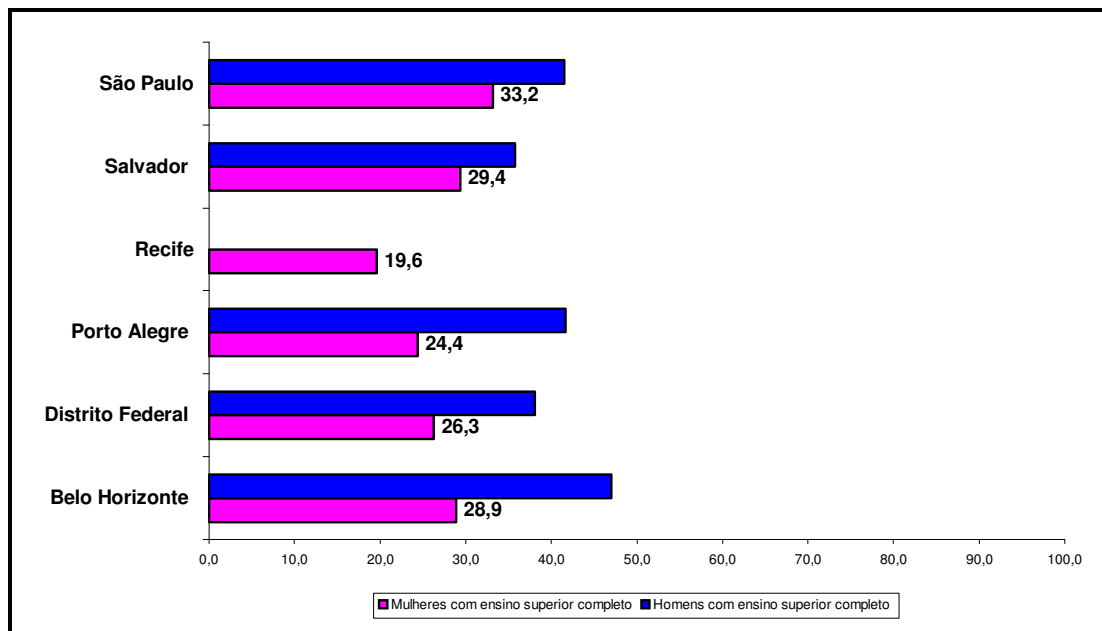
Fonte:

Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: Dieese.

Gráfico 7.2

Proporção de ocupados com ensino superior no ramo Serviços de Saúde segundo o sexo.
Distrito Federal e Regiões Metropolitanas – 2004.

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

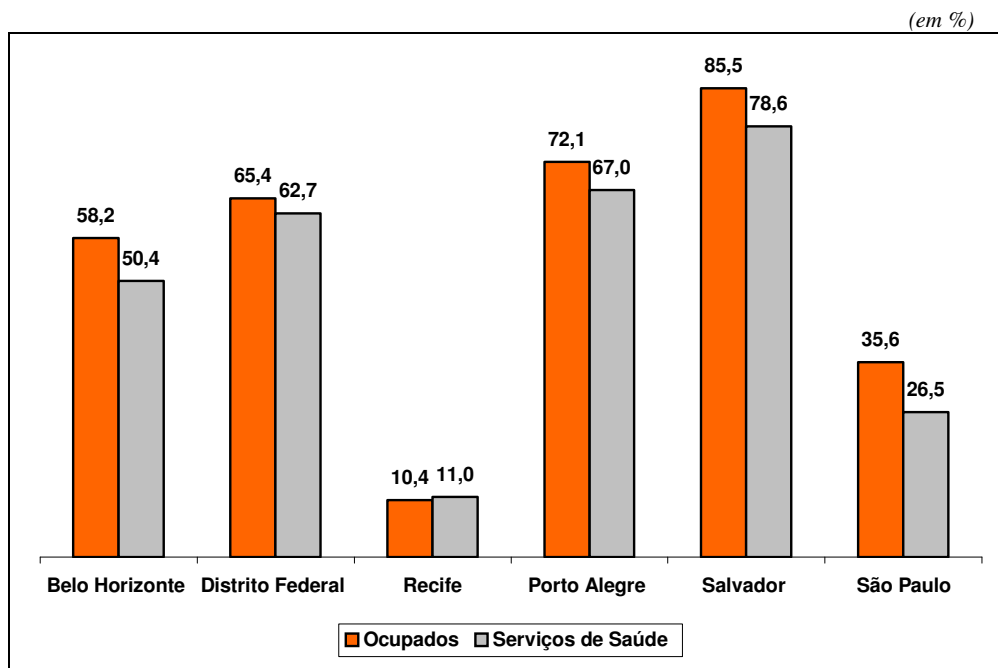
Elaboração: Dieese.

Nota: Em Recife a amostra não apresentou nível de significância estatística para os homens com nível superior de instrução.

- ✓ A proporção da população negra no Ramo Serviços de saúde é inferior aos percentuais de inserção da parcela afro-brasileira na população ocupada. Provavelmente, esta situação esteja relacionada à condição reconhecida de menor escolaridade da população negra, então em desvantagem em um segmento profissional em que a diplomação se coloca como requisito fundamental, como pode ser verificado no Gráfico 7.3.

Gráfico 7.3

**Proporção da população negra entre os ocupados no ramo serviços de saúde.
Distrito Federal e Regiões Metropolitanas – 2004**



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: Dieese.

Para o conjunto dos ocupados nos serviços de saúde, este estudo revelou também que dentre os agrupamentos de ocupações do ramo de serviços da saúde, dois se destacaram nas regiões pesquisadas: o das ocupações típicas dos serviços de saúde, caracterizadas por reunirem o conjunto de ofícios ligados diretamente ao atendimento de pacientes, que concentrava de 38,2% dos profissionais do ramo, em Salvador, a 48,4%, em São Paulo em 2004; e o das ocupações de suporte às atividades técnicas de manejo e atendimento em saúde, constituídas pelas ocupações de direção e planejamento, gerenciamento e apoio, nas quais se envolviam em Salvador e São Paulo, respectivamente, 60,4% e 50,3% dos ocupados dos serviços de saúde. Ainda, verificou-se nas informações processadas que dentre as ocupações típicas dos serviços de saúde sobressaíam dois grupos, o dos enfermeiros, cujos percentuais de concentração oscilavam em torno dos 20,0%, e, secundariamente, o de especialistas em saúde que representavam aproximadamente 10,0% dos ocupados nos serviços de saúde. Por fim, cumpre ressaltar a notável presença da especialidade médica no conjunto dos postos de trabalho no ramo serviços de saúde, como pode ser visualizado na Tabela 7.2 seguinte.

Tabela 7.2

**Proporção dos ocupados em serviços de saúde nas principais ocupações exercidas.
Distrito Federal e Regiões Metropolitanas – 2004.**

(em %)

Distrito Federal e Regiões Metropolitanas	Ocupados em serviços de saúde Típicas da Saúde		Direção, planejamento, gerenciamento e apoio	
	1998	2004	1998	2004
Belo Horizonte	49,7	45,3	49,3	53,8
Distrito Federal	42,4	44,3	57,2	55,3
Porto Alegre	44,6	42,5	53,9	54,0
Recife	43,1	40,4	56,3	58,8
Salvador	44,0	38,2	54,9	60,4
São Paulo	48,4	48,4	50,7	50,3

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: Dieese.

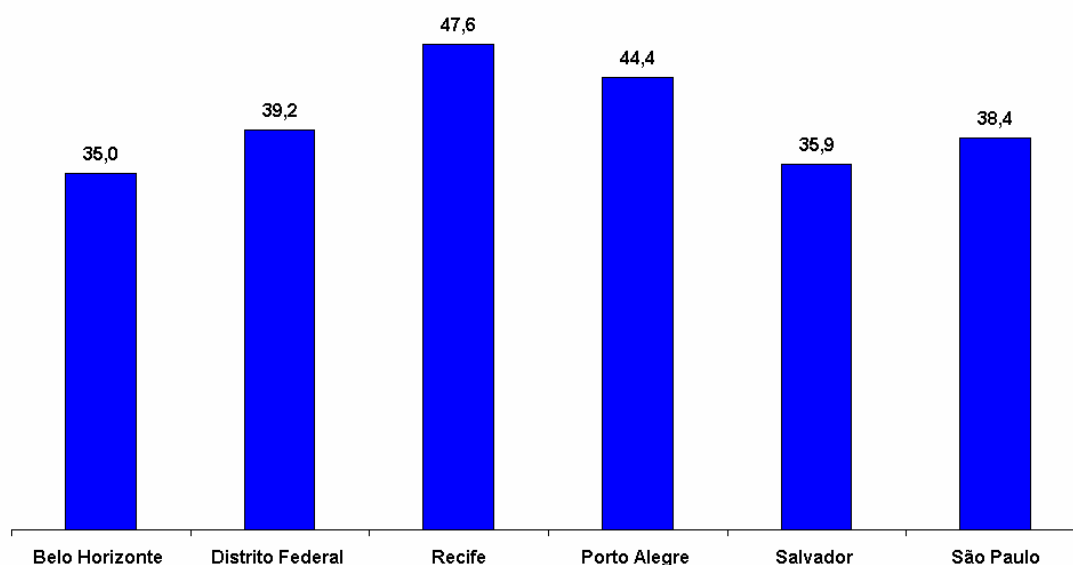
Comparativamente ao ano de 1998, identificou-se, de modo praticamente generalizado entre as regiões pesquisadas o crescimento da participação das atividades nas áreas administrativas e de serviços no setor saúde, ao lado de uma queda da ocupação de pessoal de saúde, notadamente na especialidade enfermeiros. Assim, de modo sintético, dois movimentos se destacaram na estruturação ocupacional dos serviços de saúde da RMPA nos últimos sete anos, a saber: a influência da nova regulamentação das atividades de enfermagem; e, o dinamismo mais acentuado nas admissões das categorias de pessoal administrativo. Este último fator, provavelmente, está na raiz do desempenho ocupacional dos serviços de saúde na maioria das regiões pesquisadas.

O gráfico abaixo evidencia também a grande dispersão de rendimentos existente entre os nos serviços de saúde, neste caso, associada a segmentação do tipo de atividade. Com efeito, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, os ocupados em atividades de planejamento e apoio auferiam, em média, em 2004, 35,0% dos rendimentos recebidos pelos técnicos especialistas em saúde. Ainda, esta não é uma particularidade regional, pois em todas as metrópoles investigadas, os ganhos das atividades ditas “meio” ficam aquém da metade das ocupações especializadas.

Gráfico 7.4

Proporção de rendimentos mensais de ocupados em atividades administrativas com relação aos rendimentos de ocupados em atividades típicas de saúde. Distrito Federal e Regiões Metropolitanas – 2004

(em Reais de maio de 2005)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: Dieese.

As diferenças de remuneração também são evidentes entre os ocupados do ramo serviços de saúde quando se avalia a natureza dos vínculos contratuais ou empregatícios a que estão submetidos estes trabalhadores. Assim, a remuneração dos profissionais universitários autônomos, que atuam de modo liberal, geralmente em consultórios próprios, é superior ao da maioria (mais de 80,0 %) assalariada. Dentre os assalariados, por seu turno, as diferenças existentes nas remunerações pagas pelo setor privado e público são drásticas. Embora, esta realidade possa, parcialmente, ser remetida a questões como as diferenciações de escolaridade e de tempo de exercício profissional e, portanto, relacionadas a gradientes de produtividade, qualificação dos trabalhadores e progressão nas carreiras da saúde, estes aspectos necessitam ganhar precisão e confrontação com outras realidades nacionais.

Entre 1998 e 2004, despeito das grandes diferenças de seus ganhos, os ocupados nos serviços de saúde experimentaram uma trajetória comum de perda de poder aquisitivo. Este declínio também apresentou variações quanto a natureza dos vínculos e tipos de ocupação exercidas, mas manteve-se sempre entre 10,0% e 20,0%. Com isso, se aprofundou a prática, já usual no ramo, do trabalho adicional.

Neste estudo, identificou-se que, geralmente, os trabalhadores mais propensos ao segundo emprego são aqueles que procuram uma fonte de rendimento adicional em decorrência dos baixos ganhos no trabalho principal. No entanto, percebeu-se também que a decisão do trabalhador em participar pela segunda vez na força de trabalho deve-se a natureza da atividade desempenhada, a flexibilidade da jornada de trabalho e, em muitos casos, a possibilidade de exercício autônomo da profissão, como é o caso dos médicos, fisioterapeutas, enfermeiros, dentistas, dentre outros. Nesse contexto, os trabalhadores do setor de serviços de saúde estão mais afeitos a acumular mais de um posto de trabalho vis a vis os ocupados em outros ramos produtivos.

Pela Tabela 7.3 verifica-se que, segundo estimativas do Dieese, a proporção de ocupados na saúde com trabalho adicional é o triplo da encontrada na população ocupada regional. Constata-se também que esta prática é maior nas áreas metropolitanas nordestinas, chegando a atingir 20,6% dos ocupados do ramo em Salvador e 16,1% no Recife, e em São Paulo (17,3%).

Submetidos a este regime de trabalho, parcela nunca desprezível dos mais de 10,0% dos ocupados da saúde estendem exageradamente suas jornadas de trabalho, ao acumularem o período de trabalho semanal dedicado a sua inserção principal, em média dimensionado de 38 a 40 horas/semana, com o tempo trabalhado na segunda ocupação, variável entre 20 e 22 horas/semana. Assim, chegaram a exercer, em 2004, na Região Metropolitana do Recife 58 horas de trabalho na semana, situação não muito diferente das encontradas nas demais áreas urbanas pesquisadas. Tais profissionais, ao vivenciarem intensidade de trabalho tão distante dos limites apontados pela legislação que visa proteger o trabalhador no Brasil, sem dúvida, tornam-se ainda estão mais vulneráveis a doenças ocupacionais. Neste caso, em especial, a interpretação dada às informações torna-se fundamental, pois, sabe-se que os trabalhadores da saúde, pela natureza de sua atuação, estão entre as categorias mais expostas ao sofrimento do trabalho. Assim, estes profissionais não apenas se colocam em risco, o que já per si grave, como estendem esta situação a população que atendem.

Tabela 7.3

**Proporção de ocupados e ocupados nos serviços de saúde com trabalho adicional e horas médias trabalhadas segundo a prática do trabalho adicional.
Distrito Federal e Regiões Metropolitanas – 2004.**

(em 1.000 pessoas)

Distrito Federal e Regiões Metropolitanas	População Economicamente Ativa			
	Proporção de Ocupados com Trabalho adicional		Horas Semanais Trabalhadas.	
	Total de Ocupados	Serviços de Saúde	Sem trabalho adicional	Com trabalho adicional
Belo Horizonte	4,6	12,8	38	55
Distrito Federal	4,6	11,1	40	57
Porto Alegre	4,4	12,7	40	57
Recife	5,5	16,1	40	58
Salvador	8,3	20,6	39	55
São Paulo	6,8	17,3	40	56

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: Dieese.

APÊNDICE METODOLÓGICO

UTILIZAÇÃO DA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO – PED: GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Este anexo metodológico apresenta as principais características da PED, bem como os conceitos adotados para classificar a condição de atividade da população em idade ativa no mercado de trabalho e definições utilizadas para o processamento dos seus indicadores.

Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

A PED é um levantamento domiciliar contínuo, que produz mensalmente indicadores sobre a inserção da população em idade ativa (10 anos e mais) no mercado de trabalho de regiões metropolitanas. São coletadas informações gerais sobre todos os moradores dos domicílios selecionados e, para as pessoas de 10 anos e mais é aplicado um módulo específico, com o objetivo de identificar as características da inserção no mercado de trabalho.

Realizada desde 1984 na Região Metropolitana de São Paulo em parceria entre a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e o DIEESE, esta pesquisa cobre atualmente também as regiões metropolitanas de Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte e o Distrito Federal. Sua execução em cada uma dessas regiões é feita em parceria com diversos organismos públicos regionais, sendo um sistema de pesquisa reconhecido pelo COODEFAT como integrante do sistema nacional de estatísticas do trabalho.

Para atender seus objetivos básicos de geração de indicadores para o acompanhamento da evolução dos mercados de trabalho metropolitanos, a PED utiliza metodologia própria. Centra sua investigação na coleta de informações para classificar a população em idade ativa (10 anos e mais) como ocupada, desempregada e inativa, e também na captação de uma ampla gama de informações relacionadas às características pessoais da população e àquelas específicas a cada condição de atividade. Além dos atributos pessoais investigados para todos os moradores, como sexo, idade, cor, escolaridade, entre outros, são coletadas uma série de informações sobre os postos de trabalho dos

ocupados, do trabalho anterior dos desempregados, seus meios de sobrevivência, além da principal atividade ou situação das pessoas classificadas como inativas.

Vale ressaltar que, por provir de uma pesquisa domiciliar, as informações coletadas pela PED não só permitem a geração de indicadores individuais, como também sua especificação segundo características domiciliares tais como, arranjos familiares, tamanho das famílias, renda familiar e outras características do conjunto de seus membros (idade, cor, sexo, etc.), informações preciosas para subsidiar a definição e avaliação de políticas sociais.

A PED possibilita e vem sendo utilizada para gerar um expressivo número de indicadores demandados por seus usuários, seja através de um processamento especial de sua base de dados, seja pela incorporação, por um período determinado, de um suplemento para coleta de informações específicas não contempladas no seu questionário básico.

Tanto os processamentos especiais da base de dados já existente, quanto as bases adicionais derivadas da aplicação de questionário suplementar, estão encorados no planejamento amostral da PED que possibilita ampliar sua amostra básica pelo recurso de acumulação das informações mensalmente coletadas, para assim garantir uma adequada representatividade de indicadores mais detalhados ou para fenômenos de baixa frequência requeridos nos estudos especiais.

Os domicílios pesquisados pela PED são selecionados através de uma amostra probabilística em dois estágios. No primeiro, sorteiam-se os setores censitários ordenados por regiões homogêneas e, no segundo, são sorteados aleatoriamente os domicílios após a atualização dos respectivos setores selecionados, para assim garantir a todos os domicílios existentes no momento da pesquisa igual probabilidade de serem selecionados.

A amostra básica da PED, utilizada para o cálculo de indicadores divulgados mensalmente, abrange em cada área metropolitana cerca de 7.500 domicílios pesquisados ao longo de um trimestre – 1/3 por mês –, e é formada sempre por domicílios independentes, ou seja, sorteados uma única vez. Este desenho possibilita não só completar a amostra básica, composta por trimestres móveis, como também alcançar, pelo acúmulo de informações, um tamanho de amostra que atenda a precisão desejada para o processamento de outros indicadores calculados a partir da base de dados básica, como também aqueles originados pela aplicação dos suplementos.

A PED geralmente considera que para garantir a confiabilidade dos seus indicadores, o erro amostral máximo deve ser da ordem de 7,5%, tanto para indicadores de divulgação mensal quanto para aqueles processados em estudos especiais. O cálculo do erro amostral para os diversos indicadores não é trivial. No entanto, a PED passou a utilizar um critério prático para facilitar o processamento dos indicadores expressos em taxas e distribuições de frequência. Após vários cálculos de erros amostrais, verificou-se que estes tipos de indicadores, em geral, apresentam coeficientes de variação dentro dos limites de confiabilidade estabelecidos (7,5%), quando o numerador alcança no mínimo 100 observações na amostra. No caso dos rendimentos, os mesmos estudos sugerem um mínimo de 400 observações. Estes números determinam a possibilidade de processamento dos indicadores a serem disponibilizados nas diferentes distribuições de frequência, taxas e rendimentos calculados.

As variáveis, contempladas no questionário básico da PED e sua possibilidade de acumular informações ao longo do tempo, permitem produzir através do processamento especial de sua base de micro dados já existente, uma série de indicadores sobre o perfil dos trabalhadores da Saúde e identificar a parcela dos trabalhadores inativos em licença saúde remunerados pelo INSS.

As informações relacionadas à saúde da população e suas demandas pelos serviços oferecidos nesta área, como não são captadas pelo questionário básico da PED, poderão ser proporcionadas pela aplicação de um questionário suplementar incorporado à pesquisa.

PRINCIPAIS CONCEITOS DA PED

POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA- PIA : Corresponde à população com dez anos e mais.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA – PEA : é a parcela da PIA que está ocupada ou desempregada;

OCUPADOS: são os indivíduos que possuem trabalho remunerado exercido regularmente; ou possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular mas não estão procurando outro trabalho; ou possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho. Excluem-se as pessoas que nos últimos sete dias realizaram algum trabalho de forma excepcional;

DESEMPREGADOS: São indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas pessoas são desagregadas em três tipos de desemprego:

- a) **Desemprego Aberto:** pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos 7 últimos dias.
- b) **Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário:** pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho remunerado de auto-ocupação, de forma descontínua e irregular, ou não remunerado em negócios de parentes e, além disso, tomaram providências concretas, nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou até 12 meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste.
- c) **Desemprego Oculto pelo Desalento e Outros:** pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

INATIVOS: são os indivíduos maiores de dez anos que não estão ocupados ou desempregados. Incluem-se as pessoas sem procura de trabalho que, nos últimos 30 dias, realizaram algum trabalho de forma excepcional porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais.

PROCURA DE TRABALHO: Corresponde à busca de um trabalho remunerado, expressa na realização, pelo indivíduo, de alguma ação ou providência concreta. A procura de trabalho inclui

não apenas a busca por um trabalho assalariado como também de outros trabalhos, como a tomada de providências para abrir um negócio ou empresa e a procura por mais clientes por parte do trabalhador autônomo.

SITUAÇÃO DE TRABALHO : A situação de trabalho é definida como aquela em que o indivíduo tem um trabalho remunerado ou não-remunerado no período de referência, excetuando o trabalho excepcional:

- a) **trabalho remunerado**: refere-se ao exercício de qualquer atividade que tenha como contrapartida uma remuneração em dinheiro, podendo ser complementada por benefícios ou bens em espécie (alimentação, habitação, transporte, etc.). Assim, abrange os assalariados, empregadores, contas-próprias, até os empregados que recebem exclusivamente por produção, os biscateiros, etc. Incluem-se também os religiosos, estagiários, aprendizes, etc., desde que recebam alguma remuneração em dinheiro pelo exercício da sua atividade;
- b) **trabalho não-remunerado**: refere-se às atividades dos trabalhadores familiares sem remuneração salarial, os quais trabalham auxiliando nos negócios de parentes, sem que recebam por isso uma retribuição salarial, assim como ao trabalho exercido pelo empregado que recebe exclusivamente em espécie ou benefício;
- c) **trabalho excepcional**: refere-se à realização pelo indivíduo de um trabalho, em caráter ocasional, quando lhe sobra tempo de suas atividades não-produtivas consideradas prioritárias.

São consideradas como situações de não-trabalho, além do exercício de trabalho excepcional, as atividades sem remuneração da dona-de-casa, do estudante, das pessoas que se dedicam a trabalhos de caridade e de ajuda, etc., assim como do indivíduo que auxilia um parente em seus afazeres domésticos, mesmo que receba em contrapartida algum valor monetário (ajuda de custo, mesada, etc.).

TIPOS DE TRABALHO

- a) **trabalho irregular:** é identificado como o de auto-ocupação não-remunerado ou remunerado instável.
- trabalhos de auto-ocupação não-remunerados: referem-se basicamente ao trabalho familiar sem remuneração salarial;
 - trabalhos de auto-ocupação remunerados instáveis: referem-se ao exercício de qualquer tipo de trabalho de auto-ocupação remunerado. No exercício desses trabalhos o indivíduo não tem nenhuma “garantia” ou “previsibilidade” de que terá trabalho quando terminar o que está realizando, os ganhos são avulsos e variáveis e/ou horas, carga ou volume de trabalho são flutuantes. Dessa forma, estes trabalhos têm frequência irregular.
- b) **trabalho regular:** compreende o trabalho assalariado, o emprego doméstico mensalista, o do empregador e as atividades estáveis de auto-ocupação remunerada, ou seja, aquelas que têm garantia de continuidade de trabalho e/ou de ganhos devido a existência de uma clientela fixa. Os trabalhos regulares possuem frequência regular contínua ou descontínua.

PERÍODOS DE REFERÊNCIA: A PED utiliza períodos de referência diferenciados de acordo com o objetivo de cada questão investigada.

- a) **últimos sete dias:** referem-se aos sete dias imediatamente anteriores ao dia da entrevista individual;
- b) **últimos 30 dias:** referem-se aos 30 dias imediatamente anteriores ao dia da entrevista individual;
- c) **últimos 12 meses:** correspondem aos 12 meses que antecedem o dia da entrevista;
- d) **semana passada:** é a semana de domingo a sábado que antecede a semana da entrevista;
- e) **mês passado:** refere-se ao mês calendário imediatamente anterior ao mês da pesquisa.

TAXA DE DESEMPREGO: Indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego total (aberto mais oculto). A taxa de desemprego específica de determinado segmento populacional (homens, chefes de família, etc.) é a proporção da PEA desse segmento que se encontra na situação de desemprego.

$$\text{Taxa de Desemprego} = \frac{\text{Nº de Desempregados}}{\text{PEA}} \times 100$$

TAXA DE PARTICIPAÇÃO OU ATIVIDADE: Indica a proporção na PIA incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada. A taxa de participação específica de determinado segmento populacional (homens, chefes de família, etc.) é a proporção da PIA desse segmento incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

$$\text{Taxa de Participação} = \frac{\text{PEA}}{\text{PIA}} \times 100$$

HORAS TRABALHADAS: Referem-se às horas efetivamente trabalhadas pelos ocupados na semana anterior à da entrevista no trabalho principal ou adicional. Incluem-se, além da jornada normal de trabalho, as horas extras trabalhadas e também o tempo gasto para a realização de trabalhos, tais como preparo de aulas e correção de provas, no caso de professores, horas despendidas na compra de suas mercadorias, no caso de feirantes. São excluídas as horas que o indivíduo deixou de trabalhar devido a circunstâncias várias, como feriado, greve, motivo de doenças, etc.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

a) **assalariado:** é o indivíduo que tem vínculo empregatício caracterizado pela legislação trabalhista vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada. Sua jornada de trabalho é prefixada pelo empregador e sua remuneração normalmente é fixa – sob a forma de salário, ordenado ou soldo que pode incluir adicionais de tempo de serviço, cargos de chefia, por insalubridade, periculosidade. Esta categoria inclui, também, o militar de carreira e o professor cujo salário é calculado por hora/aula, mas que tem um número predeterminado de aulas fixado pela escola. Esta categoria se sub-divide em :

- **Assalariados do setor privado-** aqueles contratados por firma privada ou particular
 - **Assalariados do setor público-** aqueles contratados por uma instituição pública (Governo Municipal, Estadual Federal, legislativo judiciário, empresa de economia mista, Autarquia, etc). Inclui não só o servidor estatutário (regido por legislação própria) como os contratados regidos pela CLT.
- b) **autônomo para empresa:** é o indivíduo que trabalha por conta-própria sempre para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s), mas não tem uma jornada de trabalho prefixada contratualmente e nem trabalha sob o controle direto da empresa, tendo, portanto, liberdade para

organizar seu próprio trabalho (horário, forma de trabalhar, ter ou não ajudantes). Essa categoria inclui também o trabalhador vinculado a uma empresa que recebe exclusivamente por produção, cujo vínculo empregatício é expressamente formalizado em contrato de autônomo;

- c) **autônomo para o público:** é identificado como a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es) e, eventualmente, tem algum ajudante remunerado em períodos de maior volume de trabalho. O indivíduo classificado nessa categoria presta os seus serviços diretamente ao consumidor, sem ser o intermediário de uma empresa ou pessoa, tendo liberdade (autonomia) para organizar seu próprio trabalho e, portanto, para determinar sua jornada de trabalho, assim como para ter ou não ajudantes e/ou sócios;
- d) **empregado doméstico:** é o indivíduo que trabalha em casa de família contratado para realizar serviços domésticos. Tanto pode ser mensalista, diarista ou receber só em espécie/benefícios. O primeiro caso refere-se ao empregado que recebe salário mensal; o segundo, à pessoa que trabalha em casa de uma ou mais famílias recebendo remuneração por dia; o último agrega o indivíduo que realiza trabalhos domésticos em casa de uma família tendo como pagamento por seus serviços apenas alimentação, alojamento, vestimenta ou outro tipo de remuneração em espécie ou benefício;
- e) **empregador:** é identificado como a pessoa que é proprietária de um negócio e/ou empresa, ou que exerce uma profissão ou ofício e tem, normalmente, pelo menos um empregado remunerado permanente. O profissional universitário e o dono de negócio familiar que tem três ou mais empregados remunerados permanentes são também considerados como empregadores. Não é incluído nessa categoria o indivíduo que só tem empregado doméstico, empregado não-remunerado ou, eventualmente, empregado remunerado contratado em períodos de maior trabalho;
- f) **trabalhador familiar:** é a pessoa que exerce uma atividade econômica em negócios ou no trabalho de parentes, sem receber um salário como contrapartida, podendo, no entanto, receber uma ajuda de custo em dinheiro ou mesada;

g) **Outros:** inclui o profissional liberal, sem nenhum empregado ou com até no máximo dois empregados remunerados permanentes, empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração.

RENDIMENTOS DO TRABALHO - Correspondem ao rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência social) efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa:

- 1) para os assalariados são considerados os descontos por falta, ou acréscimos devido a horas extras, gratificações, etc;
- 2) o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos não são computados nesta situação;
- 3) para os empregadores, contas próprias e demais é considerada a retirada mensal, não incluindo os lucros do trabalho, da empresa ou do negócio.

RENDIMENTO MÉDIO POR HORA – É a razão entre o rendimento médio mensal e as horas médias mensais trabalhadas no trabalho principal ou adicional. Para transformar as horas médias semanais em horas médias mensais, multiplicam-se as horas médias semanais por 4,28 semanas.

SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA - É identificado pelo produto final ou o serviço resultante da atividade da empresa onde o indivíduo exerce o seu trabalho. No caso de empresas que congregam vários estabelecimentos ou fábricas, produzindo diferentes produtos ou um produto principal e vários subprodutos ou, ainda, partes de um mesmo produto, é considerada a atividade do estabelecimento onde o indivíduo trabalha ou trabalhava.

TEMPO DE PERMANÊNCIA - O tempo de permanência é um indicador da estabilidade de trabalho ou de emprego do indivíduo. A captação dessa informação para o empregado assalariado refere-se ao tempo no atual emprego.

TRABALHO PRINCIPAL - É identificado como o trabalho ao qual o ocupado dedica o maior número de horas. Nos casos em que o indivíduo tem dois trabalhos com o mesmo número de horas, corresponde àquele que lhe proporcione maior remuneração.

TRABALHO ADICIONAL – Trabalho que o ocupado indica que dedica menos horas do que o principal realizado no mesmo período de referência.

TAXA DE PARTICIPAÇÃO - Indicam a proporção de pessoas com dez anos e mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupadas ou desempregadas, por sexo, faixa etária e posição na família.

GRUPOS DE OCUPAÇÃO - Para o processamento especial da base de dados da PED para os ocupados da Saúde, foi feito um reagrupamento especial da classificação das ocupações exercidas. Foram adotadas as seguintes classificações:

Ocupações típicas do Serviço de Saúde: inclui todas as ocupações que se dedicam ao atendimento direto ao paciente. Compreendendo as seguintes subcategorias:

- Especialistas em Saúde
 - o *Médicos*
 - o *Acadêmicos de Hospital, Fisioterapeutas e Massagistas e Outras Especialidades em Medicina;*
 - o *Dentistas;*
 - o *Enfermeiros: Diplomados (incluem as parteiras) e Não Diplomados;*
 - o *Outros: Nutricionistas, os Ortopedistas e Óticos, os Psicólogos e os Protéticos.*

- Demais ocupações relacionadas à Saúde:
 - o *Farmacêuticos e Químicos, os Técnicos Químicos, os Biologistas, os Farmacologistas e os Práticos de Farmácia.*

Ocupações de Direção e Planejamento, Gerenciamento e Apoio: ocupados que têm por função planejar, coordenar e supervisionar as tarefas a serem executadas nas diversas atividades econômicas além, dos profissionais que exercem tarefas complementares que caracterizam a principal atividade da empresa ou negócio em que atuam.